



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CAMPUS SOUSA – PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO – CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

DÉBORA ANDRADE ALVES

**A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL:
CONCEPÇÃO DAS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO SERTÃO PARAIBANO
SOBRE O SERVIÇO SOCIAL**

SOUSA- PB

2019

DÉBORA ANDRADE ALVES

**A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL:
CONCEPÇÃO DAS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO SERTÃO PARAIBANO
SOBRE O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Serviço Social, Bacharel.

Orientadora professora Me. Vanessa Eidam.

SOUSA- PB

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa - CCJS/UFCG
Bibliotecária - Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

A474e Alves, Débora Andrade.

A educação como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social: concepção dos profissionais do sertão paraibano sobre o serviço social. / Débora Andrade Alves. - Sousa: CCJS, 2019.

97 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) –
Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/ UFCG, 2019.

Orientadora: Prof.^a Me. Vanessa Eidam.

1. Educação. 2. Serviço Social. 3. Questão Social. I. Título.

Biblioteca do CCJS – UFCG

CDU 36:37

DÉBORA ANDRADE ALVES

**A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO SÓCIO OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL:
CONCEPÇÃO DAS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO SERTÃO PARAIBANO
SOBRE O SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Serviço Social, Bacharel.

Orientadora professora Me. Vanessa Eidam.

Aprovado em: 13 / 06 / 2019.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Me. Vanessa Eidam– UAD/CCJS/UFCG

Orientadora



Profa. Me. Tatiana Raulino de Sousa– UAD/CCJS/UFCG

Examinador(a) Interno

Profa. Me. Palloma Maria Gomes Jácome– FAFIC

Examinador(a) Externo

A todos e todas que em meio ao cenário preocupante em que o nosso país se encontra são resistência, e acreditam que a educação é um instrumento de construção humana poderosa para transformação da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Com o passar do tempo, começamos a reconhecer quem estará aqui para sempre, para até logo, ou até a próxima necessidade. Sei, nesse momento, para quem posso ligar e dizer que preciso de carinho. Sei, neste segundo, a quem posso emprestar meu tempo. Sei também que ainda irei me decepcionar, me arrepender e me surpreender, porque reconheço isso como parte da nossa evolução, do nosso amadurecimento. Mas além de tudo isso que sei, uma das minhas maiores certezas é: eu não estou sozinho. Nenhum de nós está (Matheus Rocha).

Chegou o momento de agradecer a todas e todos que contribuíram para a conclusão desse trabalho, mas para além disso agradecer a todos que passaram por minha vida nesses últimos quatro anos e meio de graduação. Assumo que deixei essa parte por último, porém não é menos importante para mim, que as outras partes contidas nesse estudo. Pretendo aqui deixar registrado o que meu coração tinha intenção de expressar no decorrer desses anos, mas que não verbalizei.

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada. A Mainha, obrigada pelo apoio, por ter orgulho e por ter acreditado nas coisas que eu faço, obrigada por cada batalha que você enfrentou por mim, por ser colo quando eu mais precisei, por ser essa mãe maravilhosa que não mede esforços para nos ver felizes, amo a senhora. As minhas irmãs Derlania, Denizia e Deyse, obrigada pela ajuda com as questões técnicas no desenvolvimento desse trabalho, grata pelo apoio e por não terem deixado desistir, por se importarem e terem aguentado meus dramas, olha que não foram poucas as vezes que pensei em abandonar tudo, amo vocês. Aos demais familiares, grata pelo apoio e incentivo.

Agradeço imensamente à Paloma que esteve comigo, me apoiando e incentivando no decorrer dessa graduação, obrigada pelos momentos compartilhados, pelas dores sentidas conjuntamente e principalmente por ter acreditado em mim quando, nem eu fui capaz de acreditar. A minha gêmea Millena, obrigada por ter me entendido quando ninguém foi capaz, grata pela preocupação e pelo incentivo. A Bruna, obrigada por todas as vezes que demonstrou que se importava, e sempre perguntava como estava no desenvolvimento dessa monografia.

As minhas companheiras de sala e de luta, Ana Lucia, Jhennifer Rachel e Ingrid Priscilla, obrigada pelos momentos de angústia compartilhados, e pelo apoio mútuo quando a gente achava que não ia dá mais, de uma maneira especial agradeço a Luan (Primo) essa graduação não seria a mesma sem as nossas brigas, obrigada pela parceria no decorrer desses vinte e um anos.

À Vanessa orientadora desse trabalho, meus sinceros agradecimentos pelas contribuições dadas, pela paciência e tranquilidade esboçada no decorrer da construção desse trabalho. Aos professores e professoras do curso de Serviço Social da UFCG, obrigada pelas contribuições dadas em sala de aula, de uma maneira especial a Tatiana Raulino melhor professora que eu poderia ter esbarrado nessa graduação, obrigada por ter tido aquela conversa em meados do fim do sétimo período, sem ela eu não teria conseguido, a Cibellysua fala nos últimos semestres me deu forças para sair da cama e ir pra aula, obrigada por ter sido esse porto seguro, mesmo você não tendo ideia do que eu estava passando.

A toda classe trabalhadora que faz CCJS, pelo trabalho e competência desenvolvidos no decorrer desses anos, são parte importante da conclusão desse trabalho. A ENESSO, agradeço pelos espaços formativos por me tornado mais humana, e ter agregado conhecimento na construção e desconstrução dos meus ideais enquanto estudante de Serviço Social. Aos demais que de forma direta ou indireta contribuíram com a minha formação e para a realização dessa monografia, o meu muito obrigada.

RESUMO

O referido trabalho apresenta uma análise sobre a concepção dos profissionais da rede Municipal de ensino de Sousa-PB sobre a inserção do Serviço Social nesse âmbito. A partir da problematização das dificuldades que se encontram no contexto escolar, no que diz respeito ao enfrentamento das expressões da “questão social” que emergem nesse âmbito. Para tanto, elencou-se – quanto as dimensões do Serviço Social – a consolidação e inserção da profissão na educação, delimitando ainda os subsídios que norteia a prática profissional do Serviço Social na educação segundo o conjunto CFESS/CRESS, visto que essa área já se constitui como espaço socio ocupacional do/a Assistente Social, essa problemática foi escolhida visando a partir dos resultados da pesquisa tencionar o debate em âmbito acadêmico e social, buscando apreender as tendências mais significativas que fundamente a inserção do/a Assistente Social na política de educação na atual dinâmica de precarização do trabalho e da política educacional. Afinal, embora a educação seja um espaço sócio ocupacional do Serviço Social, no referido município não se verifica essa inserção.

Palavras-chaves: Educação. Questão Social. Serviço Social.

ABSTRACT

This paper presents an analysis on the design of the professional of the Municipal School of Sousa-PB on the insertion of Social Service in this field. Starting from the problematization of the difficulties that are found in the school context, with regard to the confrontation of the expressions of the "social question" that emerge in this scope. In order to do so, the consolidation and insertion of the profession in education, as well as the Social Service dimensions, were defined, as well as the subsidies that guide the professional practice of Social Work in education according to the CFESS / CRESS group, since this area has already it is the socio-occupational space of the Social Worker that this problem was chosen aiming at starting from the results of the research aimed at the debate in the academic and social sphere, seeking to apprehend the most significant trends that justify the insertion of the Social Worker in education policy, in the current dynamics of precarious work and educational policy. After all, although education is a socio-occupational space of Social Work, in this municipality there is no such insertion.

Key-words: Education. Social question. Social service.

“Que a educação não pode ser encerrada no terreno estrito da pedagogia, mas tem de sair às ruas, para os espaços públicos, e se abrir para o mundo”

IstvánMészáros

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABPp - Associação Brasileira de Psicopedagogia

ASI - Assessorias de Segurança e Informações

CEP - Código de Ética Profissional de 1993

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CP - Código Penal

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRESS - Conselhos Regionais de Serviço Social

DA - Diretório Acadêmico

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DSND - Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ESG - Escola Superior de Guerra

FICAI - Ficha de Aluno Infrequente

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GT - Grupo de Trabalho Nacional

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais

JK- Juscelino Kubitschek

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEB - Movimento de Educação de Base

MEC -Ministério da Educação e Cultura

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

OSCIPs - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PBF- Programa Bolsa Família

PEC - Projeto de Emenda à Constituição

PL - Projeto de Lei

PNE - Plano Nacional de Educação

UNE - União Nacional dos Estudantes

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Agency for International Development)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Erro! Indicador não definido.3
CAPÍTULO I- ORIGENS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: CONCEPÇÕES E CONTRADIÇÕES	Erro! Indicador não definido.9
1.1- Processo sócio histórico de consolidação da educação brasileira	Erro! Indicador não definido.9
1.1.1- Contexto educacional da Ditadura Civil Militar Brasileira (1964- 1985).....	29
1.2 - A educação como campo de disputas: avanços e retrocessos	36
1.3 - Função social da educação na sociedade capitalista.....	38
CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: PROCESSO DE INSERÇÃO, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES	46
2.1 - Processo histórico da inserção do Serviço Social na educação	46
2.2-O exercício profissional do/a Assistente Social na Educação	54
CAPÍTULO III- SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A REALIDADE DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SOUSA- PB	60
3.1 - Desvelando a relação família e escola.....	61
3.2 - Limites e possibilidades postos a educação do município	63
3.3- Percepção dos profissionais inseridos na educação sobre o Serviço Social.....	68
3.4 - Conhecendo a necessidade de inserção do Serviço Social na educação municipal.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICES	93

INTRODUÇÃO

A educação enquanto política pública estatal – dado o processo de precarização que perpassa os direitos sociais atualmente – é desafiada cotidianamente a operacionalizar uma educação de qualidade de cunho crítico e formador de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, pois tal precarização exponencia as expressões da “questão social” que perpassa o contexto social e familiar dos/as alunos/as rebatendo diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

Com isso, evidencia-se que o ensino educacional é perpassado por questões que necessitam ser mediados por um profissional que compreenda, em sua totalidade, os condicionantes que perpassam cada situação, proporcionando respostas a essas demandas através da articulação com as demais políticas sociais. O complexo aparato teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social permite constatar que essa profissão se constitui como, a mais qualificada para inserção e intervenção nas expressões da “questão social” que emergem em âmbito educacional.

Para tanto, o presente estudo apresenta uma análise sobre a concepção dos profissionais da rede Municipal de ensino de Sousa-PB, sobre a inserção do Serviço Social nesse âmbito, buscando apreender as tendências mais significativas que evidencie a necessidade de inserção do/a Assistente Social na educação, na atual dinâmica de precarização que perpassa o trabalho e a política educacional.

A motivação para pesquisar a temática surgiu, a partir da vivência de estágio curricular supervisionado obrigatório realizado no âmbito da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) campus Sousa no período de 2017-2018. Ao observar a prática profissional em âmbito educacional e compará-la com as constantes trocas de experiências relatadas pela minha irmã como professora da rede estadual de ensino, no sentido de constatar a presença de demandas postas a escola que necessitavam de uma prática interventiva de um profissional qualificado para assim mediar e apresentar respostas as mesmas.

O tema aqui estudado apresenta-se como uma abordagem inédita no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, quanto ao trato da inserção do Assistente Social na rede pública de ensino municipal da cidade de Sousa, visando proporcionar a abertura ao debate dentro da academia e principalmente entre a sociedade, quanto a essa problemática como também a urgência de se ter um olhar para as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade social ou risco social, possibilitando a problematização das questões que perpassam o cotidiano escolar.

O contexto educacional brasileiro é perpassado por determinantes sociais que desafia os profissionais de educação a articular os conteúdos ministrados em sala. Sendo um ambiente marcado por diversas expressões da “questão social”, tais como: evasão escolar, gravidez na adolescência, uso de substâncias psicoativas, violência, trabalho infantil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social e exclusão social, se faz necessário que a escola apresente um olhar voltado para essas questões, pois estas afetam diretamente as relações educacionais, familiares e sociais dos/as alunos/as.

As demandas apresentadas no cotidiano escolar ultrapassam o exercício profissional dos profissionais que se encontram inseridos na educação, contribuindo para percepção da importância da inserção do Serviço Social nas escolas, por isso se fez necessário verificar quais as concepções desses profissionais sobre o Serviço Social na educação levando em consideração que o conjunto CFESS/CRESS propõem essa inserção.

Trazer para o centro das discussões a concepção dos profissionais inseridos na educação sobre o Serviço Social nessa política demonstra como as demandas referentes às expressões da “questão social” são mediadas, evidenciando como a introdução desse profissional pode se tornar um dos instrumentos que visa a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito escolar.

O presente estudo contribuirá com informações relevantes para a problematização da inserção do Serviço Social na educação, possibilitando o debate e a reflexão sobre a não inserção do Serviço Social nas escolas públicas do Município de Sousa- PB, buscando enfatizar as contribuições que o/a Assistente Social ao ser inserido em ambiente educacional, pode trazer para a política educacional.

O Serviço Social tem como um de seus princípios éticos assegurar os direitos dos usuários, produzir o debate a respeito de uma área que não se verifica uma maior inserção de profissionais pode ser o início de um processo de transformação que começa na academia e

estende seus reflexos para a realidade social, para o curso de Serviço social, para os profissionais inseridos na área, nas pesquisas, projetos e trabalhos sobre o Serviço Social na educação se tornando cada vez mais necessária e pertinente essa discussão.

Segundo Almeida (2005 p.6):

A inserção dos assistentes sociais nos estabelecimentos educacionais, em particular nas escolas do ensino fundamental, tem representado, na atualidade, não apenas o desejo dessa categoria profissional e o resultado de sua atuação política e profissional na defesa dos direitos sociais e humanos, mas uma necessidade sócio-institucional cada vez mais reconhecida no âmbito do poder legislativo de diferentes estados e municípios.

O conjunto CFESS/CRESS– através de discussões e debates em torno do Serviço Social na educação – se constitui como o principal precursor na luta para a institucionalização da educação como espaço sócio ocupacional dos/as Assistentes Sociais, demonstrando o compromisso com os direitos sociais que preconiza Projeto Ético Político Profissional. Esta reivindicação da categoria profissional vem sendo cada vez mais reconhecida pelos governos de diversos Estados e Municípios do país.

O Estado, em suas instâncias, ao reconhecer a necessidade de inserção do Serviço Social na educação e trazer para discussão legislativa a institucionalização da profissão nesse âmbito, contribui para defesa de uma educação pública e de qualidade, pois com o advindo da ofensiva neoliberal– que no atual cenário educacional brasileiro vem impactado na educação através do processo de sucateamento e privatização de forma a transformá-la em mercadoria, passando gradativamente a não ser operacionalizada como uma política pública– reduz significativamente o nível da qualidade educacional no país.

O Serviço Social enquanto profissão de cunho teórico crítico pautada em um ideário que tem como perspectiva a busca por uma nova ordem societária que possibilite a emancipação humana e a efetivação dos direitos para a classe trabalhadora, apresenta-se como uma profissão importantíssima para a educação, pois possibilita a criação de estratégias para responder as refrações da “questão social” que se manifestam cotidianamente no ambiente escolar.

Para além disso, contribui de maneira significativa no enfrentamento do processo de obtenção da ideologia capitalista, que utiliza a educação como instrumento de alienação da classe trabalhadora, colaborando assim, para a efetivação de uma educação pautada em ideais que visem à formação crítica dessas crianças e adolescentes. Quando se fala em reprodução da ideologia alienante no sistema capitalista, pensamos em dois meios de perpetuação: a grande mídia e a educação.

Tida como um dos principais instrumentos, a educação tem como função social na sociedade de classes, contribuir para a reprodução da lógica do capital. O Serviço Social a partir de seu direcionamento político e de sua inserção nessa política pública possibilita ampliar os meios na luta por uma educação laica, justa e de qualidade gerando estratégias para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes que estão inseridas no ensino público do país.

Para tanto, pesquisar as concepções dos profissionais que já se encontram inseridos no sistema educacional público, especificamente no Município de Sousa-PB, proporciona problematizar como essas demandas quanto às refrações da “questão social” estão sendo respondidas, e possivelmente em que contexto os/as Assistentes Sociais poderiam ser inseridos.

Considerando a pesquisa como uma forma de adquirir novos conhecimentos sobre um dado fenômeno, a construção da realidade e sua caracterização. Entende-se por pesquisa “a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente a realidade do mundo [...] vincula pensamento e ação.” (MINAYO, 2010, p. 16).

Para nortear esta pesquisa a abordagem escolhida é a do tipo qualitativa que é centrada na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna (PAULILO, 1999, p.135).

A pesquisa qualitativa visa descobrir em seu sentido mais geral as opiniões dos sujeitos pesquisados sobre determinada temática, objetivando capturar as especificidades apresentadas na pesquisa que não são perceptíveis de imediato, possibilitando compreender os processos específicos entre os sujeitos pesquisados.

Tendo como referência a pesquisa qualitativa, o trabalho de campo é imprescindível para adquirirmos uma aproximação com o objeto de estudo, pois essa pesquisa permite o contato direto com os sujeitos que busca ser pesquisado e com o espaço onde a problemática da pesquisa ocorre, para assim reunir o conjunto de informações que se caracteriza por ser o resultado final da pesquisa.

O tipo da pesquisa se configurou como sendo exploratória tendo como finalidade desenvolver e esclarecer conceitos acerca de determinado fato. Este estudo foi feito na

Secretaria Municipal de Educação e em uma das escolas da cidade de Sousa-PB e tem como público alvo a Secretária de Educação do Município, e o quadro técnico escolar.

Para tanto, os instrumentos utilizados neste trabalho são de caráter bibliográfico e de campo, a entrevista semiestruturada e a análise de conteúdo. Esses instrumentos estão devidamente fundamentais na perspectiva dos seguintes autores que definem e explicam os seus objetivos:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122).

A pesquisa de cunho bibliográfico, objetiva fundamentar as considerações feitas por determinado pesquisador dando respaldo teórico ao que está sendo afirmado na construção e elaboração de cunho acadêmico, a maneira que a fundamentação acontece deve ser devidamente registrada constando de onde foi retirada essa contribuição.

A entrevista se torna uma técnica utilizada na coleta de dados, bem como um instrumento técnico operativo de algumas profissões, como aponta Gil:

A entrevista é uma das técnicas de coletas de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivo voltado para diagnóstico e orientação. (GIL, 2009, p. 109).

Sendo um instrumento de coleta de dados mais utilizados nas ciências sociais, por ter um caráter de aproximação mais categórico, possibilitando uma apreensão daquilo que está aparente e proporcionalmente das situações mais veladas constatamos que a entrevista oportunizará as respostas mais totais sobre o objeto aqui pesquisado.

O método que referir-se-á o percurso metodológico dessa pesquisa será o crítico dialético da teoria de Marx, permitindo a apreensão crítico-dialética da totalidade do real que perpassa os condicionantes do sistema educacional de ensino, respaldando a problematização do objeto que aqui pretende ser estudado.

Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*². Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2011, p. 22)

Partindo dessa concepção, evidencia-se assim, que o método visa à aproximação aparente do objeto se aprofundando na busca de capturar sua estrutura e dinâmica a partir da sua análise totalitária, onde o pesquisador reproduz em sua consciência todas essas etapas que

perpassa a pesquisa.

Assim esse método possibilita a análise e compreensão total do objeto que se busca pesquisar, possibilitando apreender que este se encontra inserido em um determinado contexto social, econômico e cultural da sociedade capitalista permitindo apreender sobre o processo contraditório que se reproduz nesse modo de produção.

Para, além disso, oportuniza a leitura da realidade em sua totalidade que perpassa a efetivação das políticas públicas, a partir das contradições sociais vivenciadas pela ofensiva neoliberal que vem ditando a maneira de efetivação das políticas sociais, de caráter meramente assistencialista.

A técnica de tratamento dos dados utilizada nesta pesquisa é a análise de conteúdo. “A análise de conteúdo se constitui num conjunto de instrumentos metodológicos que asseguram a objetividade, sistematização e influência aplicadas aos discursos diversos.” (BARROS, LEHFELD, 2012, p. 96).

A coleta de dados respalda todos os instrumentos metodológicos até aqui explorados, para fundamentar metodologicamente essa pesquisa, pois é a partir da coleta dos dados que poderemos responder ou não a pergunta norteadora dessa pesquisa. Consequentemente a definição da metodologia é de extrema importância para a fundamentação da pesquisa acadêmica, pois norteia todos os passos que devem ser concebidos no percurso de efetivação da pesquisa acadêmica.

Nesse contexto, esse estudo cujo título é “A Educação como espaço sócio ocupacional do Serviço Social: concepção das profissionais da educação do sertão paraibano sobre o Serviço Social”, propõe traçar em seu primeiro capítulo um estudo sobre a trajetória sócio histórica da educação brasileira, situando a fase econômica, social e política que perpassava cada época, bem como pontuar a função social da educação na sociedade de classes, compreendendo que a mesma é cooptada pelo capitalismo e utilizada como instrumento para a reprodução da lógica alienante.

Em seguida, no capítulo dois propõe-se abordar historicamente como se dá o processo de inserção do Serviço Social na educação, apresentando a prática profissional que norteava a profissão, posteriormente apontando as produções teóricas e debates pelos Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço social (ABPESS) sobre o processo de inserção e a prática dos/as Assistentes Social na educação.

Ao final, o terceiro capítulo resultado da pesquisa de campo realizada na Secretaria de Educação do Município de Sousa-PB e em uma das escolas do respectivo

Município, sobre a concepção dos profissionais de educação, sobre o Serviço Social e a necessidade de inserção desse profissional na educação básica do município.

1- ORIGENS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: CONCEPÇÕES E CONTRADIÇÕES

O processo de consolidação do sistema educacional brasileiro perpassa uma série de determinantes históricos, econômicos e sociais que tencionam avanços e retrocessos nesse âmbito, para isso se torna imprescindível situar quais as condições sociais vivenciadas pela sociedade brasileira em cada época, pois essa trajetória, só poderá ser entendida quando se fizer referência ao contexto do qual perpassa a construção educacional. Nesse sentido, pretende-se nesse capítulo, resgatar a trajetória histórica de consolidação da educação desde o período colonial até os dias de hoje.

1.1- Processo sócio histórico de consolidação da educação brasileira.

A educação de cunho formal tem início no Brasil a partir da chegada dos portugueses, que adentra esse território realizando uma série de mudanças em diversas áreas, no setor econômico é introduzido como modelo, o agroexportador, onde a produção agrícola produzida no território é destinada a Europa¹, na educação dar-se início a catequização dos índios com a chegada dos padres jesuítas, na questão cultural inicia-se o processo de mudanças drásticas, pois é imposta a população indígena mudanças em relação aos hábitos de vida como, por exemplo, a questão religiosa. Segundo Paina (2009):

O modelo agroexportador implementado na Colônia teve como função, oferecer lucro à metrópole, sendo atingido por meio da produção de produtos primários como açúcar, ouro, café e borracha. A economia brasileira estava organizada para produzir e exportar gêneros de expressão econômica no comércio europeu. O objetivo da política portuguesa era alcançar grandes lucros, por meio da produção da Colônia americana. Mas a produção para exportação dependia diretamente das oscilações do mercado externo, comprometendo desastrosamente o desenvolvimento econômico da Colônia (p. 58-59).

Esse modelo econômico foi introduzido na colônia com o objetivo de extrair e produzir o máximo de recursos possíveis, ou seja, não era interessante desenvolver a colônia no âmbito econômico e social, os recursos produzidos e extraídos de maneira natural seriam apenas explorados e exportados para a Europa. Para isso a educação desempenhava uma

¹A colônia mantinha exclusividade nos negócios com Portugal por ser comandada por esse país.

função social primordial nesse processo, utilizada como instrumento de controle da população pelos portugueses para alcançar seus objetivos. A educação independente do contexto social que perpassa a sociedade se torna um instrumento que contribui para a reprodução social dessa organização social.

No período colonial a educação se organiza a partir de três fases segundo Ghiraldelli (2006): “[...] a de domínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a Corte para o Brasil (1808-1821)”.

Os jesuítas chegam à colônia brasileira a partir da extinção das capitâncias hereditárias e a criação do Governo Geral que objetivava apoiar o processo de colonização no Brasil com o decreto sobre a diretriz educacional redigido por D. João III que determina a “[...] conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução” (RIBEIRO, 1992 p.19).

Para que essa determinação fosse cumprida chegam ao Brasil de Portugal o Padre Manoel de Nóbrega e dois² jesuítas membros da Companhia de Jesus³, iniciando o processo de construção educacional que estava relacionado à política colonizadora brasileira apoiando diretamente o processo de fixação do território como colônia portuguesa. A educação no período colonial visava à conversão dos índios a fé católica mediante a catequização e do ensino da língua portuguesa.

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé (RAYMUNDO apud NETO; MACIEL, 2008, p. 171).

A educação imposta aos índios nos moldes jesuíticos é fruto de um acordo entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa que beneficia ambas as partes, no que diz respeito a catequização e conversão dos índios a fé católica e ao Estado como meio de manobrar a população que já habitavam esse território. A imposição de uma crença às comunidades indígenas brasileiras aconteceu de maneira extremamente violenta sem levar em consideração as questões subjetivas dos índios quanto a seus costumes, fé, cultura e linguagem.

A aliança formada entre a Igreja Católica e o Estado proporcionou a colonização das novas terras sem entraves, pois foi possível desenvolver as iniciativas governamentais

²Contudo, não há consenso sobre o número de membros de jesuítas que chegaram ao Brasil, pois alguns estudiosos por sua vez afirmam que foram quatro membros.

³Fundada na França por Inácio de Loyola em 1534, esta instituição objetivava catequizar a sociedade de acordo com os preceitos cristãos, surge a partir da Reforma Protestante para fazer expansão do luteranismo na Europa.

sem impedimentos por partes dos índios que já habitavam esse território, a educação catequética por parte da Igreja se torna um dos principais métodos de manipulação e controle dos mesmos.

O método educacional utilizado pelos jesuítas era “estudos das letras, música, canto e doutrina cristã, o mesmo sistema se dividia em duas vertentes, sendo uma para a gramática latina e outra para o aprendizado profissional e agrícola.” (SILVA, 2015, p. 5), este sistema demonstra claramente o interesse da Igreja para catequização e conversão dos índios e do Estado Português em sua força de trabalho preparando para o trabalho manual agrícola.

É a partir da influência filosófica iluminista que diferentes reformas são realizadas, culminando na expulsão da Companhia de Jesus da Colônia Portuguesa, pois as ideias iluministas passam a influenciar a dinâmica da sociedade, o desenvolvimento da cultura, da educação, da ciência e da economia de alguns países da Europa incluindo Portugal. Conforme afirma Giraldelli (2006):

A Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e do Brasil quando o Marquês de Pombal, então Ministro de Estado em Portugal, empreendeu uma série de reformas no sentido de adaptar aquele país e suas colônias às transformações econômicas, políticas e culturais que ocorriam na Europa (GHIRALDELLI, 2006, p.26).

A partir da extinção das escolas jesuíticas começa a se desenhar uma série de reformas educacionais no período que ficou conhecido como pombalino⁴, o ensino passa a ser operacionalizado pelo Estado, onde a metodologia cristã é substituída por pensamentos pedagógicos pautados nas novas práticas educacionais que estão vinculadas às novas ideias que surgiam na Europa. Apesar dos investimentos e esforços em ampliar o grau de instrução da população, as medidas previstas nessas reformas não foram implementadas, ocorrendo uma interrupção na materialização da educação brasileira que decorre da desorganização e decadência educacional que ocorria na época, fruto da expulsão dos jesuítas.

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil⁵, o território passa a adquirir uma importância ainda não vista desde a chegada dos portugueses, sucedendo diversas reformas nos “[...] setores da economia, da política, da agricultura, com destaque para o ensino. Cursos que até então não existiam foram criados em área diversas” (BOAVENTURA, 2009, p.129).

⁴O Período Pombalino corresponde aos anos em que o Marques de Pombal exerceu o cargo de primeiro-ministro em Portugal (1759 a 1822), durante o reinado de D. José I.

⁵Em 1808 a família real portuguesa transferiu-se para o Brasil para fugir do ataque francês.

Verifica-se no período Joanino⁶ avanços na área econômica no que diz respeito à abertura dos portos as nações, estabelecendo no Brasil relações comerciais com outros territórios, fazendo com que o modelo econômico, além de agrário exportador passe a ser agrário comercial, a questão política é perpassada por uma série de mudanças com a chegada da corte portuguesa por se tornar sede desse governo e a questão educacional ganha destaque, pois há investimento para a abertura de cursos superiores em diversos ramos.

Apesar dos investimentos na educação e das intensas reformas no período Imperial, os avanços nessa área foram considerados pouco efetivos, tendo em vista que o país passava por um processo de adaptação econômica, não sendo possível avançar de maneira significativa na área educacional nesse período.

O ensino no Império foi estruturado em três níveis: primário, secundário, e superior. O primário era a “escola de ler e escrever”, que ganhou um incentivo da Corte e aumentou suas disciplinas consideravelmente. O secundário se manteve dentro do esquema das “aulas régias”, mas ganhou uma divisão em disciplinas, principalmente nas cidades de Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (GHIRALDELLI, 2006, p.28).

Percebe-se que a educação no país ganhou bases mais estruturadas e mais definidas, no que se refere a ensino primário secundário e superior⁷ avançou-se de maneira significativa no que diz respeito à materialização da educação no período imperial, porém as condições de funcionamento eram precárias, a política educacional nesse período era voltada para a civilização da sociedade e se destinava principalmente a população branca e livre, os escravos não recebiam instruções educacionais se configurando como uma educação seletiva e elitista⁸. A metodologia utilizada “[...] previa uma educação moderna e pragmática, exemplificada pelas chamadas aulas régias, que se compunham basicamente de aulas isoladas de leitura, escrita, latim, grego, retórica, gramática, filosofia e matemática, ministradas por professores portugueses” (OLIVEIRA, 2015, p. 161).

Com o processo de expansão do sistema capitalista, desponta novas maneiras dos países se relacionarem com relação à comercialização e a produção, transformando a relação econômica mundial, devido ao enfraquecimento econômico e político que perpassa a contradição existente entre a política econômica portuguesa e a nova política econômica que é

⁶O Período Joanino corresponde aos anos em que a Família Real chegou ao Brasil (1808 a 1821), durante o reinado de D. João VI.

⁷Foram criadas várias instituições de nível superior: Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Academia Médico-cirúrgica da Bahia (1808) e Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro (1809).

⁸A educação seletiva e elitista que predomina nessa época ainda está presente na estruturação e materialização da Educação no Brasil nos dias de hoje, para exemplificar a elitização da educação podemos citar a necessidade de haver um sistema de cotas raciais que está em vigor no país pelo fato da população negra ainda não ter acesso aos bancos da universidade em pé de igualdade com a população branca.

posta internacionalmente o domínio e exploração do território brasileiro por Portugal se concebe insustentável, dando espaço para a concretização da Independência brasileira em 07 de setembro de 1822, a partir de acordos políticos firmados entre a elite brasileira e a Europa.

Ao se tornar independente de Portugal não se verifica em território brasileiro nenhuma alteração significativa, o país ganha autonomia político-administrativa e livre comércio, mas mantém-se as estruturas socioeconômicas do período colonial, permanecendo o regime monárquico, a economia pautada no modelo agroexportador e agrário comercial base continuavam a ser a mão de obra escrava, em síntese o Brasil se torna independente, mas as suas bases estruturantes continuam as mesmas.

Há que se destacar ainda que o caráter elitista e excludente da educação brasileira não se alterou com a independência política alcançada em 1822. A aristocracia agrária, que empalmou o poder durante o Império, manteve intacta a estrutura econômica herdada do período colonial. Assim, o modelo colonizador português baseado no latifúndio, na mão de obra escrava e na monocultura da cana-de-açúcar voltada para a exportação continuou sendo a matriz socioeconômica da educação de elite, pois excluía da escolaridade o grande contingente da população que era formada pelos escravos (FERREIRA, 2010, p.17).

Apesar da educação de ensino primário passar a ser aberta a todos os cidadãos pela promulgação da primeira lei educacional –norteadada pelo princípio iluminista que defendia o direito as liberdades individuais e o acesso ao saber – a educação ainda permanecia não obrigatória, voltada para os jovens, de natureza elitista com regime escravocrata, ou seja, essa lei não se efetivava na prática e as falhas do sistema educacional permanecem não tendo nenhuma alteração.

É a partir das diversas crises econômicas e políticas vivenciadas na monarquia que se dá o esgotamento desse regime no que diz respeito às necessidades sociais, econômicas e educacionais, possibilitando a consolidação da proclamação da República no Brasil em 15 de novembro de 1889, terminando o regime imperial.

O Brasil da Primeira República não foi industrial: segundo o Censo de 1920, 69.7% da população economicamente ativa dedicava-se à agricultura, 16.5% ao setor de serviços e 13.8% à indústria, quadro que não se alterou significativamente até 1930. Mesmo assim, o crescimento da indústria nesse período não pode ser subestimado: fábricas de médio e de grande porte de fiação e tecelagem, bebidas, roupas, sapatos e alimentos, instaladas no Rio e em São Paulo desde o começo do século, empregavam um número crescente de operários e submetiam homens, mulheres e crianças a condições desumanas de trabalho (PATTO, 1999).

Apesar de alguns países do continente Europeu, Asiático e Americanoestarem vivenciando o processo de industrialização, o Brasil na Primeira República⁹ (1889-1930), mantém as suas baseseconômicas pautada na produção agrícola com alguns avanços

⁹Predomínio da aliança política conhecida como *café com leite* pela hegemonia econômica cafeeira que se dá pelos fortes vínculos firmados com os proprietários de terras.

industriais de produção nas principais cidades brasileiras condicionando as mulheres, homens e crianças a condições precárias de trabalho e de vida. No que concerna a educação “o governo federal empreendeu várias reformas no campo da educação, principalmente, no que, hoje, chamaríamos de Ensino Médio e no Ensino Superior” (FILHO, 2005, p. 1).

A série de reformas e criação de leis na educação objetivava a instalação de um sistema educacional. Essas reformas não contribuíram como esperado para a expansão do ensino superior no país e para mudanças preconizadas no ensino regular, devido a sua não implementação por uma série de fatores dentre eles, as intensas crises no âmbito social, econômico, político e cultural, o sistema educacional mais uma vez não se desenvolve como preconizado.

Entre 1889 a 1930, foram fundadas algumas escolas superiores e construídas muitas escolas primárias e secundárias, mas substancialmente pouco se alterou o quadro do sistema educacional. Neste período, o Estado apenas procurou garantir a manutenção dos estabelecimentos considerados como padrão para as demais escolas secundárias do País, mas não conseguiu atender aos anseios republicanos de ampliação das oportunidades educacionais, permanecendo ainda um sistema elitista, excludente e seletivo (idem)(PIANA, 2009, p.62).

A educação, nesse momento da história brasileira se consolida de maneira lenta e gradual, apenas ocorrendo uma ampliação no ensino superior, que visando o interesse da classe dominante permanece sendo utilizada como um meio de apaziguamento das massas em detrimento da manutenção de um sistema e para que, essa classe se mantenha no poder para isso, o Estado não efetivava políticas públicas qualificadas que permite o desenvolvimento da população mais pobre em todos os âmbitos sociais, impactando também na capacitação da força de trabalho para a crescente indústria da época devido as condições mínimas de educação.

Com o movimento político de 1930 contra a oligarquia cafeeira, o então presidente Washington Luís (1926-1930) é deposto, e Getúlio Vargas assume o poder, nesse momento não ocorrem mudanças drásticas na questão política e econômica do país conservando-se as bases da oligarquia cafeeira. Essa fase ficou conhecida como Era Vargas e compreende três períodos: o Governo Provisório (1930 a 1934), Governo Constitucional (1934 a 1937) e o Governo Autoritário (1937 a 1945), como afirma Fausto (1930):

Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador. Deposto em 1945, voltaria á presidência pelo voto popular em 1950, não chegando a completar o mandato por ser suicidar em 1954 (p. 331).

Esse governo se consolida marcado por intensas reformas em todas as áreas sociais visto que há uma intensificação no processo de desenvolvimento do sistema capitalista

com a expansão das forças produtivas¹⁰ que ocorre a partir da exploração do trabalho assalariado e do aumento da produção cafeeira possibilitando a expansão econômica, formando a base para uma política econômica e social que recentemente se caracteriza como neodesenvolvimentismo¹¹.

No âmbito educacional o mesmo passa por inúmeras transformações com projetos de leis especificamente voltadas para essa questão,

[...] a educação escolar foi considerada um instrumento fundamental de inserção social, tanto por educadores, quanto por uma ampla parcela da população que almejava um lugar nesse processo. Às aspirações republicanas sobre a educação como propulsora do progresso, soma-se a sua função de instrumento para a reconstrução nacional e a promoção social (ANDREOTTI, 2006, p. 105).

A educação nessa época é vista como uma das principais alternativas tanto para a ascensão da população, como para o desenvolvimento do país em seu contexto geral, incorporando a educação como um dos instrumentos responsáveis pela reconstrução do país a partir do desenvolvimento econômico e social proporcionado pela mesma.

Os avanços no âmbito educacional podem ser evidenciados a partir da criação do Ministério da Educação e da Saúde que se torna um marco na história educacional, e a promulgação da Constituição de 1934 que prevê a criação de um Plano Nacional de Educação, reafirmando a mesma como algo que deve ser assegurado pelo Estado, sua gratuidade, igualdade de acesso e sua obrigatoriedade.

Verificam-se avanços no que diz respeito à concretização de projetos que visavam garantir direitos a classe que vive do trabalho, mas o mesmo tenciona o crescimento e ampliação do sistema capitalista bem como a manipulação ideológica que pudesse impedir o questionamento da ordem vigente pela classe proletária. É com a transformação da sociedade pelo processo de industrialização e surgimento do sistema capitalista que a sociedade se modifica com relação às classes sociais¹².

As reformas educacionais enfrentam os rebatimentos da não consolidação educacional de épocas anteriores. Segundo Ferreira (2010):

Nesse contexto de grande demanda escolar reprimida, no qual dois terços da população brasileira era analfabeta, o Governo Provisório adotou as seguintes medidas educacionais: 1) criou o Ministério da Educação (e Saúde Pública), cujo primeiro titular foi Francisco Campos; 2) decretou o fim da laicidade nas escolas

¹⁰Baseado em Marx força produtiva é a combinação da força de trabalho humana com os meios de produção (máquinas, tecnologia dentre outras).

¹¹Em síntese, o neodesenvolvimentismo consiste em um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio, buscam tornar-se países desenvolvidos.

¹²Em Marx a sociedade de classes consiste nos detentores dos meios de produção que é a burguesia e a classe que vende a sua força de trabalho o proletariado.

públicas primárias, secundárias e normais; e 3) implementou a primeira reforma educacional de caráter nacional (p. 62).

Percebe-se que essas medidas avançam no que diz respeito à construção do ensino regular e superior público pela nacionalização do ensino e o encerramento das escolas estrangeiras, construindo escolas a partir da concepção de um sistema nacional de ensino com base na implementação de algumas das reformas. Porém,

As iniciativas do governo Vargas na área educativa, como em outros campos tinha uma inspiração autoritária. O Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, sem envolver uma grande mobilização da sociedade, mas sem promover também, consistentemente, uma formação escolar totalitária, abrangendo todos os aspectos do universo cultural (FAUSTO, 2001, p.188).

A educação na Era Vargas é marcada por mudanças que não proporciona avanços, no que diz respeito à consolidação de um sistema educacional que vise contribuir e agregar conhecimento formando uma população intelectualmente preparada, mas sim como um dos meios para reforçar a divisão de classes, aumentando a exploração que passa a formar uma grande massa de trabalhadores dispostos a contribuir para o crescimento do sistema capitalista, fazendo com que o sistema educacional nesse período seja norteado por esses parâmetros.

Em suma, o período em que o governo Vargas se mantém no poder tanto na primeira e segunda república é marcado por diversas questões de divergências políticas que impactam diretamente na questão educacional e que consolida um sistema educacional como um meio de manobra para manter a ordem vigente. Esse período termina com o suicídio de Getúlio Vargas instaurando uma nova fase republicana no Brasil.

Esse cenário é marcado pelo crescimento de líderes comunistas na política brasileira como dos movimentos populares que tencionam diversos embates políticos, pois a oposição trava diversos confrontos contra a bancada comunista nas eleições que se seguem, até a posse de Juscelino Kubitschek que tem o seu governo pautado na ideologia desenvolvimentista, ou seja, na crença de que o crescimento da industrialização brasileira poderia ser atingido através de ações planejadas pelo Estado na economia superando o modelo agroexportador que até então regulamentava a economia brasileira.

O processo de modernização do Brasil em termos de industrialização e estrutura das cidades como é o caso da construção de Brasília, é norteado a partir do lema “50 anos em 5” disposto no Programa de Metas que “[...] abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília, chamada de meta-síntese” (PASINATO, 2013, p. 5).

A educação nesse governo com relação ao ensino primário se consolida voltada para a erradicação do analfabetismo brasileiro, objetivo este que não se efetiva na prática devido à educação nesse período ser vista como uma maneira de alcançar o desenvolvimento industrial, por isso o ensino secundário se estabelece com uma educação voltada para a qualificação técnica profissionalizante e a instrução de técnicos e professores com o objetivo de formar empregados destinados aos setores da indústria.

Nesse governo se incorpora uma forma de educação que não exigia grandes investimentos, se efetivando medidas voltadas à educação de caráter pontual e emergencial, ocasionando assim na baixa absorção da mão-de-obra qualificada e uma educação funcional ao governo, pois na medida em que, a educação era promovida sem grande modificação crescia a ideia de ascensão social via a instrução educacional. Conforme afirma Barbosa (2006):

Ao tomarmos contato com o Plano de Metas (1956-1961) de JK, avaliávamos a hipótese, aceita por muitos teóricos que estabeleceram uma relação direta entre industrialização, qualificação da mão-de-obra e inserção no mercado de trabalho, da importância da educação para a industrialização do país, já que a primeira tinha lugar próprio no documento em pauta. Contudo, o aprofundamento da pesquisa demonstrou que a sua inclusão no Plano havia ocorrido quando este já estava praticamente pronto e, por outro lado, as metas para o setor educacional não haviam sido planejadas em conjunto pela equipe que estabeleceu as diretrizes globais para o desenvolvimento do Brasil (p. 19).

Por mais que a educação nesse governo seja vista como uma das possibilidades de se atingir o pleno desenvolvimento industrial no país, o plano de metas de JK só incorpora a educação como tal, quando o plano já está em sua fase final, ou seja, a educação não é considerada uma prioridade nesse governo.

Em 1960 ocorrem novas eleições presidenciais, onde se elegem Jânio Quadros como presidente e João Goulart como vice-presidente, ambos de pastas partidárias distintas. O governo Quadros é marcado por conferir:

[...] a área econômica de seu governo aos setores conservadores, tendo como Ministro da Fazenda o banqueiro baiano Clemente Mariani. No plano internacional, ensaia uma postura independente dos Estados Unidos, reatando as relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética (FILHO, 2010 p.106).

Essas medidas alteram os rumos da política interna e externa brasileira, pois o mesmo busca fazer com que o país tome medidas independentes dos Estados Unidos rompendo parcialmente sua relação com esse país, além de atrelar-se e voltar a manter vínculos com a União Soviética.

O sistema educacional no governo Janista era voltado à alfabetização da população brasileira, pois ele considera essa questão um dos fatores responsáveis pela situação

de vulnerabilidade social vivenciada pela maioria dos brasileiros na época. Nesse sentido

Cardoso (1977) afirma que:

Dois são os aspectos que mais sobressaem na visão janista desta questão. O principal é, sem dúvida, o estabelecimento do vínculo entre a educação e as necessidades da economia do país, com toda ênfase na promoção da eficiência e no aumento da produtividade. O outro é o tratamento da educação como parte, ainda que privilegiada, do campo mais geral da cultura (p. 274).

Na concepção Janista a educação brasileira, deveria passar por um processo de expansão e melhorias que contemplassem os aspectos culturais da população, sendo posta como um elemento extremamente vinculado às necessidades econômicas do país, ou seja, ao alfabetizar a população cria-se a geração de emprego ampliando a econômica do país. Sendo o analfabetismo um grande problema que ainda necessitava ser superado, uma das medidas voltadas para a superação desse problema é a criação do Movimento de Educação de Base (MEB), esse governo também marca a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1961.

Em 25 de agosto de 1961, em um episódio da história ainda mal explicado, Jânio Quadros renunciou. A posse polêmica de seu vice, João Goulart, só foi possível, como se sabe, mediante a adoção do sistema parlamentarista de governo, já que existiam conspiradores que lhe faziam objeção por considerá-lo *subversivo*. Em um contexto de crise econômica e acirramento das lutas políticas, presenciava-se a articulação das forças conservadoras frente à organização dos trabalhadores (BARBOSA, 2006, p. 54).

Após a renúncia de Jango instaura-se o sistema parlamentarista no país, pois o seu vice João Goulart –a quem caberia assumir o cargo de Presidente da República –era visto pelos setores conservadores como político de esquerda, assim suas decisões presidenciais passam a ser restritas e sujeita à aprovação de um grupo de parlamentares pois a sua pose é fruto de um acordo político entre Jango e os militares¹³ que dá legalidade a emenda que previa a realização de um plebiscito em 1965, ou seja, ao final do mandato de Goulart.

O respectivo plebiscito foi antecipado para janeiro de 1963, resultando na vitória do sistema presidencialista conferindo a Goulart governar livremente possibilitando assim, a realização do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social proposto pelo presidente.

Segundo Moreira (2011):

No setor educacional, o governo arrolava como princípios básicos a democratização da cultura e a habilitação profissional, pelos quais ambicionava transformar o sistema educacional brasileiro para as novas necessidades do desenvolvimento do país, assim como imprimir características científicas das mais avançadas. O setor educacional seria uma das mais profundas reformas de base (p. 206).

¹³Os militares se destacaram como os principais opositores a posse de João Goulart, vetando a possibilidade do até então vice-presidente do Brasil assumir a presidência a partir do sistema presidencialista que só seria permitido a partir da realização do acordo.

Ao colocar a educação como uma das esferas que necessitava se adequar ao projeto de desenvolvimento pensado para o país, o sistema educacional atinge um outro patamar avançando no que diz respeito a realização de uma ampla reforma educacional que visa dentre outras iniciativas maior investimento na educação científica.

O plano no âmbito educacional previa aumento no financiamento do setor educacional na tentativa de efetivar o que estava previsto constitucionalmente, ou seja, a obrigatoriedade do ensino básico para toda a sociedade que demanda o aperfeiçoamento e capacitação dos professores a expansão dos espaços físicos das escolas aumento as vagas tanto no primário como para o ensino médio.

O analfabetismo – problema histórico, que ainda perdura – seria encarado através do método Freiriano¹⁴ que pretendia “promover ampla mobilização para alfabetizar mais de cinco milhões de brasileiros que não possuíam condições culturais para participar do sistema de produção e do processo político” (MOREIRA, 2011, p. 207).

Em suma, por mais que houvesse um crescente investimento e implementação de uma série de medidas que visavam uma educação de qualidade, o sistema educacional não alcança patamares que possam possibilitar superar os problemas que afligem a educação no país, isso se deve ao quadro de instabilidade política da época e pela crise econômica que o país passava que resulta no aumento das tensões sociais juntamente com uma elite que se recusava a realizar concessões sociais¹⁵ culminando assim em 1964 no golpe de Estado que se concretiza e depõe o presidente João Goulart instaurando o regime Ditatorial Militar no país.

Por se tratar de uma mudança radical no regime político, econômico, social e educacional do país, que demandam uma apropriação mais extensa do que esse período representa historicamente para o Brasil principalmente pelo impacto causado pelas profundas alterações ao sistema educacional brasileiro, as quais apresentam resquícios até os dias atuais, se faz necessário abordar essa questão em um tópico específico para que o mesmo se dê de forma mais aprofundada.

1.1.1 Contexto educacional da Ditadura Civil Militar Brasileira (1964- 1985).

Pretende-se aqui elucidar como o golpe que instaura a Ditadura Militar se consolida, bem como discutirmos a respeito dos aspectos que orientam o sistema educacional

¹⁴ Paulo Reglus Neves Freire mais conhecido como Paulo Freire, nasceu no dia 19 de setembro de 1921, na cidade de Recife Estado de Pernambuco, é um filósofo educacional que revolucionou a maneira de pensar a educação através de sua concepção sobre a alfabetização vista como um processo que ensina o oprimido a libertar-se através do ensino da leitura e escrita. Atuou em diversas Universidades dentro e fora do país, foi exilado e produziu várias obras no campo da educação, faleceu no dia 2 de maio de 1997 em São Paulo.

¹⁵ Contrarias as reformas de base propostas pelo Governo.

brasileiro durante esse período. Para tanto, se faz necessário resgatar qual era o contexto político que perpassava o Estado brasileiro e a trajetória de embates travados pelos agentes internacionais, instituições da sociedade civil e dos movimentos sociais com destaque para o movimento estudantil pela educação.

No período que antecede ao golpe o país passa por grandes transformações, na área econômica, a partir do processo de industrialização ocorre o deslocamento¹⁶ do principal modelo econômico¹⁷, por estar ligado ao processo dinâmico internacional de intensa urbanização, na política vivenciava-se a efervescência de uma oposição muito forte ao governo Goulart. Segundo Lira (2010);

No período de 1955 à 1964, assistiu-se no Brasil à montagem de um setor de bens de consumo duráveis sob a hegemonia do capital estrangeiro. Neste sentido, couberam ao Estado novas funções produtivas e financeiras no jogo entre empresas estatais, privadas nacionais e multinacionais. Esta estatização formal da economia seria assumida pelas funções de planejamento econômico, com exceção da agricultura. As políticas econômicas desenvolvidas neste período tiveram como resultado uma forte desnacionalização e a utilização de mecanismos inflacionários como geradores de recursos. Entretanto, a recessão e o regime de exploração violenta das classes trabalhadoras contribuíram para o prosseguimento da acumulação, entretanto, foram a ruína do Estado de compromisso e da base social que viabilizou a sustentação dos governos populistas (p. 24).

Com a transição do modelo econômico nos governos populistas objetivando lançar as bases para o processo de acumulação voltado a inserção do país ao sistema capitalista, o capital nacional passa por um período propício a acumulação porém, é com a incompatibilidade entre o que é adotado no governo Goulart (1961 a 1964) e o modelo econômico dependente¹⁸ que vinha sendo implementado até então, que gera-se antagonismos implacáveis, resultando no golpe Civil Militar.

O Regime Ditatorial no país – consolidado através de um golpe – é marcado por várias transformações sociais a partir da implementação de medidas que visam o aprofundamento do modelo econômico dependente, intensificando a acumulação do capital e consequentemente o agravamento das desigualdades sociais e a concentração da renda nas mãos dos mais ricos. Quanto à questão política Germano (1990) afirma:

Com o golpe configura-se a ascensão de um novo bloco no poder, que envolve uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira – nacional e internacional –, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas. A este

¹⁶ O modelo agroexportador continua sendo uma das principais fontes econômicas do país, não há aqui uma substituição, apenas uma abertura ao modelo urbano industrial pelo processo de industrialização que o Brasil passava.

¹⁷ de agroexportador a urbano industrial, uma nova sociedade construída sob as bases.

¹⁸ O modelo econômico dependente, por ter limitações no que diz respeito a sua capacidade tecnológica, industrial e financeira se restringe a ter como papel no meio econômico mundial o fornecedor de matérias primas e mão de obra barata as economias mais avançadas.

conjunto, por vezes, chamados de elite, devido ao espectro de interesses que representa (p. 1).

Com a mudança no regime¹⁹ político do país os comandantes ditatoriais, ou seja, os militares passam a ter o controle²⁰ da nação, emerge um período de constante tensão onde reina o autoritarismo político, com o poder centralizado no Estado, aumento da vulnerabilidade social vivida pela classe trabalhadora devido aos baixos salários e a constante repressão²¹ a qualquer manifestação popular.

Diante desse contexto de repressão, a educação cumpre uma função social primordial nesse período, numa tentativa de neutralizar as tensões sociais, são realizadas reformas educacionais decorrentes de acordos firmados entre Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Agency for International Development - USAID)²², onde o país passa a receber assistência para realização das reformas que se expressam nas Leis nº 5.540/68 (do ensino universitário) e da Lei 5.692/71 (do ensino de 1º e 2º grau). Essas reformas estão ancoradas nas concepções ideológicas de Privatismo, Segurança Nacional e Tecnicismo²³.

Tais fundamentos ideológicos perpassam esse período como mecanismos de dominação política e social, não nos cabe aqui adentrar em uma discussão aprofundada dessas ideias, porém se faz necessário pontuar de maneira geral o conceito de cada uma delas, quais as medidas adotadas na educação e em outros setores, que tem por influência essa ideologia e demonstrar que as reformas educacionais tomadas com base nessas ideologias visam adequar o sistema educacional ao modelo político vigente, bem como, promover o desenvolvimento econômico do país.

O privatismo segundo Cunha (1995, p. 322): “[...] é definido como a prática de pôr a administração pública a serviço de grupos particulares, sejam econômicos, religiosos ou político-partidários”, ou seja, as atribuições que antes eram desempenhadas pelo estado passa a ser função da iniciativa privada, sendo efetivado de acordo com os ideais privatistas que visam favorecer o capital.

Quanto a privatização no campo educacional Cunha (1995) afirma:

¹⁹ De democrático a ditatorial.

²⁰ Econômico, político, social e educacional.

²¹ As bases ideológicas que sustentam a repressão no país estão ancoradas na Doutrina de Segurança Nacional, que será detalha posteriormente.

²² Essa parceria representa uma sucessão de acordos firmados que nortearam as reformas educacionais no período ditatorial entre os anos 1964 e 1968.

²³ Muito similares as ideologias presentes na atual conjuntura da educação brasileira.

O regime militar favoreceu enormemente a iniciativa privada no campo educacional. Os agentes e colaboradores do golpe de Estado de 1964 fizeram parte ou tinham afinidades político-ideológicas com os grupos que defenderam um projeto de lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB, de orientação privatista, que deu origem à lei 4.024, de dezembro de 1961 (p. 323).

Além da promulgação de uma LDBEN que atenda os ideais privatistas, há ainda a instituição do salário família, pela Lei nº 4.440/64, cujo principal objetivo é transferir a educação para a iniciativa privada. Essa Lei determinava que as empresas contribuíssem 1,4% do pagamento dos seus empregados para a previdência social, que seria investido em medidas para o desenvolvimento do ensino fundamental, ficariam isentas as empresas que apresentava um quadro de funcionários acima de cem, desde que oferecesse para os funcionários e filhos acesso ao ensino primário ou bolsa de estudos em escolas privadas. Ainda, influenciado pela ideologia privatista promulga-se a Lei nº 4.917/65 que dispõem sobre a isenção de impostos de importação e consumo e de outras contribuições fiscais as escolas particulares, fortalecendo o privado em detrimento do público. Segundo Lira (2010):

O governo pretendeu impor a política educacional sem resistência. Deste modo, a partir de 1964, a ditadura iniciou um processo progressivo de imposição de leis autoritárias dirigindo o aparato repressivo do Estado contra o movimento estudantil e as suas entidades representativas. A Lei n.º 4464 de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou na ilegalidade as entidades estudantis, como União Nacional dos Estudantes (UNE), e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, procurando eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente dos estudantes (p. 63).

Para que os ideais que norteavam a política educacional se implementassem e se reproduzisse sem entraves, o governo lança mão de estratégias ideológicas e de repressão ao movimento estudantil. Em suas organizações as entidades estudantis buscavam combater o avanço dessas concepções sob a educação. O governo ditatorial através da promulgação de leis que não reconheciam a luta desse movimento como legítima, lançou mão de regulamentar o funcionamento dos Diretórios Acadêmicos (DA) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) visando o controle total do movimento estudantil.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) emerge inicialmente nos Estados Unidos, em um contexto marcado pela Guerra Fria, em que os países que compunham o bloco ocidental²⁴ enxergavam na União Soviética uma ameaça a seus

²⁴Define-se por Bloco Ocidental os países que durante a Guerra Fria estavam ligados a ideologia liberal-capitalista e eram liderados pelos Estados Unidos.

interesses, firmada no argumento de que a teoria²⁵ que fundamenta a política Soviética ameaçava a segurança nacional desses países.

Segundo Alves (2005) a Doutrina de Segurança Nacional

[...] prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associado ao desenvolvimento capitalista associado-dependente á defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”. Por sua vez, esta ênfase na constante ameaça á nação por parte de “inimigos internos” ocultos e desconhecidos produz, no seio da população, um clima de suspeita, medo e divisão que permite ao regime levar a cabo campanhas repressivas que de outro modo não seriam toleradas. Dessa maneira, a dissensão e os antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso de uma ideologia de dominação de classe que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista (p. 31).

É a partir da difusão dessa doutrina e do combate ao comunismo enquanto política externa norte americana que diversos países adotam essa ideologia, instalando-se Estados totalitários em todo o mundo. No Brasil, a difusão dessa doutrina e os aparelhos que formularam as estratégias que seriam difundidas entre as classes populares foram juntamente com os militares e o empresariado a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), possibilitando pela difusão da DSND, a criação de um ambiente propício ao controle e a repressão das classes sociais, justificando-se assim as mais variadas formas de violência que acontece nesse período. Nas palavras de Germano (1994):

A institucionalização das triagens ideológicas, a cassação de professores, e alunos, a censura ao ensino, a subordinação direta dos reitores ao Presidente da República, as intervenções militares em instituições universitárias, o Decreto-lei 477/69 com extensão do AI-5 ao âmbito específico da educação e a criação de uma verdadeira polícia-política no interior das universidades, corporificada nas denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI), atestam o avassalador controle exercido pelo Estado Militar sobre o ensino (p. 133).

A Doutrina de Segurança Nacional, além de nortear as práticas repressivas na educação, é utilizada pelos programas de cooperação para desenvolvimento da educação brasileira²⁶ como meio para a adequação do sistema de ensino as exigências do modelo econômico e político que se vivenciava, bem como, para a articulação e consolidações de acordos com os setores universitário que apoiavam o Regime Ditatorial. Segundo Romanelli (1986) os objetivos traçados para educação por esses programas seriam:

1. Estabelecer uma relação de eficácia entre recursos aplicados e produtividade do sistema escolar; 2. atuar sobre o processo escolar em nível do microssistema, no sentido de se “melhorarem” conteúdos, métodos e técnicas de ensino; 3. atuar

²⁵ Tese marxista da revolução universal.

²⁶ Um dos acordos firmados entre MEC e USAID.

diretamente sobre as instituições escolares, no sentido de conseguir delas uma “função mais eficaz para o desenvolvimento; 4. modernizar os meios de comunicação em massas, com vistas à melhoria da “informação nos domínios da educação extra-escolar”; 5. reforçar o ensino superior, “com vista ao desenvolvimento nacional” (p. 210).

Esses objetivos, de maneira geral, demonstram que a educação “[...] com a ideologia da segurança nacional – reveste-se assim de um anticomunismo exacerbado, de um anti-intelectualismo que conduzia à misologia, ou seja, a negação da razão, e mesmo ao terrorismo cultural” (GERMANO, 1994, p. 105). Quanto as medidas que visam “melhorarem” os métodos de ensino se faz aqui necessário ressaltar a presença da concepção tecnicista, quanto ao método de ensino no sistema educacional durante esse regime.

O debate tecnicista entra em pauta no que diz respeito a discussão dos limites e possibilidades que a industrialização proporciona ao país, no que tange a nova fase de expansão econômica, ou seja, ao passar por essa nova fase econômica pretendesse aqui expandir ainda mais o sistema capitalista com a implementação do modelo tecnicista no sistema educacional.

O tecnicismo é a base das reformas educacionais no Regime Ditatorial, por ser uma concepção pedagógica, esta passa a orientar o fazer profissional dos pedagogos. Ao adotar essa concepção o Estado passa a negligenciar a educação reduzindo o papel do professor. Para que se possa entender melhor é necessário delimitar em que consiste o tecnicismo.

Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorre no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (Saviani, 2013, p. 381).

O tecnicismo tende adequar a educação como um processo objetivo e produtivo a sociedade empresarial, através da preparação da mão de obra qualificada para a indústria, ou seja, objetiva preparar o trabalhador para a execução do seu trabalho trazendo maior produtividade. Ocorre de modo semelhante ao modo fabril, pois o trabalhador se torna uma parcela da linha de produção, isto é, o estudante que por sua vez se tornará trabalhador deve se adapta ao processo de trabalho, adaptação essa que se dará por meio da aplicação de conteúdo dado em sala de aula.

Quanto ao currículo, o mesmo foi alterado pela inserção de disciplinas de caráter técnicos, diminuindo a carga horária ou extinguindo matérias muito importantes como: história, geografia, filosofia e sociologia, circunstancias essa, que vem se reproduzindo na atualidade. Um exemplo, é a reforma do ensino médio sancionada no dia 16 de fevereiro de

2017, colocando em vigor a Lei nº 13.415 que prevê a organização dos currículos do Ensino Médio por áreas do conhecimento, ou seja, os/as alunos/as podem escolher quais áreas do conhecimento irão cursar, além das disciplinas de caráter técnico. Tais medidas causam defasagem no ensino e aprendizagem, que repercute mais fortemente na educação pública, como afirma Aranha (2006)

A queda do nível de ensino repercutiu de maneira mais drástica na escola pública, obrigada a manter as exigências oficiais ao pé da letra, enquanto as escolas particulares de certa forma “contornavam” a lei, assumindo apenas a nomenclatura dos cursos, mas mantendo os conteúdos tradicionais. Isso aumentou a seletividade de nossa educação, fazendo com que o ensino superior se destinasse cada vez mais aos filhos da elite (p. 233).

Ao reforçar um sistema educacional elitista e classista, evidencia-se que a educação no país vem se reproduzindo igualmente desde as suas primeiras práticas, no que diz respeito ao analfabetismo, problema enfrentado na educação brasileira, o governo ditatorial do General Costa e Silva cria em 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), instituído pela Lei nº 5.379/67, esse programa visava combater o problema de analfabetismo estrutural que perdurava no país.

O Mobral foi implementado inicialmente – devido à falta de recursos – como um suporte de assistência financeira e técnica aos programas de alfabetização, o mesmo só é efetivado em meados de 1970 quando se encontram meios que financiassem as iniciativas previstas na sua reformulação. No que se refere ao financiamento “[...] o Mobral recebia recursos da Loteria Esportiva (30% da renda líquida, conforme definição da Lei nº 594 de 1970), do imposto de renda, além das doações de empresários” (OLIVEIRA, 2011, p. 39).

Pretende-se aqui, de maneira geral, apresentar as principais características do Mobral, que por ser implantado em um contexto ditatorial, segue as tendências que norteavam a educação nessa conjuntura, podendo assim, ser identificadas tendências ideológicas aludidas anteriormente. O principal objetivo desse programa era eliminar o analfabetismo entre jovens e adultos na faixa de 15 a 35 anos e alfabetizar um grande contingente educacional em um curto espaço de tempo. Quanto a estruturação

O período de duração dos cursos oferecidos pelo Mobral era de cinco meses, com duas horas aula por dia (de segunda a sexta-feira). O programa apresentava a seguinte estruturação: Mobral Central; Coordenações Estaduais e Territoriais e Comissões Municipais. Investiu-se em quatro programas: Alfabetização Funcional; Educação Integrada; Mobral Cultural e o de Profissionalização (OLIVEIRA, 2011, p. 38).

A concepção que norteava esse programa via a população analfabeta como culpados por sua situação e seriam os principais responsáveis pela situação de vulnerabilidade social em que se encontravam, além de serem considerados um atraso para o desenvolvimento

e progresso econômico do país, pois afirmavam que os mesmos não se esforçavam para saírem dessa situação e portanto, não contribuam para que o país avançasse.

Os conteúdos transmitidos, de maneira geral, eram relacionados a questões cotidianas com foco na religião e na difusão do patriotismo, quanto a escolha de discentes não se verificava nenhum tipo de pré-requisito no que diz respeito a formação, se constituindo em uma ação desqualificada e emergencial, pois a mesma, era voltada apenas para cumprir uma função imediata de força produtiva, isto é, “capacitar” minimamente a força de trabalho para explorá-la, reforçando assim a concepção dos sujeitos como responsáveis pela sua desgraça ou sucesso e a falsa ideia de ascensão social via alfabetização, essa última, possibilita o controle das massas populares ao minimizar a insatisfação da população.

Em síntese, o período Ditatorial no Brasil é marcado por diversas modificações que reforçam a concepção da educação, enquanto uma aliada para a reprodução do sistema capitalista que emerge nesse contexto. É com o esgotamento econômico e as mobilizações de massas já que se abre caminho para o processo de redemocratização brasileira, dando início a Assembleia Constituinte que promulga a Constituição Federal de 1988, iniciando assim uma nova fase histórica no país.

O resgate histórico permite assim evidenciar, que o contexto político e social brasileiro sofre uma série de entraves que repercutem na plena implementação de políticas sociais para a classe que vive do trabalho. É a partir do pós-ditadura, com a redemocratização, que se estabelece possibilidade para a consolidação de políticas públicas que garantem minimamente direitos sociais, avança-se significativamente na legislação brasileira no que diz respeito a promulgação de Leis que normatizam esses direitos, porém, a ofensiva neoliberal²⁷ e a disputa pelo fundo público capitalista causa o desmonte dessas políticas sociais.

Esse período só pode ser superado a partir da luta e mobilização da classe trabalhadora que fortalece e organiza o movimento sindical em detrimento da questão econômica e melhores condições de vida e de trabalho, mas para além disso apresentam uma luta permeada pela dimensão política anticapitalista na medida em que reivindicam seus direitos.

1.2 A educação como campo de disputas: avanços e retrocessos

²⁷ O Neoliberalismo é uma reação teórica ao Estado de bem-estar social (Welfare State), pois tem como ideia o fortalecimento do Estado a partir do processo de controle dos gastos sociais, visto, que concebem os gastos com as políticas públicas como impedimento a acumulação do capital “A inspiração do ideário neoliberal pode ser encontrada em duas obras principais: “O caminho para a servidão” (Friedrich Hayek, 1944) e “Capitalismo e liberdade” (Milton Friedman, 1962)” (RODRIGUES, 2014, p. 30).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, mais conhecida como constituição cidadã onde as bases sociais brasileiras são alteradas, pois se constitui um novo momento histórico com direitos sociais socialmente garantidos mudando radicalmente a dinâmica de reprodução das relações sociais, bem como as bases políticas do país constituindo como direitos sociais, segundo o artigo 6º da CF/88 “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2018, p. 23).²⁸

Nos marcos dessa nova Constituição a educação, pela primeira vez, é estabelecida, como direito social. Ao garantir tal direito a educação passa a ser uma política pública que tem como princípios promover o acesso universal, ou seja, acesso igualitário e condições de permanência a toda a população, ensino gratuito, liberdade metodológica, valorização do/a professor/a, garantia da qualidade de ensino, e a gestão democrática do ensino público (BRASIL, 2018, p. 160).

Além do que está disposto na Constituição Federal de 1988, há as leis específicas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) que regulamenta o ensino nacional público e privado, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que dispõem sobre a proteção das crianças e dos/as adolescentes no sentido jurídico, o Plano Nacional de Educação (PNE) que objetiva operacionalizar melhorias na qualidade do ensino através de investimentos e por fim as Leis sobre os fundos destinados a educação como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que regulariza de onde saíra o dinheiro para custeio da educação pública.

As políticas sociais previstas constitucionalmente não se desenvolvem sem entraves visto que, com advindo da crise do modo de produção capitalista especificamente do modelo econômico keynesiano fordista emerge como solução para recuperação do sistema “a liberdade de mercado, a alteração da estrutura produtiva e a reforma do Estado, articulado e pondo em cena o neoliberalismo” (SILVA, 2011, p. 22).

Atualmente o país vem passando por um constante processo de retirada de direitos, que compreende um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, onde

²⁸ Redação dada pela Emenda Constitucional n. 90/2015. Para mais informações acesse o site da Câmara dos Deputados, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-90-15-setembro-2015-781520-publicacaooriginal-148098-pl.html>> Acesso em: 10 de Maio de 2019.

O neoliberalismo é a expressão desse processo de retirada do Estado da sustentação dos custos de reprodução da força de trabalho, como elemento necessário para o desenvolvimento capitalista. A partir daí, necessariamente se reduzem seus investimentos na área social, absorvendo-se o discurso do Estado mínimo, de redução da presença do Estado na economia, de redução da carga tributária (OLIVEIRA, 1966, p. 64).

As políticas sociais tem sua trajetória marcada por uma série de desmontes e retrocessos no que tange a suas regulamentações, sistemas, estruturas, e principalmente no que diz respeito à execução dos valores financeiros aportados para financiar as suas ações, a partir da intensificação da investida neoliberal no país, objetivando o pagamento de dívidas públicas através de cortes no financiamento que rebate na articulação entre as políticas sociais onde o Estado passa a ser desresponsabilizado, aumentando o incentivo da privatização das políticas sociais onde o trabalhador passa a comprar os benefícios.

No caso da política de educação, a realidade não é diferente, esta sofre os rebatimentos da apropriação dos recursos públicos destinados a seu financiamento para atender aos interesses do capital. As renúncias tributárias dadas pelo Estado principalmente as empresas se torna mais um agravante para a retirada de recursos. Esse processo de desmonte da política educacional vem se materializando e se aprofunda radicalmente.

Globalização, reestruturação produtiva e reforma do Estado compõem a tríade central da ofensiva neoliberal que, ao longo das últimas três décadas – tanto no plano material/objetivo, quanto no plano ideológico/subjetivo – disseminaram, justificaram e operacionalizaram os interesses e as estratégias do capital na sua investida em prol de uma tentativa de superação da crise estrutural a que se encontra submetido (SILVA, 2011, p. 23).

As crises do modo de produção capitalista é um dos elementos que traz consequências no âmbito econômico e social, impactando diretamente na efetivação dos direitos socialmente garantidos, pois uma das características para suprir a crise do capital é a utilização do fundo público destinado ao financiamento das políticas públicas para socorrer determinadas instituições financeiras, isso implica na retirada de direitos interferindo no processo de operacionalização das políticas sociais acentuando a desigualdade social pelo não acesso. A crise no modo de produção capitalista está diretamente relacionada com a não implementação de políticas públicas.

Tal captação dos recursos públicos para socorrer as empresas capitalistas gera a disputa pelo fundo público entre o direcionamento de recursos para consubstanciar a reprodução do capital e quanto aos investimentos em políticas sociais que permitem a classe que vive do trabalho melhores condições para sua reprodução social.

A educação enquanto uma política pública é efetivada com avanços significativos no que diz respeito a legislação que orienta a sua operacionalização, mas sofre rebatimentos

pelo contexto neoliberal que possibilita a retirada de direitos, e a disputa pelo fundo público, impactando de maneira a precarizar a política educacional brasileira, que em diferentes épocas apresenta uma função social para a reprodução de determinado modo de produção, com o advindo do capitalismo e dessa nova fase econômica, se faz necessário pontuar a função social que o modelo educacional vigente desempenha na sociedade capitalista.

1.3 - Função social da educação na sociedade capitalista

A educação em seu processo de constituição, se consolida na sociedade apresentando uma função social, que é estabelecida pelo modelo econômico que se reproduz na sociedade, em determinado período histórico. Vivencia-se atualmente a reprodução do sistema capitalista em sua fase monopolista, inicialmente se faz necessário evidenciar, como esse modo de produção funciona para então entender, qual função social é atribuída por esse sistema, a esse modelo educacional.

O sistema capitalista traz novas bases para vida em sociedade, impactando na produção e reprodução da vida social, emergindo a partir da ascensão exponencial da burguesia, pois a mesma ao se tornar detentora dos meios de produção e conseqüentemente de toda a riqueza socialmente produzida, gera a divisão social em classes que se consolida por meio da divisão socio técnica do trabalho.

O sistema capitalista então, tem suas limitações e contradições que se tornam necessárias para sua reprodução, pois o mesmo, ao emergir faz com que a sociedade de classes adquira patamares de complexificação inéditos no que diz respeito à intensificação das desigualdades sociais. Essas contradições se revelam a partir do alto desenvolvimento das forças produtivas²⁹, que proporciona o crescimento da produção de maneira que possa vir a superar as desigualdades sociais existentes, no entanto, a mesma é produzida por esse sistema e se torna necessária para sua reprodução, ou seja, o “desenvolvimento capitalista é, necessariamente e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada da pobreza” (NETTO, 2007, p. 142).

A superprodução que se verifica no sistema capitalista só é possível de ser consolidada por meio da exploração do capital sobre o trabalho, esse processo é garantido pela alienação e objetificação dos trabalhadores. A educação, a partir do modelo educacional – norteador pela lógica ideológica dominante – se torna um dos instrumentos para a reprodução dos ideais capitalistas, pois a mesma, nessa sociedade não se efetiva visando proporcionar para a classe que vive do trabalho um ensino crítico que permite ler a realidade a partir dessa

²⁹Entende-se por forças produtivas em Marx os meios e técnicas utilizados no desenvolvimento do trabalho.

matéria, ou seja, é utilizada como meio ideológico para que a classe dominante se mantenha no poder, “visto que a educação sempre esteve a serviço de um modelo econômico de natureza concentradora de rendas e socialmente excludente”. (PIANA, 2009, p. 67). A educação escolar então assume um papel ideologicamente importante para o processo de reprodução do capital, sendo nesta particularidade que nos deteremos.

No Brasil, a educação se efetiva com suas especificidades, conforme Almeida (2005, p. 4):

A educação não ter se constituído até o momento em um direito social efetivo e universalmente garantido, um patrimônio da sociedade civil, conforme ocorreu em vários países como etapa fundamental do processo de consolidação do próprio modo de produção capitalista, ou seja, como um valor social universal e como condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas.

Em outros países cujo modo de produção é também capitalista, a educação se consolida como um direito universalmente garantido pelo processo de dinâmica que o próprio sistema produz, isto é, a educação é estabelecida como um direito justamente pela necessidade desse sistema se autoafirmar e manter as suas bases reprodutoras. No Brasil, isso não ocorre exatamente como nos outros países, apresentando assim particularidades tanto no sistema educacional brasileiro como no desenvolvimento do sistema capitalista.

Essas particularidades se apresentam devido ao dilema social particularmente vivenciado pela sociedade brasileira, explicitado por Oliveira (2010, p 46): o “[...] dilema social brasileiro, que consiste na resistência sociopática das elites brasileiras a qualquer proposição de mudança social mais profunda, sintoma de uma ação político-cultural incompatível com a retórica liberal e às inovações demandadas pela própria ordem econômica”.

A partir dessa compreensão, é possível constatar que as mudanças sociais no país ocorrem de maneira peculiar, a partir do quanto a elite brasileira está disposta a consolidar enquanto direitos sociais, esse fluxo se torna incompatível economicamente, pois a medida em que se verifica mudanças na dinâmica econômica gera-se a necessidade de atender demandas sociais mais profundas em relação a classe que vive do trabalho.

Nesse contexto, a educação se materializa influenciada por essa dinâmica, onde “tentam introduzir em nosso meio uma nova e perniciosa modalidade de controle – o controle ideológico – pelo qual esperam assegurar-se uma drástica e ilimitada tutela sobre a composição, a estrutura e o funcionamento da universidade brasileira” (FERNANDES, 1975, p. 28).

O controle ideológico é estabelecido com vista a manter o status quo, que se dá através do controle da organização, estruturação e funcionamento educacional universitário, assim se reflete em âmbito educacional uma concretização e reprodução de um padrão de educação especializado, isolado e de acordo com a dinâmica ideológica de uma determinada classe social para manter a reprodução do modo de produção capitalista. Dessa maneira,

O principal fator de sua existência e inflexibilidade era a própria estrutura da sociedade brasileira, que convertia o esforço educacional, desenvolvido aos níveis do ensino secundário e superior, em subprocesso cultural da monopolização do poder pelos setores privilegiados das classes possuidoras (sic) (FERNANDES, 1975, p. 30).

O modelo educacional que se concretiza tanto em âmbito secundário e superior é resultado da maneira em que a sociedade brasileira é estruturada, ou seja, “impõem-se que [...] façam uma rotação copernica, que ajuste suas ideologias, pelo menos, aos interesses e aos valores sociais de uma sociedade capitalista” (FERNANDES, 1975, p. 30), possibilitando a manutenção e permanência dessa classe no poder, bem como o processo de alienação e objetificação da classe que vive do trabalho.

Essas afirmações permitem evidenciar que

A posição do ensino secundário no sistema educacional brasileiro permite defini-lo sociologicamente, portanto, como um tipo de educação estática, que visa unicamente a conservação da ordem social. Também parece evidente que a persistência da velha mentalidade educacional e a influência dos círculos sociais se explicam, sociologicamente, pelo fato das tradições e de instituições sociais como a família ou a Igreja manterem ainda uma parte considerável de sua atividade educativa (FERNANDES, 1977, p.112).

Ao analisar sociologicamente a posição do ensino secundário, percebe-se que o modelo educacional que se concretiza na sociedade brasileira é proposto, com vista a atender um perspectiva ideológica dominante, com práticas educacionais embasadas em meios tradicionais que se efetivam através de instituições sociais como a família e a Igreja, reforçando a concepção de um currículo educativo voltado à velhas práticas educacionais que direciona a educação de acordo com os interesses capitalistas.

E, de acordo com esses interesses, há uma enorme diferença entre o que cada classe deve saber. Enquanto os filhos da classe dominante se preparavam para serem os futuros dirigentes da sociedade, os filhos dos trabalhadores tiveram acesso ao conhecimento básico necessário à produção, habilitando-se profissionalmente para a execução de tarefas laborativas (FRERES; et al., 2008).

O processo de ensino é elaborado e preconizado de acordo com o que o modo de produção capitalista exige da classe trabalhadora, ensino este voltado diretamente para a inserção no mercado de trabalho, ou seja, não visa uma educação que proporcione a apreensão

da realidade de uma forma crítica, mas apenas a qualificação, para que as mercadorias sejam bem desenvolvidas, processo este necessário para a expansão do capital.

A educação como complexo necessário para a reprodução social da sociedade de classes do sistema capitalista, se torna um instrumento para reproduzir as relações sociais alienadas, onde a classe dominante transforma a educação como dispositivo para sua reprodução ideológica. Assim, ao analisarmos os fatores ideológicos de dominação disseminados pela educação, é perceptível que a produção do conhecimento exerce mais uma função determinante para o capital no desenvolvimento de novas tecnologias, criando meios para extrair o trabalho excedente.

No sistema capitalista a educação assume diferentes formas, variando no decorrer do seu processo de desenvolvimento. No início era disseminado ideologicamente que seria através da educação que a classe trabalhadora melhora as suas condições objetivas, pois as oportunidades de inserção e permanência na escola eram igualitárias, porém o que se observa é um ensino voltado para contenção e alienação das massas, sendo garantido um mínimo de instrução a classe que vive do trabalho.

A educação então é posta na sociedade do capital como a solução intermediadora dos problemas causados por esse sistema, se materializando como o principal instrumento para mascarar o processo de exploração sobre o trabalho visto que “O modo capitalista de produzir supõem, pois, um “modo capitalista de pensar”, que se expressa a ideologia dominante, na sua força e nas suas ambiguidades” (IAMAMOTO; CARVALHO; 2013, p.115).

Para além do exposto, é importante destacar que a educação deve estar pautada no princípio de emancipação humano, ou seja, em suas bases deve transmitir o conhecimento que vise à emancipação plena dos indivíduos em sociedade, o estabelecimento de uma educação que preconize a emancipação humana pode e deve ser desenvolvido sob o capitalismo visando assim a superação do mesmo.

Considerando a possibilidade de uma educação pautada nesse princípio, se faz necessário ressaltar que o modelo de educação que atualmente é implementado no país por mais que esteja a serviço da classe dominante, se coloca para além disso, pois é possível efetivar uma educação de qualidade em seu sentido amplo, bem como se verifica bandeiras de luta voltada nesse sentido.

Para abordar a educação na perspectiva emancipatória, será empregada a concepção do sociólogo Florestan Fernandes³⁰. Para esse intelectual “A escola tem que abrir o horizonte intelectual do estudante, colocando conteúdos que tornem a educação um instrumento não só para a vida, mas para a transformação da vida e da sociedade” (FERNANDES, 1989, p. 149). Ao afirmar que a educação deve ser um instrumento que vise a transformação da vida e da sociedade, pretende-se evidenciar que o ensino deve ser um dos meios que possibilite a emancipação da sociedade ao sistema de classes, bem como ofereça meios para “não se desvencilhem, em sua identidade e em seus papéis sociais, dos objetivos que definem a relação da classe trabalhadora com a transformação da sociedade capitalista” (FERNANDES, 1989, p. 150).

Além de materializar um sistema de ensino que possibilite a construção crítica para sua emancipação, se faz necessário ainda, assegurar meios para que não haja distanciamento desse pensamento crítico proporcionado a classe que vive do trabalho definir os objetivos que levará a transformação da sociedade do capital, ou seja, a formação deveria proporcionar e assegurar o desenvolvimento intelectual da classe que vive do trabalho para que a lógica educacional do capital não se perpetue e se reproduza.

Contrário à concepção que restringe a educação unicamente como meio de desenvolvimento econômico, Fernandes defende uma reforma no modelo educacional que abarque amplamente o desenvolvimento econômico, a conscientização política, a universalização da cultural, a ampliação dos direitos sociais na igualdade e justiça social e a democracia. Quanto a particularidade educacional brasileira o autor afirma:

Na situação brasileira, na qual procuramos combater, penosamente, os efeitos do subdesenvolvimento econômico, social e cultural, temos forçosamente que pensar na educação como um elemento dinâmico, capaz de disciplinar as relações do homem com o meio natural e humano, bem como de convertê-lo em senhor do seu próprio destino histórico (FERNANDES, 1966, p. 21).

Por ser um país que apresenta configurações próprias, no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas, o mesmo é considerado subdesenvolvido economicamente, socialmente e culturalmente, a educação então, deve ser pensada como um meio capaz de compreender as relações sociais levando em consideração o homem e o ambiente em que vive, possibilitando ao mesmo traçar os próximos passos que serão dados

³⁰ Florestan Fernandes nasceu no dia 22 de julho de 1920 na cidade de São Paulo. É considerado o fundador da sociologia crítica no Brasil, foi político, eleito Deputado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – partido este que ajudou a fundar – é formado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foi um dos principais militantes educacionais no Brasil, faleceu no dia 10 de agosto de 1995 na mesma cidade em que nascerá.

historicamente, pois a educação aqui é considerada como elemento central para uma sociedade democrática.

Para que uma sociedade democrática se efetive, é imprescindível manter uma educação que proporcione a apreensão da realidade de forma crítica, apenas alfabetizar e preparar para a inserção no mercado de trabalho não possibilita o exercício de tornar indivíduos capazes de se constituírem enquanto seres críticos. Nas palavras de Fernandes (1966) “[...] não basta alfabetizá-lo, para que êle (sic) adquira nova mentalidade e se converta em agente econômico eficaz, em agente políticoresponsável ou em agente social construtivo” (p. 455).

Essas afirmações evidenciam que teoricamente Florestan Fernandes, concebe a educação enquanto meio para o desenvolvimento de todos os aspectos da vida em sociedade, proporcionando assim uma sociedade consciente dos valores, justiça e liberdade, aspectos essenciais para que a efetivação de uma sociedade eminentemente democrática.

Tal concepção sobre educação nos permite adentrar na discussão em relação ao processo de efetivação da educação brasileira, dada a precariedade do ensino posto pela lógica de reprodução do modo de produção capitalista a democratização da cultura e a universalização do ensino –considerados aspectos essenciais que devem ser efetivados na educação – não se consolidam efetivamente.

A questão não é simplesmente humanitária. Ela envolve a segurança, a prosperidade e o progresso do Brasil como nação moderna. Está mais do que patente que não sairemos do marasmo econômico e político sem transformarmos, de forma profunda e geral, o nosso sistema de ensino (FERNANDES, 2013, p. 155)

Ao conceber a educação como meio para a modernidade no sentido de proporcionar o avanço político e econômico, esse autor compreende que a mesma deveria ser adaptada a lógica da ordem social democrática, não a lógica do modo de produção capitalista, pois a mesma ao se constituir e se reproduzir na sociedade está sujeita as influências políticas, nesse sentido, a percepção dominante que se efetiva atualmente na sociedade, como evidenciado anteriormente é a classe dominante.

Visto que a educação está sujeita a ideologias e influências de cunho político, é imprescindível educar as massas populares, para participar do processo de constituição enquanto uma sociedade democrática e para o exercício de seus direitos enquanto cidadãos, pois a política que emerge é orientada pela elite. Porém,

[...] inexistente a preocupação de esclarecer os jovens com referência às obrigações e aos direitos dos cidadãos em uma democracia. Embora se exerçam, com frequência, pressões mais ou menos fortes para que certas atitudes, de natureza política, sejam tomadas ou preferidas emocionalmente e também se procure inculcar nos afiliados

valores de significação ideológica. Isso faz com que a ação educativa espontânea, na preparação dos jovens para a vida política, se torne inócua ou tendenciosa. Por isso, a escola precisa ser ajustada para intervir nesse setor e nele desenvolver os adestramentos necessários (FERNANDES, 2013, p. 129).

A escola, enquanto instituição que preza pelo conhecimento, além de alfabetizar deve proporcionar aos jovens o conhecimento político enquanto cidadãos que possuem direitos e deveres e principalmente enquanto agentes transformadores em uma sociedade democrática. Será, por meio do desenvolvimento crítico proporcionado pela educação, que a sociedade poderá alcançar outros patamares sociais. Assim,

Como parte de suas preocupações e da dinâmica do sistema capitalista, a educação seria, segundo Fernandes, a prioridade de toda nação em processo de crescimento econômico, cultural, político e social. Tratava-se de um elemento essencial para atingir um grau desejado de desenvolvimento humano que deveria ser inserido desde o aprendizado fundamental da criança até à sua integração no ambiente como sujeito ativo e participante, que reconhece seus direitos e deveres de cidadão e contribui para o crescimento da sociedade (ARAÚJO, 2006, p. 30).

Por se tratar de um país em desenvolvimento, a educação é vista por Fernandes como meio para alcançar pleno desenvolvimento em todas as instâncias sociais. Por isso, a educação deve ser considerada prioridade em uma nação como a brasileira, mas não deve ser efetivada de qualquer maneira, deve trazer consigo a ideia de que ao educarmos uma população consciente de seu papel enquanto parte de uma sociedade, contribua para a seu desenvolvimento.

Para além do conhecimento político Fernandes (1966) afirma que “A educação constitui um meio de atingir vários fins, preponderando entre eles a socializaçãodos indivíduos, a formação do horizonte cultural dos seres humanos e o aperfeiçoamento da inteligência” (p. 40), ou seja, a educação está relacionada a construção da vida em sociedade de forma total, de maneira a influenciar na visão de mundo do homem, suas relações, seus pensamentos, ideologias, crenças entre outras formas.

No entanto, o modelo educacional proposto tem uma função social na sociedade do capital, que a compreende enquanto meio para controle social, ou seja, ideologicamente a educação não se consolida enquanto percursora de uma ideia que possibilite a emancipação humana, visto que a própria está a serviço da disseminação da ideologia da classe dominante.

[...] a educação é o mais grave dilema social brasileiro. A sua falta prejudica da mesma forma que a fome e a miséria, ou até mais, pois priva os famintos e miseráveis dos meios que os possibilitem a tomar consciência da sua condição, dos meios de aprender e resistir a essa situação (FERNANDES, 1989, p. 126).

Tomando por base essa perspectiva e o resgate histórico de consolidação da educação no país, permite evidenciar que o sistema educacional, se efetiva de maneira

precária, em que o acesso à educação não é garantido de forma a ter um ensino público³¹ de qualidade com uma cobertura universalizante. Segundo Fernandes (1989) o principal problema educacional enfrentado “é estabelecer um sistema de ensino comum. Um sistema de ensino em que pobres e ricos sejam postos na mesma situação” (FERNANDES, 1989, p. 130).

Essa afirmação indica que a educação se concebe de maneiras distintas entre as classes sociais, enquanto os detentores dos meios de produção aprendem a desenvolver suas capacidades intelectuais para administrar os bens, a classe trabalhadora é instruída a aprender a como manusear os seus instrumentos de trabalho.

Para que esse processo educacional seja superado o autor traça meios de superar os obstáculos da educação capitalista, que seriam:

Primeiro: acabar com a exclusão do oprimido e varrer de seu corpo e de sua cabeça a aprendizagem que o socialize para ser um cidadão de segunda ou terceira categoria (ou um ser privado da consciência e da prática da cidadania). Segundo, fazer da integração à escola o centro de uma liberação crítica e total, que incentive a descoberta do *eu* e do *nós coletivo* do futuro trabalhador, como pessoa e como integrante de sua classe social (FERNANDES, 1989, p. 263).

Ao colocar essas medidas em prática possibilitaria a classe que vive de o trabalho alcançar um certo nível de consciência de classe, que poderia resultar em uma tomada de consciência que permitisse a luta para que os seus direitos sejam completamente garantidos e consequentemente resultaria em melhores condições de vida para essa camada da população. Nas palavras de Fernandes (1989) o principal objetivo é construir uma educação que “[...] volta-se para a humanização do indivíduo e sua liberdade, de maneira que cada classe, raça ou religião não perca seus valores ou interesses e sua capacidade de lutar ativa e decididamente por eles” (p. 31).

Portanto, a educação pode e deve se constituir em bases que visem a emancipação humana, a tomada de consciência de classe, o desenvolvimento intelectual, e principalmente o respeito a sua liberdade o reconhecendo enquanto ser social capaz de aprender, sem distinção por nenhuma diferença.

A partir do exposto, fundamentamos nossa ideia de educação, demarcando que o conceito trabalhado por Fernandes, vem ao encontro do que preconiza o projeto ético político de nossa profissão. Ampliação do acesso a uma educação verdadeiramente emancipadora é o horizonte do trabalho da categoria profissional inserida nas políticas de educação. Sendo assim, passamos para o próximo capítulo que adentra neste debate.

³¹A garantia de um ensino público se constitui como uma das principais lutas de Florestan Fernandes. Fazendo com que o mesmo apoie e faça parte da *Campanha de Defesa da Escola Pública*, na luta para que o Estado em suas políticas sociais garanta a escola pública de qualidade para toda a sociedade.

2-SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: PROCESSO DE INSERÇÃO, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES.

A educação se constitui enquanto espaço socio ocupacional do/a Assistente Social a partir de determinado período histórico, ao resgatar o processo de inserção pretende-se refletir sobre a consolidação da inserção dessa profissão na educação, bem como a apreensão das suas competências e atribuições enquanto profissional atuante na política pública educacional refletindo a sua materialização e sua instrumentalização. Nesse sentido, esse capítulo buscar tratar do Serviço Social enquanto profissão inserida da política educacional.

2.1 – Processo histórico da inserção do Serviço Social na educação brasileira.

O resgate histórico, da inserção do Serviço Social na educação, se dará a partir da elucidação da prática profissional em cada período histórico, não se pretende aqui voltar a pontuar a questão política econômica e social que perpassava o país. Para tanto, percorreremos um caminho teórico que permita compreender como se constituiu o exercício profissional, sinalizando primeiramente como se dá a emergência do Serviço Social em um contexto geral da profissão e qual vinculação teórica norteia a sua prática para enfim, nos determos a especificidade do Serviço Social na educação.

Em meados da década de 1930 em diante o país experimentava um período de grande efervescência industrial e conseqüentemente o aprofundamento das diversas expressões da questão social, tencionando assim a necessidade de resposta as demandas apresentadas pela classe trabalhadora, é nesse contexto que a profissão emerge se constituindo inicialmente ligada as práticas de cunho caritativo da Igreja Católica que com o apoio da burguesia cria meios para que as reivindicações dos trabalhadores da indústria sejam atendidas.

O movimento laico foi inicialmente o principal precursor dessas medidas, que segundo Witiuk (2004) atuava:

[...] inicialmente através de instituições assistenciais como a Associação das Senhoras Brasileiras (Rio de Janeiro) e Liga das Senhoras Católicas (São Paulo) junto às vilas operárias e ao proletariado numa perspectiva de *assistência preventiva*, de *apostolado social*, minorando as sequelas do desenvolvimento capitalista, priorizando nesse atendimento as crianças e mulheres. Sua estruturação e organização política se darão com a criação da Ação Católica e seu desenvolvimento levará ao surgimento nos fins de 1930, das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil (p.22).

A profissão surge ligada a prática e a concepção benevolente da Igreja, como um mecanismo utilizado pela classe dominante para estabelecer a integração e o controle das massas sociais, visto que não era mais possível realizar o apaziguamento dos trabalhadores

através da coerção. “[...] as intervenções sociais se corporificam para responder às exigências políticas e econômicas de uma época, com vistas a conter qualquer ameaça à ordem capitalista-burguesa que se instaurava” (LANÇA, 2012, p. 75).

Essas iniciativas são resultado de ações sociais que independem do Estado, ou seja, não se verifica por parte governamental uma preocupação em intervir diretamente no pauperismo que surgia no cenário social, ficando a cargo da sociedade, por meio da Igreja, promover iniciativas de cunho assistencialista.

A inserção das/os Assistentes Sociais na educação ocorre concomitantemente a trajetória de institucionalização do Serviço Social como profissão em meados da década de 30, porém, é entre as décadas de 1940 e 1950 que se verifica aprofundamento do debate, onde há o aumento no número de produções teóricas a respeito do tema, bem como, no número de profissionais em exercício no ambiente escolar.

O exercício profissional da/o Assistente Social na educação inicialmente era voltado aos “menores carentes”, seguindo a concepção americana de intervenção escolar, predominando o Serviço Social de caso, na qual, o atendimento se efetivaria sob ótica de cunho policialesco com vista a traçar meios de enfrentamento das expressões da “questão social” amparando, por meio de ações sociais a população menos favorecida.

O Assistente Social atua junto ao educando e sua família identificando os *problemas sociais* que repercutem no aproveitamento escolar propondo ações ou requisitando serviços que possibilitem a *adaptação do escolar* ao seu meio e ao ambiente escolar, promovendo o *ajustamento social*. Percebe-se uma tendência de estigmatização e culpabilização dos indivíduos, sob as bases do funcionalismo que hierarquiza as relações sociais e procura identificar *disfunções* na sociedade (WITIUK, 2004, p. 26).

Objetiva-se com a prática dos/as Assistentes Sociais, promover a adequação dos pais, professores e alunos ao sistema vigente, através de mecanismos que ao mesmo tempo em que reduziria a problemática social que impactava a vida de determinado indivíduo promove o ajustamento social do aluno ao ambiente escolar. A concepção que norteia esse ajustamento está pautada na culpabilização, visto que os problemas sociais decorrentes do processo de exploração e contradição do sistema capitalista como também a estruturação do ensino, não era vista ideologicamente, como resultado desse processo, mas como incapacidade da classe trabalhadora de manter as mínimas condições de vida e reprodução.

Em síntese, as atribuições dos/as Assistentes Sociais nessa fase seriam de:

Examinar a situação social e econômica dos alunos e suas famílias. Identificar casos de desajuste social e orientar pais e professores sobre o tratamento adequado. Orientar a organização e o funcionamento de entidades que congreguem professores e pais de alunos. Orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias. Realizar triagem de alunos que necessitem de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico e dentário. Preparar relatórios e prestar

informações sobre suas atividades. Manter articulação com os grupos da escola (professores, pais) e outras entidades comunitárias. Esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumam sua parcela de responsabilidade no processo educativo” (AMARO; BARBIANI; OLIVEIRA apud WITIUK, 2004, p. 26).

Tais atribuições evidenciam o que foi ressaltado anteriormente, com destaque para duas colocações: identificação de desajustes sociais, onde reforça a ideia de culpabilização, sendo o aluno o principal responsável por não se adequar ao ambiente escolar, estando desajustado socialmente, sendo assim necessário efetivar medidas que o enquadre naquilo que é socialmente adequado; e a articulação entre família e escola, visando a cooperação entre ambas para que os alunos sejam educados conjuntamente.

O Serviço Social emerge no âmbito educacional por dois aspectos principais:

a proximidade Brasil e Estados Unidos, com a conseqüente influência do modelo americano de *Serviço Social Escolar*; e a preocupação com o analfabetismo, tendo em vista o desenvolvimento do país, que culminou com as reformas educacionais, reforma Capanema (iniciadas em 1942) e a definição do ensino obrigatório de primeira a quarta série na Constituição de 1946 (WITIUK, 2004, p. 30).

A alfabetização é colocada como prioridade, pois este é um problema que vem se perpetuando historicamente a partir de sua constituição no país, outro fator, que contribui para que a questão do analfabetismo seja sinônimo de preocupação é devido este, ser um dos problemas que se coloca para o processo de expansão e reprodução do capitalismo, bem como a manutenção da estrutura classista do sistema.

O governo nesse período tem como prioridade traçar meios que façam o país acender economicamente, ou seja, desenvolver as forças produtivas, acumular capital, avançar na industrialização e crescer tecnologicamente. Sendo a educação posta pelo Estado como um dos instrumentos para alcançar esse pleno desenvolvimento e pela população como possibilidade de ascensão social que contribui significativamente para o apaziguamento dos movimentos sociais, a intervenção do Serviço Social no espaço educacional passa a seguir a “lógica desenvolvimentista voltada para a preparação dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e uteis ao capital” (AMARO, 2011, p. 19).

É nessa esfera que o Serviço Social se insere no âmbito educacional estando colocados inicialmente como uma profissão que reproduz a lógica do capital, as práticas conservadoras ligadas a Igreja Católica, que se materializa na educação através da culpabilização dos alunos com práticas policiais que visam o ajustamento ao programa de ensino, em suma, voltadas a questões consideradas desvio, defeito e anormalidades sociais.

Sendo a escola um dos aparelhos privados significativos para a manutenção da hegemonia, o Serviço Social será requisitado para o exercício de atribuições que harmonizam as relações no processo de vigilância da moral e da sociabilidade das famílias empobrecidas. As modalidades interventivas serão objetivadas para a

integração social dos indivíduos no espaço escolar, comunitário e doméstico, reforçando a identidade subalterna por meio da inculcação de valores dominantes e da interferência no seu modo de vida com adoção de condutas comportamentais adequadas aos parâmetros morais. (WITIUK, 2004, p. 24).

Essa profissão é requisitada nas décadas de 1940 e 1950, devido ao contexto escolar da época apresenta índices altos de analfabetismo, evasão escolar e uma camada crescente de pessoas em situação de pobreza, implicando assim na necessidade de um profissional para intervir e apresentar respostas as expressões da “questão social” , que impactam no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

É nesse sentido que se justifica a crescente demanda de um profissional que possa intervir nas expressões da “questão social”, que se manifesta no cotidiano escolar, todavia “sua passagem pela escola precisava dar-se do modo mais rápido possível, pois a criança era também força de trabalho de baixa remuneração” (MARTINELLI, apud FAERMANN 2007, p. 48).

O processo de escolarização das crianças e adolescentes deveria se dar de maneira aligeirada, pois, é do interesse dos grandes capitalistas a contratação de uma força de trabalho barata, ou seja, o capital requisitava a mão de obra infantil para o processo de produção de mercadorias, além de explorar a classe trabalhadora explora os filhos dessa classe.

É por meio dos “Inquéritos Sociais”, executados pelos Assistentes Sociais, que se realizava o diagnóstico da situação socio-familiar e do desempenho dos alunos na escola, também era atribuição do Assistente Social realizar um trabalho que pudesse revelar o desempenho físico, questão essa voltada para o trabalho, no sentido de evidenciar quem estava propício a realizar tarefas de cunho físico e manual.

Os inquéritos escolares demonstram que as crianças, pelos mais variados motivos, apresentam grau baixo de escolaridade. O Serviço Social, em face desse problema tão constante na vida das nossas escolas e de tão graves danos à educação e ao Estado, há de considerá-lo devidamente para resolvê-lo ou, ao menos, reduzi-lo em suas proporções. Dentre as causas mais responsáveis pelo nível inferior de escolaridade, repontam a frequência irregular, a fadiga, a debilidade física do aluno, decorrentes da falta de compreensão dos pais quanto às vantagens da educação, e ainda a alimentação deficiente, as dificuldades financeiras criando toda a sorte de embaraços. (PINHEIRO, apud WITIUK, 2004 p. 26).

O baixo grau de escolaridade evidenciado dada a conjuntura em que o mesmo foi constatado, permite-nos analisar que esse fator se dá devido a precarização social que vive a classe trabalhadora, isto é, dada a necessidade de conseguir meios de reprodução de vida, essa classe, não tinha como prioridade alcançar certo nível de conhecimento, visto que satisfazer as suas necessidades se torna mais importante para a sua sobrevivência.

A metodologia de abordagem da profissão, que vem sendo evidenciada ao longo da construção desse capítulo em determinado momento, torna-se insuficiente para orientar a sua prática, pois esses profissionais ao longo dos anos, passam a buscar técnicas que aprimorem o fazer profissional, bebendo de várias fontes teóricas para orientar o Serviço Social. Pretende-se agora demarcar como se deu a materialização do exercício profissional no contexto da Ditadura Civil Militar, visto, que esse é um período histórico brasileiro que deve ser pontuado.

Com as mudanças advindas da promulgação da LDBEN anos antes da instauração do Regime Ditatorial, o ensino passa a ser obrigatório constatando-se a criação de uma nova demanda na educação, que contribui para reforçar a necessidade de inserção do Assistente Social no sistema educacional brasileiro, como afirma Witiuk (2004):

A obrigatoriedade da educação reforça o requerimento do Serviço Social no espaço da escola, pois até então não havia uma grande preocupação com a criança que apresentava dificuldades de aprendizagem, comportamento violento, ou que se evadia da escola. A escola era para quem podia usá-la. A partir da obrigatoriedade do ensino que passou a ser promovido pelo Estado, as autoridades escolares públicas passaram a requisitar o assistente social para atuar no sistema escolar público, na busca da garantia da permanência da criança na escola (p.28).

Constata-se um avanço significativo no que diz respeito a concepção de Serviço Social na educação, uma vez que, uma das preocupações criadas para o/a Assistente Social mediar enquanto demanda é a questão do acesso já que o ensino passa a ser obrigatório e o número de escolas poderia não suprir tal demanda.

O método de abordagem das expressões da “questão social” que perpassa o contexto escolar sofre uma leve mudança, onde de uma abordagem de culpabilização dos alunos pela situação em que se encontravam passa para o desenvolvimento de um procedimento que envolve todos/as os profissionais que compunham o quadro profissional escolar, no sentido de desenvolver um trabalho em conjunto. “Nessa perspectiva, o Assistente Social atuava com um público diverso, ocupando um lugar estratégico na escola ao ter contato mais próximo com alunos, professores, demais profissionais, famílias, instituições extra-escolares” (SOUZA, 2005, p.32).

Apesar desse avanço, se verifica por parte do fazer profissional dos/as Assistentes Sociais, uma prática ainda arraigada a concepção capitalista de preparação dos/das alunos/as para adequar-se a lógica desse sistema e a concepção individualista vendo os problemas como culpa dos mesmos e não como decorrente da questão social. Nesse sentido, se constituía atribuição do/a Assistente Social – além de desenvolver o trabalho juntamente com os outros

profissionais – o estabelecimento do vínculo entre a escola e a família, fazer parte do processo de adaptação do aluno á vida escolar.

Nesta perspectiva a intervenção do Serviço Social no espaço escolar utiliza os métodos modernos de Serviço Social de caso, grupo e comunidade. Localiza o seu foco de atenção na situação social-problema, vivenciada pela criança, adolescente e família, ainda na perspectiva de ajustamento social. Entende e faz a leitura das demandas que emergem na escola centrada na pessoa. Percebe que a situação social-problema tem origem no processo de desenvolvimento, mas justifica sua existência na dificuldade de adaptação das pessoas à modernidade. Ignora que as estruturas sociais e as relações sociais estabelecidas sejam geradoras dos conflitos e desigualdades sociais. Nesse sentido intervém na realidade, tendo como objetivo a orientação social dos indivíduos e grupos visando a interação social (WITIUK, 2004, p.67).

Ao compreender que o pauperismo vivido pela classe trabalhadora resulta do processo de não adaptação a modernidade, anula-se toda a exploração vivenciada pelos/as trabalhadores/as, e evidencia que a prática desses profissionais se efetiva mediante a um vínculo ideológico da profissão há concepção do Estado reforçando a classe que está no poder.

A consolidação do golpe que instaura o Regime Ditatorial no país coincide com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social³². Tal movimento significou para essa profissão mudanças na concepção interventiva profissional, que segundo Netto (2005):

No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi, de fato, assinalada em todos os quadrantes por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como “Serviço Social tradicional”: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre indivíduos e grupos, sempre pressuposto a ordenação capitalista da vida social como dado factual ineliminável (p. 6).

O Movimento de Reconceituação, então, surge com uma nova perspectiva profissional que compreende uma série de avanços, no que diz respeito a materialização e instrumentalização da intervenção do/a Assistente Social. Tais ideias, não se desenvolveram sem entraves, visto que o período em que esse movimento emerge não é propício a consolidação de uma reformulação de cunho crítico.

O que resulta desse movimento, é um Serviço Social passando por um processo de tentativa de desvinculação do viés caritativo, policialesco e conservador, processando-se em erros e acertos até a sua vinculação com a teoria crítico-dialética marxista, que abre possibilidade para construir “[...] um projeto profissional comprometido com as demandas e

³²Dada a importância que tal movimento tem para o Serviço Social, se faz necessário ressaltar que na construção desse estudo não iremos adentrar ao processo de consolidação do Movimento de Reconceituação, pois a abordagem do mesmo implicaria na necessidade de uma discussão minuciosa, que não pretendo apresentar nesse estudo.

aspirações das classes trabalhadoras, propondo a adoção de um referencial crítico com empregode novas metodologias de ação que considerassem a totalidade da realidade social” (FAERMANN 2007, p. 51).

Ao adequar a profissão a realidade da classe trabalhadora, visando um exercício profissional que assegure os direitos socialmente garantidos, o Serviço Social passa a reconhecer as contradições do modo de produção capitalista e da profissão nela inserida, compreendendo essa dinâmica de uma forma crítica, com a efetuação de ações que consideram a totalidade da realidade social e com um projeto profissional comprometida com a construção de uma nova ordem social.

No que diz respeito ao Serviço Social no âmbito escolar, avança-se significativamente, a partir da mudança no olhar interventivo do/a Assistente Social. A educação passa a ser considerada um direito, onde a prática interventiva dessa profissão – no sentido do trabalho interdisciplinar – passa a mediar as expressões da “questão social” juntamente aos alunos e sua família visando assegurar o acesso e a permanência dos/as alunos/as na escola.

É importante ressaltar que

[...] a *questão social* vem assumindo novas configurações e manifestações, pela sua estreita relação com as transformações operadas no “mundo do trabalho”, em suas formas de organização, regulação e gestão, e com as redefinições no âmbito do Estado e das políticas públicas (RAICHELIS, 2011, p. 421).

O alto índice de desemprego, a retirada de direitos trabalhistas e a criação de novas formas de trabalho, como a terceirização, são as mudanças no mundo do trabalho a que a autora se refere, para além disso há a retirada da ação reguladora do Estado na esfera social, que influenciada pela ofensiva neoliberal, passa a desmontar as políticas sociais, onde muitos direitos sociais passam a ser suprimidos.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão por pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectiva de projeção e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional entre outras(RAICHELIS, 2011, p. 422).

Objetiva-se com esse apontamento, ressaltar que o Serviço Social, além de enfrentar as expressões da “questão social” com políticas públicas precarizadas, dificultando à concessão de respostas às demandas que chegam a seu espaço socio-ocupacional, por ser um trabalhador assalariado sofre os rebatimentos da flexibilização do trabalho, ou seja, tal desmonte afeta a materialização da profissão, bem como, intensifica as desigualdades sociais e a pobreza. Sendo a educação constituída com direito social, para além disso, espaço socio-

ocupacional do Serviço Social, tal processo de flexibilização e precarização rebate nessa política.

[...] no âmbito educacional, os problemas são igualmente agravantes, pois considerando o lastimável cenário educacional brasileiro, assistido e vivenciado por um enorme contingente populacional, cuja realidade dispensaria estatísticas, uma vez que salta aos nossos olhos e ao nosso cotidiano: violência e drogas nas escolas, alunos em precárias condições de vida, professores recebendo salários aviltantes, má qualidade de ensino, evasão escolar, escolas deterioradas...enfim, problemas de toda sorte (FAERMANN 2007, p. 54).

Dada a precariedade em que o ensino se encontra atualmente, e as diversas expressões da “questão social” que emergem nesse âmbito, nos possibilita concluir que as políticas educacionais são insuficientes no trato dessas questões, isso se dá porque atualmente, na maioria das escolas públicas brasileira, em especial as escolas de ensino fundamental e médio não tem a presença de um assistente social no espaço escolar, mas ainda há a presença mesmo que mínima desse profissional no sistema escolar.

Sendo um ambiente marcado atualmente por diversas expressões da questão social, tais como: evasão escolar, gravidez na adolescência, uso de substâncias psicoativas, violência, trabalho infantil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social e exclusão social, se faz necessário que a escola tenha um olhar voltado a conviver com os/as estudantes que apresentam essas demandas e prestar atendimento, pois estas afetam diretamente as relações sociais educacionais e familiares dos alunos.

Nesse sentido, a intervenção dos/as Assistentes Sociais na educação será operacionalizada a partir da análise de forma total buscando perpassa determinada situação, compreendendo que a não adequação do/a aluno/a ao sistema de ensino, o baixo rendimento escolar dentre outras questões, não são provenientes daquela dado momento, mas de uma série de adversidades que perpassa a vida de determinado aluno/a. É conjuntamente com os demais profissionais da educação que viabiliza, levantar debates e estratégias que possam responder as demandas que se apresentam assegurando assim a efetivação dos direitos sociais na educação.

É nesse sentido que os/as Assistentes Sociais são convidados a intervir e colaborar com o processo de elaboração e execução das políticas educacionais, tendo como base a sua formação que permite decifrar a totalidade da realidade dos processos sociais educacionais.

2.2-A inserção do Serviço Social na política de educação sob a perspectiva do conjunto CFESS-CRESS.

Esse tópico tem por objetivo abordar a inserção do Serviço Social na política de educação, com base nos documentos elaborados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), conjuntamente com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), com vista a evidenciar os limites e possibilidades desse processo, para tanto, resgataremos pontualmente os avanços legislativo a nível nacional, até então, alcançados para implementação do Serviço Social nas unidades escolares, para então discutir sobre o exercício profissional do/a Assistente Social na Educação e por fim sua necessidade de inserção.

O conjunto CFESS-CRESS, tem como atribuição, segundo o Código de Ética “orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social [...]” (CFESS, 2012a). Nesse sentido, apresenta as competências e atribuições dessa profissão na política de educação, fundamentada no Projeto Ético-Político profissional, que está expresso no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) buscando orientar essa prática interventiva de acordo com o acúmulo teórico produzido e o fortalecimento da educação enquanto direito social e na “[...] luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras” (CFESS, 2012, p. 7).

Por apresentar tais competências e atribuições o conjunto CFESS-CRESS, nos últimos anos, vem promovendo o debate sobre o Serviço Social na educação, através da elaboração de ações que contemplam discutir essa temática.

Dessa forma, foram constituídos comissões e grupos de trabalho, produções de cartilhas e textos discursivos, oficinas, encontros, seminários estaduais e regionais que proporcionaram um levantamento da inserção de assistentes sociais na política de Educação brasileira e um mapeamento das legislações nos Estados e municípios acerca desta política (CUNHA, 2017, p. 16-17).

O acúmulo teórico e a discussão a respeito da prática do/a Assistente Social na educação, possibilitaram a criação de projetos de Lei no cenário nacional brasileiro que vise regulamentar o Serviço Social enquanto profissional inserido no quadro educacional das escolas de ensino fundamental e médio no Brasil, tais iniciativas justificam-se, pois a inserção desse profissional nas instituições educacionais não corresponde a nenhuma outra função existente na escola e a partir do estreitamento da política educacional com as demais políticas setoriais principalmente com a assistência social visando articulação entre ambas, requisitou-se uma atuação profissional diferenciada dos demais profissionais já inseridos na educação.

No presente momento, tramita em Congresso Nacional apenas um Projeto de Lei que trata da inserção do Serviço Social em âmbito educacional, os demais projetos como:

Projeto de Lei nº 3.466 de 2012 que “Dispõe sobre a instituição do Serviço Social nas Escolas Públicas, Entidades Filantrópicas, OSCIP’s e Fundações cuja atividade principal seja o provimento da educação” e a Proposta de Emenda à Constituição nº 13 de 2007 que acrescenta o inciso VIII ao art. 208 da Constituição Federal de 1988 foram arquivadas, esta última pode voltar a tramitação se o autor solicitar o desarquivamento da PEC antes que complete seis meses do seu arquivamento.

O Projeto de Lei de nº 3.688/2000 que ainda resiste em sua tramitação, após aprovado na Câmara foi transformado em Projeto de Lei Complementar nº 60/2007 pelo Senado, o mesmo em sua emenda dispõem sobre a inserção de Assistentes Sociais no quadro técnico escolar de cada escola, atualmente o mesmo está aprovado no Senado Federal encontra-se tramitando pela segunda vez na Câmara dos Deputados por ter sido necessário alterações no corpo do texto³³ e ter ocorrido emendas adicionais por parte dos Senadores.

De maneira geral, esse Projeto de Lei prevê que as escolas públicas devem ter em seu quadro de funcionários Assistentes Sociais, essa inserção tem prazo de no máximo cinco anos para ser efetuado em todas as escolas, a principal função desempenhada por esse profissional é o acompanhamento dos/as estudantes no cotidiano escolar, objetivando intervir nas expressões da “questão social”, que perpassa a vida dos/as alunos/as e de sua família refletindo em seu desempenho em sala de aula melhorando o nível de aprendizagem em sua totalidade.

Esses projetos foram e estão sob o acompanhamento do respectivo conselho a partir de 2008, visando orientar o sancionamento das leis de acordo com o que é preconizado e o que orienta a prática profissional. Dada a complexidade que é o processo de institucionalização do Serviço Social na educação, o Grupo de Trabalho Nacional (GT) apresentou alguns desafios postos a consolidação do Serviço Social na Política de Educação, visto que o mesmo tem como concepções interventiva e de educação a construção de uma nova ordem societária consideramos as principais problematizações acerca desses desafios os seguintes:

- Continuar a incidir fortemente para a elaboração e aprovação de projetos de lei (PL) que versem sobre a inserção profissional na educação consonante com o projeto profissional; [...]
- Ampliar a participação da categoria de assistentes sociais nos fóruns de controle social da Política de Educação, como os conselhos de educação, as conferências municipais, estaduais e federal de educação, bem como a articulação em espaços de organização política dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, como os sindicatos, movimentos sociais, dentre outros;
- Articular e problematizar, com os/as demais profissionais da área da educação e com a sociedade, a importância e legitimidade do trabalho de assistentes sociais nesta

³³Substituição do termo *Assistência Social* por *Assistente Social*, por compreender que o referido termo corresponde a uma política social e não ao profissional de Serviço Social.

política; [...] - Estimular a criação de espaços sistemáticos de discussão sobre o trabalho do/a assistente social na educação, no âmbito dos CRESS; - Fortalecer a participação da categoria nas comissões de educação, GTs, núcleos, câmaras temáticas e demais espaços de discussão existentes nos CRESS, que tratem da atuação do/a assistente social na educação; - Articular com a ABEPSS para que o debate em torno da inserção do serviço social na educação seja contemplado na formação profissional; [...] - Fortalecer as ações em torno da realização de concursos públicos para assistentes sociais na Política de Educação, bem como para os demais trabalhadores e trabalhadoras dessa política; - Problematicar junto à categoria sobre as particularidades das suas formas de inserção nos estabelecimentos públicos e privados que executam a política educacional, visando a assegurar as condições éticas e técnicas do trabalho profissional; - Aprofundar as discussões sobre o significado político, teórico e ideológico das propostas de educação inclusiva; - Fomentar a discussão acerca da educação voltada para povos e comunidades indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais, bem como sobre as formas de atuação profissional dos/as assistentes sociais; - Aprofundar a discussão, no âmbito da atuação dos/as assistentes sociais na educação, para a garantia do respeito à diversidade humana, como direitos humanos, considerando a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero com vistas a consolidar uma educação não sexista, não racista, não homofóbica/lesbofóbica/transfóbica - Intensificar a articulação junto a outras categorias profissionais e sujeitos coletivos, na luta por uma educação pública, gratuita, laica, presencial, de qualidade e com real investimento do fundo público (CFESS, 2012).

Ao traçar tais desafios, evidencia-se em quais dimensões a articulação para a inserção do Serviço Social na política educacional deve ser materializada, objetivando atingir a sociedade, a comunidade escolar, os/as professores/as e principalmente traçar os rumos para a ampliação desse espaço como ambiente profissional do/a Assistente Social. Nesse sentido, para o debate proposto, é imprescindível elucidar sobre a profissão em seu sentido geral, para enfim adentrarmos no debate do Serviço Social na educação.

O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho está vinculada às condições estruturais e conjunturais do enfrentamento da “questão social”, tem como principal contratante o Estado, para a elaboração e implementação das políticas públicas, assim como, subsidiar meios para efetivação dos direitos sociais. Dessa maneira

Os(as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em sua relação com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2009, p. 5).

A “questão social” se torna objeto de intervenção do/a Assistente Social se operacionalizando a partir da implementação das políticas públicas pelo o Estado, possibilitando responder demandas que se expressam no cotidiano da vida social da população principalmente na vida da classe trabalhador.

No texto “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na política de educação” o CFESS (2012) define a educação como

[...] um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção (p. 16).

Nessa perspectiva, a educação, por estar inserida na dinâmica de produção e reprodução da vida em sociedade se constitui com uma função social específica, sendo impactada por essa dinâmica, pois por ser uma sociedade organizada a partir das divergências entre as classes sociais, a educação se constitui como um mecanismo que reproduz a lógica de reprodução social vigente.

Partindo da concepção de educação como meio para o desenvolvimento humano e da sua função na sociedade contemporânea, a demanda pela inserção do trabalho do assistente social na política de educação é resultado das necessidades sociais geradas pelas manifestações da questão social no ambiente escolar (SAGGIN, 2018, p. 89).

As expressões da “questão social”, se constituem como fundamento sócio histórico da ação dos/as Assistentes Sociais, tendo sua intervenção pautada nas desigualdades sociais e na produção e reprodução da vida em sociedade. É a partir dessa condição que se origina a demanda por um profissional que possa vir a intervir nas expressões da “questão social”, que se manifesta em âmbito educacional.

Por ser um profissional que possui um olhar diferenciado, tendo como concepção interventiva—tratando-se especificamente da esfera educacional—uma educação de qualidade que se efetive—para além de reproduzir a lógica do sistema capitalista—sob uma perspectiva de acesso universalizante, proporcionando a construção do homem enquanto ser crítico que vise a emancipação humana, o/a Assistente Social apresenta-se como aliado no acesso aos direitos relativos as políticas sociais, contribuindo para que nesse ambiente se desenvolva sujeitos autônomos na luta pelos seus direitos.

Nesse sentido, as competências do/a Assistente Social na educação estão dispostas no texto “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação”, que assim concebe:

Caberá ao Serviço Social Escolar desenvolver atividades técnicas profissionais, através de profissionais assistentes sociais, habilitados ao exercício da profissão, desempenhando dentre outras as seguintes funções: pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar; elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania; participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública; articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades; realização

de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente; elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais (CFESS, 2001, p. 29-30).

A intervenção do/a Assistente Social em âmbito educacional, se dará por meio de estratégias que visam possibilitar novas discussões e informações – seja diretamente com o sujeito ou pelo trabalho em grupos – e assim executar o processo de consciência dos/as usuários/as, desenvolvendo ainda–dado o caráter educacional–a articulação e operacionalização em equipe que visam buscar estratégias de intervenção a partir da questão humana e dos direitos sociais, articulado respostas com as demais políticas sociais para as demandas que decorrem das expressões da “questão social” sobre as quais, geralmente a escola não sabe de que maneira agir e intervir, para que assim sejam mediadas proporcionando o resgate da integridade humana dos/as indivíduos, por meio da garantia dos seus direitos.

Essas competências permitem evidenciar que há inúmeras possibilidades de execução interventiva desse profissional, contribuindo diretamente com a política educacional e para efetivação dos direitos sociais em sua amplitude, no qual, deve ser exercida a partir do respeito enquanto a sua autonomia profissional, com criticidade, e sob um olhar totalizador sob as demandas que se apresentam nesse âmbito. Conforme afirmas as competências gerais do/a Assistente Social:

-apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; -análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais; - compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; - identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS apud CFESS, 2012, p.26).

Orienta-se sob tais competências, pois o fazer profissional é pautado no caráter sócio-político, crítico e interventivo que objetiva uma prática pautada na apreensão da realidade de maneira total consubstanciando respostas que promovam aos/as usuários de determinada política pública o acesso igualitário aos seus direitos, o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento de suas capacidades visando a emancipação social dos indivíduos, essa prática em âmbito educacional contribuirá para que a escola em suas dimensões pedagógicas desenvolva a suas competências ao garantir a educação e o desenvolvimento gradual dos/as alunos/as nos aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, buscando sua formação para o exercício da cidadania e para ingressar em sociedade.

Ao evidenciar o caráter interventivo dessa profissão permite-se constatar que os/as Assistentes Sociais enquanto profissionais inseridos na educação possuem competências e atribuições que diferem dos demais profissionais atuantes nesse espaço, viabilizando uma ampliação na cobertura educacional, pois há a possibilidade da realização de acompanhamento e atendimento das famílias por meio das políticas governamentais a partir de encaminhamentos para demais políticas públicas por meio da articulação em rede, realizando parcerias com a comunidade local fortalecendo a relação família, comunidade e escola. Verifica-se essa demanda por parte das escolas, pois ao estar inserida em sociedade a escola tem sido desafiada a articular a transmissão de conhecimento com os problemas que emergem na sociedade e impactam a realidade dos/as alunos/as.

3-SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: A REALIDADE DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB.

A inserção do Serviço Social na Educação no país se efetiva de maneira diversa nos diferentes municípios, pois como não há uma lei federal que disponha sobre o Serviço Social em âmbito educacional alguns municípios e estados dispõem de legislação própria, já outros não a apresenta, sendo esta última vivenciada no município de Sousa-PB objetiva-se no decorrer desse capítulo através da concepção dos profissionais de educação sobre a relevância da inserção do/a Assistente Social no sistema escolar municipal expressar essa realidade.

Estudar a concepção das profissionais de educação sobre o Serviço Social em um município cuja inserção não se efetiva, é de extrema importância, pois permite compreender as diversas expressões da “questão social” que permeiam o ambiente escolar, qual a real necessidade de inserção de um Assistente Social e principalmente como as mesmas estão sendo tratadas já que está se configurando como o principal instrumento de intervenção do/a Assistente Social.

Tendo como ponto de referência o Município de Sousa-PB, a pesquisa realizada, em uma escola da rede municipal, com o respectivo quadro técnico escolar e com a Secretária de Educação Municipal, apresenta resultados que revelam a necessidade de inserção de um/a Assistente Social na política educacional do referido município.

Por se tratar de uma pesquisa que apresentou situações de caráter privativo da escola fez-se necessário utilizar o recurso da supressão das falas com vista a resguardar essas situações privativas. É importante ressaltar que uma das entrevistadas é formada em Serviço Social, e por vezes acaba confundindo as funções que devem ser desempenhadas

como Psicopedagoga com as funções e atribuições de um/a Assistente Social, sendo por esse motivo que o nome da respectiva escola será mantido em sigilo.

Quanto a Secretaria de Educação, buscou-se aplicar pesquisa nesse âmbito, pois esse departamento, tem como função organizar, desenvolver e manter o Sistema Municipal de Ensino, articulando-o com as demais políticas sociais do município e da União, sendo orientada nos termos da LDBEN, visando assim, o planejamento, execução, controle e avaliação da política educacional. A entrevista realizada com a respectiva Secretária da Educação Municipal é composta por duas perguntas sendo nesse resultado que nos deteremos nesse momento. Inicialmente buscou-se compreender a concepção da mesma sobre o Serviço Social e se há a necessidade de inserção de um/a Assistente Social na educação. Obtivemos a seguinte resposta:

Eu vejo que realmente é de extrema importância a presença do Assistente Social inserido na educação, e nós não temos esse cargo no organograma da Secretaria de Educação, mas a gente sente essa necessidade quando nos deparamos com situações dos nossos alunos, a ausência da família, em contato com a escola, os diferentes casos que acontecem na escola com relação a frequência dos nossos alunos se apresentando como um desafio, a questão da criança especial que a gente também tem tido um número de grande importância, de crianças especiais e também a necessidade de participação da família na escola que é um dos pontos que mais nos preocupa. (Secretária de Educação do Município).

Em sua colocação podemos verificar que a Secretária corrobora com a fala dos demais funcionários³⁴, ao afirmar a necessidade de inserção do Assistente Social, no enfrentamento das expressões da “questão social” que emergem nessa política pública, há a predominância – em todas as falas – da necessidade de uma intervenção juntamente as famílias.

A segunda pergunta partiu da necessidade de investigar o porquê, não há Assistente Social na educação do município e qual a real possibilidade de incorporar esse profissional no quadro de funcionários da Secretaria de Educação, partindo assim, da mesma perspectiva de indagação realizada aos funcionários da escola da rede municipal. A mesma assim afirmou:

Nós não temos, porque no organograma do município e da Secretaria de Educação não existe o cargo de Assistente Social na educação. É possível a inserção, mas tem que ter um projeto de lei que seja aprovado pela câmara para que seja inserido no organograma da rede (Secretária de Educação do Município).

Verifica-se a possibilidade de institucionalizar legislativamente a inserção do/a Assistente Social na educação, fazendo-se necessário criar um projeto de lei para tramitação na Câmara Municipal, para tanto, é necessário que o legislativo tenha interesse e considere os

³⁴As análises dessas falas serão dadas posteriormente a apreciação das colocações da Secretária de Educação Municipal.

seguintes determinantes: que essa problemática e discussão é de cunho muito novo no município e para o Serviço Social, bem como a opinião dos profissionais de Serviço Social e dos demais que já tem a educação como seu espaço de trabalho.

Para tanto a pesquisa desenvolvida com o quadro técnico escolar – diretora, psicopedagoga e uma das professoras– pode contribuir com essa discussão. Sendo dividida em quatro eixos que respectivamente visam desvelar como se dá a relação família e escola, quais os limites e as possibilidades postos a educação do município, qual a percepção dos profissionais inseridos na educação sobre o Serviço Social, e conhecer a necessidade de inserção do Serviço Social na educação municipal.

3.1- Desvelando a relação família e escola.

O primeiro eixo traz considerações sobre a relação família e escola – visto que essa questão se apresenta em toda a entrevista tal eixo será apresentado inicialmente – para isso buscou-se das entrevistadas saber em que momento se dá interação família e escola e se essa interação é suficiente para compreender a totalidade das relações sociais que perpassa a vida dos/as alunos/as, obtivemos as seguintes respostas:

Olha a participação da família na escola é muito pouca, como eu já falei a gente sempre faz reuniões bimestrais tem o conselho escolar que os pais faz (sic) parte do conselho escolar sempre a gente tá tentando entrar em contato com a família tá pedindo a colaboração de todos fazemos reuniões, palestras, mas a gente sente que ainda precisa de fortalecer esse elo entre família e escola porque a família deixa muito a desejar entrega o filho na escola como se toda responsabilidade fosse da escola e um trabalho todos juntos seria bem melhor(Diretora).

Ao afirmar que a participação dos pais na escola é insuficiente para compreender a realidade e principalmente para manter o vínculo entre ambas, a diretora culpabiliza a ausência dos mesmos, porém é imprescindível ressaltar que não adianta a escola culpabilizar a família se não visa ações para que essa realidade mude, e os pais não podem culpabilizar somente a escola pelos problemas de aprendizagem dos seus/suas filhos/as, é importante construir uma relação recíproca em que todos e todas visem transformar a realidade que se apresenta.

A resposta da Psicopedagoga com relação a interação família e escola foi muito extensa, buscou-se através do recurso da supressão evidenciar os pontos principais de sua colocação, então a mesma declara que:

[...] na escola os pais eles são bem participativos neste ano não tá tendo quase evento social, que a escola faz uns eventos social, aquelas festinhas, faz jantar, faz recepções para eles, esse ano quase que não tá tendo por conta desse projeto eles estão muito concentrado nesse projeto, os professores e a secretaria não quer que desvie muito do projeto. certo? [...] o conselho da escola faz a reunião com os pais para resolver a questão do orçamento democrático então os pais fazem parte do conselho e eles participam das coisas da escola, [...] faz reunião para todo mundo

independente se tem problema ou não a gente aprendeu uma coisa aqui na escola, que a gente tinha que fazer – eu me envolvo muito pouco lá mais aí a gente senta para conversar – os professores apresentam os projetos que eles trabalham no dia da reunião, eu acho isso fantástico porque é para os pais que tem que apresentar o que é trabalhado [...] a gente sabe que tem pais que não vem, mas essa escola especialmente eu gosto muito daqui, aqui é meu berço então o que eu posso fazer para ajudar eu ajudo porque eu vejo os pais participam, [...] mas os pais são muito bem orientados os professores daqui são dedicados eu digo porque aqui foi minha primeira escola então eu tô (sic) aqui e eu conheço onde eu aprendi muita coisa e continuo aprendendo, mas as famílias elas participam direitinho, de muitas escolas essa é uma das poucas que tem essa atenção das famílias e é tanto que ela é muito procurada [...] as famílias daqui elas participam principalmente o que acho mais interessante é a questão do orçamento democrático que eles participam opinam [...] eu não sei se a diretora está satisfeita se quando você entrevistar ela vai dizer que está, mas eu como professora estou satisfeita eu acho, mas eu queria que tivesse um assistente social pra gente brilhar porque o psicólogo a gente tem ajuda né? E do terapeuta ocupacional, mas eu acho primordial porque esses dois trabalham mais com as crianças trabalham um pouco com as famílias, mas são muitas crianças, mas o assistente em cada escola ia ajudar demais.

Ao confrontar a fala da diretora com a da Psicopedagoga, nota-se uma contradição, pois a diretora afirma que a participação dos pais na escola é insuficiente para compreender a realidade que perpassa a vida social dos/as alunos/as e a psicopedagoga afirma que é mais que suficiente, que os pais são participativos na vida escolar reconhecendo ainda que há pais que realmente deixam a desejar na participação escolar. A presença da família da escola se dá nos eventos sociais quando é possível de ser realizado, nas reuniões bimestrais e nas reuniões do conselho ou quando há o orçamento democrático que é coparticipativo entre a família, alunos/as e a escola.

Ao afirmar que não participa ativamente das reuniões escolares, a psicopedagoga deixa de cumprir uma de suas atribuições previstas pela Associação Brasileira de Psicopedagogia- ABPp, em seu tópico 1.8 citado anteriormente. Compreende-se aqui a necessidade de juntamente com os professores, essa profissional acompanhar as reuniões bimestrais, pois esse é um dos únicos momentos em que se dá a interação com todas as famílias para expor os problemas que perpassam a escola/família.

Com relação, a essa questão a professora, afirma:

É sim, assim aqui a gente faz as reuniões bimestrais, quando é necessário a gente convida os pais a virem conversar conosco, mas mesmo assim apesar de termos esse contato ainda fica muita coisa a desejar, pois as famílias muitas delas não estão muito preocupadas com a educação do filho com o desenvolvimento escolar muitas vezes eles deixam a responsabilidade completamente na mão do profissional né? do professor, joga toda a responsabilidade nas nossas costas, então mesmo a gente tendo esse contato convidando pra ver se resolve o problema mesmo assim ainda á esse distanciamento entre escola e família(Professora).

A relação escola e família em âmbito educacional deve ser fortalecida, pois as duas com relação a educação das crianças e adolescentes tem o mesmo objetivo, formar cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Ao reafirmar que apesar dos esforços para

que a família e a escola construam um elo cooperativo visando proporcionar uma educação de qualidade, se faz necessário avaliar as possíveis ações para que esse elo seja reforçado, levando em consideração os determinantes que perpassam tal problema.

Lembramos aqui também o espaço da escola, que por vezes não é acolhedor, tanto para alunos, com para pais. O seu modelo aulista não possibilita a inserção real da comunidade e familiares, sendo apenas um espaço para aulas e perdendo seu caráter político e participativo.

3.2- Limites e possibilidades postos a educação do município

O segundo eixo é composto por três perguntas, na primeira pergunta proferida buscou-se das entrevistadas saber se há por parte do corpo técnico e docente conhecimento dos programas e serviços desenvolvidos pelo município com vista a garantir o direito das crianças e adolescentes, a diretora, então, respondeu:

Sim existe, eles têm conhecimento através das capacitações na secretaria, através do CRAS né? e do conselho tutelar, eles têm esses conhecimentos.

A psicopedagoga em sua fala corrobora com a afirmação da diretora:

Sim, até porque o município ele faz encontros e faz treinamento com os professores, e nesses treinamentos são levados profissionais da área para orientar, tanto os professores, como a gestão da escola, então todo mundo da escola, só que é aquela história todo mundo vai, mas nem todos consegue captar o que deve ser feito, mas graças a Deus a maioria aqui é bem orientado consciente do que tem que fazer (Psicopedagoga).

Ao afirmar que há capacitação desses profissionais pela Secretaria Municipal, e uma articulação com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Conselho Tutelar, verifica-se inicialmente, a presença permanente da secretaria na escola visando informar os/as funcionários/as sobre os direitos das crianças e adolescentes e consequentemente a presença de uma articulação em rede entre a Política Educacional e a Política de Assistência Social, voltados a proteção social da família e a garantia dos direitos das crianças na escola, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 86 que dispõem “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2017, p.55).

Já a professora afirma:

Sim, existe sim, a gente sempre está, assim, com esses programas para facilitar o desenvolvimento da educação na nossa escola.

É notável que em sua colocação a professora, está voltada para o processo de ensino e aprendizagem dos/as alunos/as tanto que ressalta em sua fala o desenvolvimento de programas voltados para melhorar o desempenho educacional.

Ao serem questionadas sobre as maiores dificuldades encontradas pela escola no enfrentamento dos conflitos que se apresentam no ambiente escolar, as entrevistadas, apresentaram visões diferentes sobre as dificuldades que emerge no ambiente escolar, vejamos a fala das mesmas. A diretora, apresenta dificuldades encontradas pelos professores no que diz respeito a falta de assistência em sala de aula:

As maiores dificuldades é assim, [...] a escola tem muitos problemas, não temos ajudante nas salas de aula, o professor tem trinta alunos em uma sala de aula, com duas, três crianças deficientes com autista, déficit de aprendizagem, e outras deficiências até física, e não tem cuidadora, não tem ajudante, então as dificuldades que a gente sente é essa, não tem uma psicóloga não tem serviço social para ajudar aqui na escola só existe uma para o município (refere-se aqui ao/a psicólogo/a). (Diretora).

Ao alegar tais fatos, a diretora se mostra atenta as dificuldades que perpassam o exercício profissional dos/as professores/as, salas superlotadas, com crianças que necessitam de atenção especial e que tem o seu desenvolvimento cognitivo dificultado, em detrimento do processo de precarização da educação. No entanto, podemos avaliar que a fala da diretoria apresenta um equívoco quanto ao que vem a ser atribuições dos/das Assistentes Sociais e vem ao encontro daquilo que já debatemos no primeiro capítulo, na disputa pelo fundo público, as escolas acabam perdendo em qualidade. Como mencionado, há necessidade de atendimento específico para alunos em condições especiais. Desta forma, observa-se não apenas a falta de um assistente social, mas também psicólogos, professores e demais profissionais habilitados em libras e em outras áreas que atendam as especificidades das demandas. Outro fator que podemos mencionar é a sobrecarga de trabalho vivenciada pelos profissionais da educação, com salas superlotadas e salários baixos, que acabam por empurrar professores a acumular cargos em várias instituições de ensino.

Por sua vez, a psicopedagoga traz uma concepção voltada a problemática socio-familiar:

[...] a gente vê, que fica difícil pra gente trabalhar, por conta da falta do Assistente Social, são os problemas familiares, não tem como nem um de nós vir pra cá sem trazer os nossos, e nem tem como os pais trazerem as crianças para a escola e deixarem os problemas em casa, aí a gente enfrenta esse problema também, mas a escola age mesmo sem ter a ajuda do assistente social, o que eu posso fazer da parte que eu conheço eu ajudo e a gestão vai resolvendo, só que eu não dou conta porque meu papel aqui é outro (Psicopedagoga).

A psicopedagoga declara, que se apresenta no cotidiano escolar certa dificuldade no enfrentamento dos problemas familiares que repercutem na esfera educacional,

demandando assim, a atuação do/a Assistente Social sendo seu exercício profissional voltado a intervir nas questões de cunho social e familiar dos/das alunos/as,

[...] já que este profissional é habilitado para atuar no enfrentamento das mazelas sociais através do acompanhamento social das famílias, do fortalecimento dos vínculos das mesmas e do desenvolvimento de suas potencialidades a fim de alcançarem a emancipação social (FALEIROS, 2010).

As dificuldades que vem se apresentando nas falas não impedem que a escola efetive ações voltadas para sanar esses problemas como demonstra a fala da psicopedagoga, porém a atuação de um profissional capacitado para lidar com essas questões, proporcionaria respostas mais efetivas as essas demandas. O caráter investigativo do profissional, as possibilidades de se realizar visita domiciliar para apreender melhor a realidade, colaborariam com as problemáticas que acabam por não ser desvendadas na escola.

A professora compreende a problemática socio-familiar sob outra perspectiva, ao afirmar que:

Há sempre os conflitos né? assim, não há assistência diretamente da família, o professor muitas vezes está sozinho em sala de aula e tem que acobertar todos os alunos, dá toda a assistência, na maioria das vezes o aluno, o que ele aprende, assim no desenvolvimento da sua aprendizagem é com o professor em sala de aula não tem muita ajuda da família esse é um dos empecilhos que a gente mais encontra para a educação da criança, também, com isso, muitas vezes há o conflito, que a gente convida os pais, convida a família para participar. Muitos educadores dizem que o professor quem tem a responsabilidade né? tem essa responsabilidade claro, mas tem que a ver essa integração família e escola, se não houver haverá sempre conflito (Professora).

A família desempenha um papel importante no que diz respeito ao processo de aprendizagem das crianças e adolescentes, pois se constitui como a primeira forma de convivência social do homem. A partir disso, é necessário que se estabeleça uma interação entre família e escola para que ambas trabalhem juntos visando proporcionar proteção integral e condições de permanência na escola. Segundo o artigo 227 da Constituição Federal de 1988:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2018, p. 160).

A família, enquanto sociedade natural tem seu papel definido constitucionalmente, como uma das instâncias que deve assegurar os direitos das crianças e dos/as adolescentes em sua totalidade, ou seja, assistir, criar e educar os/as filhos, constituindo-se esse como função social da família é de extrema importância que os pais façam o acompanhamento da vida educacional das crianças, no entanto há determinantes que perpassam a vida familiar que muitas vezes implicam na ausência dos pais da escola,

compreender os mesmos é de extrema necessidade. Um dos fatores que podemos mencionar é o esgotamento pelo mundo do trabalho por parte desses pais, bem como a falta de conhecimento da importância desses momentos e da participação.

Nesse sentido, a professora reconhece seu papel no processo de ensino e aprendizagem dos/as alunos/as, mas afirma que a referida escola, encontra dificuldades no estabelecimento de vínculos com a família, sendo este, um dos campos em que o/a Assistente Social poderia materializar a sua intervenção, buscando – através da apreensão crítica sob a perspectiva de totalidade – compreender os determinantes que perpassam esse processo o mesmo possibilitaria trabalhar essa questão mais diretamente contribuindo na materialização do trabalho dos/as professores/as, e no enfrentamento das dificuldades que se apresentam no cotidiano escolar.

Outro aspecto a ser destacado é o baixo rendimento escolar. Por ser tratar de objeto de intervenção do/a Assistente Social, no sentido de compreender a totalidade das relações que perpassam os determinantes que influenciam no baixo rendimento escolar das crianças, buscou-se saber como a escola procede quando determinado aluno apresente baixo rendimento escolar. A diretora, então proferiu a seguinte resposta:

[...] a gente se preocupa muito com a família, em chamar as famílias, mas temos muita dificuldade porque a família a maioria, são pais que não sabem ler, não tem instrução não tem como ajudar o filho. Aí então, a gente junto com a secretaria de educação promovemos algumas aulas de reforço, mas mesmo assim esse reforço deixa muito a desejar porque o número de professores são (sic) pequenos não tem para atender todas as séries né? o reforço. E a gente trabalha com projeto de leitura faz tudo que tá ao nosso alcance, a gente tem feito, mas mesmo assim ainda tem dificuldade (Diretora).

O analfabetismo, problema que perdura no sistema educacional brasileiro desde as primeiras iniciativas educacionais além, de ser considerado um problema conjuntural que afeta em sua grande maioria jovens e adultos, causa impacto no processo de alfabetização dos/as filhos/as da população analfabeta, pois, é no seio familiar que ocorre parte do processo de aprendizagem dos mesmos. Diante do constatado

[...] é preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego... Isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido apenas por meio de programas educacionais. Eles precisam vir acompanhados de outras políticas sociais. (GADOTTI, 2008, p.11).

Para que o analfabetismo seja erradica, é necessário investir em políticas públicas que possam vir a cobrir todas as áreas sociais, ou seja, investir em programas e projetos que

contemplem a erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos e que assegurem o acesso e a permanência dos mesmos na escola como também das crianças e adolescentes que estão em processo de alfabetização. É importante ressaltar que o analfabetismo é só um dos inúmeros problemas encontrados pela escola para alfabetizar as crianças.

As afirmações proferidas pela diretora permitem evidenciar que a escola reconhece e tem comprometimento com o seu papel social, porém ao ter o olhar voltado unicamente para o problema de aprendizagem, descartando outros determinantes que perpassam as relações sociais e podem vir a repercutir em âmbito educacional descarta-se a possibilidade de ir na raiz dos problemas sociais que emerge, resultando o não acesso aos direitos sociais e possivelmente na não resolução do desempenho escolar dos/as alunos/as.

A psicopedagoga com relação ao baixo rendimento profere:

Pronto, a questão do baixo rendimento, o município cuida disso, os professores fazem parte de um programa, eles são monitorados, a secretaria dá todo apoio para que eles desenvolvam o projeto, ontem mesmo elas foram para uma capacitação, e nessa capacitação elas aprendem como desenvolver o trabalho. No caso, a criança tá com baixo rendimento, então é feita a avaliação de leitura, por exemplo, se for a questão da leitura, eles fazem as avaliações, essas avaliações tem tempo pra iniciar e tempo para concluir, e depois dessa avaliação aí é feito o levantamento quem se saiu bem no tempo certo quem não se saiu, aí a secretaria em reunião com os professores veem qual a dificuldade daquela criança para trabalhar, só que como eu lhe falei as vezes o problema não é da criança o problema é social, é na família aí a escola tenta alguns consegue como um peixinho que se coloca na água e ele sai nadando, já outros não conseguem (Psicopedagoga).

O município, além da capacitação continuada do corpo técnico e docente, desenvolve projetos voltados ao processo educacional e avaliações objetivando analisar o desempenho dos/as alunos/as para assim, identificar possíveis déficit de aprendizagem constituindo um conjunto articulado de ações que de acordo com a fala da psicopedagoga se operacionalizam da seguinte forma: avaliação, identificação dos problema, desenvolvimento de ações com vista a sanar e/ou minimizar o problema que fora identificado.

Ao reconhecer que para além, dos problemas cognitivos de aprendizagem que perpassam o ambiente escolar, os problemas de cunho social e familiar também se expressam como uma das razões para que determinado aluno/a apresente baixo rendimento escolar a psicopedagoga, compreende que há determinantes sociais que possam vir a interferir no desempenho escolar, onde as demandas surgem e se expressam nesse meio, podendo vir ou não serem respondidas sob a perspectiva de garantia de direitos.

Já a professora, compreende que a principal ação desenvolvida pela escola para sanar o baixo rendimento escolar a elaboração e implementação de projetos de ação, como se pode identificar em sua colocação:

Bem, a gente procura elaborar um plano de ação para ser aplicado na escola, na sala de aula, para toda a turma, que abranja todas as outras crianças para que aquela também seja incluída, aquela que está com dificuldade, a gente faz aquele plano de curso faz um projeto de ação para desenvolver, e ver se a gente consegue que essa criança avance na aprendizagem e consiga vencer essas dificuldades (Professora).

A elaboração de projetos que visam acompanhar e melhorar o desempenho dos/as alunos/as, demonstra o comprometimento dos/as professores/as com o desenvolvimento e o processo do ensino e da aprendizagem que são efetuados na escola, mais uma vez abre-se possibilidade para problematizar o olhar voltado unicamente para problemas cognitivos das crianças.

3.3 - Percepção dos profissionais inseridos na educação sobre o Serviço Social.

O terceiro eixo é composto por duas perguntas que conjuntamente visam desvendar qual a noção dos profissionais de educação sobre o Serviço Social e o grau de conhecimento das entrevistadas sobre as contribuições que essa inserção pode trazer para a política educacional, é importante destacar, que a primeira pergunta está voltada para essas duas ideias centrais. Assim, obtivemos as seguintes respostas:

Sim, eu conheço né? e também sei que era muito importante em cada escola ter um assistente social embora a gente saiba que as dificuldades são enormes quando abre um concurso, abre bem pouquinho vagas. Se tem muitas escolas precisando deveria ter mais pessoas nessa área trabalhando nas escolas (Diretora).

A mesma afirma que compreende e conhece a profissão do/a Assistente Social, mas não apresenta, em sua fala, nenhum elemento que comprove que ela consegue dimensionar como essa profissão se materializa, e suas possíveis contribuições na educação. De maneira geral, pode-se compreender o Serviço Social, enquanto profissão que tem por maior contratante o Estado, para a elaboração e implementação de políticas sociais visando atender as necessidades sociais que decorrem das expressões da “questão social”. Conforme o CFESS (2016), os/as Assistentes Sociais:

Analisa, elabora, coordena e executa planos, programas e projetos para viabilizar os direitos da população e seu acesso às políticas sociais, como a saúde, a educação, a previdência social, a habitação, a assistência social e a cultura. Analisa as condições de vida da população e orienta as pessoas ou grupos sobre como ter informações, acessar direitos e serviços para atender às suas necessidades sociais. Assistentes sociais elaboram também laudos, pareceres e estudos sociais e realizam avaliações, analisando documentos e estudos técnicos e coletando dados e pesquisas. Além disso, trabalham no planejamento, organização e administração dos programas e benefícios sociais fornecidos pelo governo, bem como na assessoria de órgãos públicos, privados, organizações não governamentais (ONG) e movimentos sociais. Assistentes sociais podem ainda trabalhar como docentes nas faculdades e universidades que oferecem o curso de Serviço Social [...] (p. 6).

O/A Assistente Social em sua prática profissional desempenha diversas funções, é importante destacar que muitas dessas atribuições se constituem como privativas da profissão.

É comumente visto, que a sociedade tem dificuldades em compreender o Serviço Social enquanto profissão, então essa não se constitui como uma particularidade demonstrada pela diretora da referida escola.

Além disso, não podemos desconsiderar que “aqueles” velhos traços ainda transitam pela nossa imagem ou por nossa representação na sociedade, dentre eles: “a imagem da moça boazinha” - um profissional marcado pelo fetiche da ajuda e pelo voluntarismo. Essa imagem conservadora e contraditória ao projeto ético-político e ao significativo acúmulo teórico-metodológico que a profissão expressa na contemporaneidade deve ser desvencilhada e desconstruída (REZENDO, 2014, p. 39).

Ressalto ainda, que o conjunto CFESS/CRESS tem promovido o debate em torno dessa questão, com produção de folders e cartilhas dentre outras formas de difusão e problematização a respeito dessa temática, um exemplo é as cartilhas “Assistentes sociais: um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional” e “Serviço Social: conheça e valorize esta profissão”. Resta-nos enquanto Assistentes Sociais difundir e debater a profissão em nível de sociedade fortalecendo as iniciativas das entidades representativas do Serviço Social, pois ao conhecer a dimensão profissional do/a Assistente Social, os demais profissionais que trabalham nos serviços públicos e privados podem contribuir para o exercício profissional, respeitando a suas competências e atribuições.

Quanto a questão dos concursos públicos presente na colocação da diretora, o mesmo será problematizado mais adiante, pois encontra-se elementos para esse debate na entrevista realizada com a Secretária de Educação Municipal, bem como em uma das perguntas que proporciona essa discussão a nível municipal.

A psicopedagoga por ter formação na área de Pedagogia e Serviço Social com relação a essa indagação profere uma resposta extensa, para tanto, é preferível dividi-la para melhor compreensão e análise. Inicialmente afirma:

Eu conheço um pouquinho, então assim, quando eu estudei eu sonhava em ter esse profissional na escola e vivenciando nesses vinte anos – vai fazer vinte anos que eu estou na educação – vivenciando, eu acho que se tivesse o profissional na escola para ajudar melhorava muito, porque como eu falei anteriormente, a gente vê que o problema é social e que a criança ela não consegue ficar na escola, a cabecinha dela tá em outro planeta, então como eu não atuo aqui como assistente social eu estou como professora, a única coisa que eu posso fazer é dá algumas orientações para que o gestor da escola aja, e as vezes até mesmo as meninas da secretaria (Psicopedagoga).

A experiência educacional da psicopedagoga é extensa e decorre de um número significativo de anos na educação, por ter essa vivencia ela compreende que a inserção do/da Assistente Social contribuiria significativamente em âmbito educacional, pois a mesma reconhece que muitas vezes os problemas de aprendizagem e comportamental, que determinado aluno/a apresenta em sala de aula, decorre de algum problema social e/ou

familiar que pode e deve ser verificado para os devidos encaminhamentos, pois pode se tratar de casos de vulnerabilidade social ou risco social.

Em outro fragmento de sua colocação, afirma:

só que assim, as crianças, por exemplo, como já falei para você do público que a gente tem aqui, que é criança que não tem pai e não tem mãe que mora em casa de apoio, criança que mora só com a mãe ou que mora com a vó (sic) com o padrasto, então eles tem muito problema em casa, aí quando chega na escola se a gente tivesse um assistente social para dá essa ajuda para trabalhar com as famílias seria bom, seria bom não, seria ótimo né? a gente precisa com urgência, mas aqui mesmo na escola a gente não tem assistente social eu acredito que nenhuma escola do município tenha, tem uma equipe na secretaria, mas eu desconheço a presença de um assistente social atuando na área, como eu, tem profissionais que tem o curso, mas que não atua na área, então eu sempre quis e eu todo dia sonho com isso, no dia que tiver o assistente social na escola, pelo menos a secretaria já ajudava bastante (Psicopedagoga).

O âmbito familiar em suas diversas configurações é perpassado por expressões da “questão social” que impactam no contexto familiar e conseqüentemente no ambiente escolar, demandando que a escola enquanto política pública estatal respondam a essas demandas tanto para que os direitos sejam assegurados como para melhorar o desempenho educacional dos/as alunos/as que estão em situação de vulnerabilidade ou risco social. Mais uma vez reitera-se em sua fala a demanda pela inserção do/a Assistente Social na Política de Educação do Município, mesmo que seja apenas na Secretária, já se constataria uma alteração nessa conjuntura. Nesse momento, sentiu-se a necessidade de reforçar o questionamento e proferi a seguinte pergunta: No caso, você tem ideia do quanto o assistente social pode contribuir? Obtive a seguinte resposta:

Tenho e muito, porque assim a gente vê a questão do problema nas famílias então já pensou se tivesse assistente social para acompanhar? Porque meus alunos eu vou a casa de cada um, observo como funciona como é que eles vivem em casa, como é que o pai age, com quem eles moram e faço o estudo de caso dos meninos para poder trabalhar, então esse estudo de caso dos que eu faço ajuda na sala também. (Psicopedagoga).

Ao fazer essa indagação evidenciou-se que por ser bacharel em Serviço Social, a mesma, utiliza da instrumentalidade dessa profissão na materialização do seu exercício profissional enquanto psicopedagoga. Tais ações desempenhadas pela psicopedagoga se constitui como exercício ilegal da profissão, pois,

As seguintes situações caracterizam exercício ilegal da profissão: • Assistente social que não cumpre os requisitos da legislação profissional; • Assistente social que não possui inscrição no Conselho Regional e desempenha atribuições privativas do assistente social, definidas pelo artigo 5º da Lei 8.662/1993; • Quem se utiliza da denominação “assistente social” sem possuir o diploma de Serviço Social (CFESS, 2016, p. 5).

Em casos como esse compete a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do CRESS Paraíba apurar a situação e tomar as medidas cabíveis. Para comprovar de maneira

contundente o exercício ilegal da profissão, se fez necessário proferir outra pergunta, onde eu indaguei diretamente: No caso, você faz visita domiciliar também? A seguinte resposta obtida:

Faço, conheço todos os meus alunos, os que chegaram esse ano ainda não visitei a casa de todos, mas eu visito a casa de todo mundo, para poder ajudar no meu trabalho aí assim, a partir do momento que eu vou o que eu posso observar, dou orientações para a família fazer e a professora da sala também fica a par, aí a escola ficando a par do que a criança passa, aí fica mais fácil da gente trabalhar[...] então se a gente tivesse o assistente social para fazer esse trabalho como eu faço, eu faço só com os meus, eu tenho dezesseis, mas a quantidade que tem na escola. A gente chama, tem o dia da visita dos pais, tem a escuta, então a mãe vem pra cá, [...] segunda feira a gente seleciona duas três mães e vem para escuta fazer o estudo de caso aí o assistente social podia fazer isso esse momento da escuta prestar atenção, como é a estrutura familiar em que, que o pai é envolvido, e a mãe, não para se intrometer, mas pra gente vê no que pode ajudar a criança na escola (Psicopedagoga).

A visita domiciliar que resulta no estudo de caso é realizada como caráter instrumental de seu trabalho, ou seja, utiliza-se os instrumentos técnicos-operativos do Serviço Social para o desempenho do trabalho como psicopedagoga, tais afirmações são proferidas, pois leva-se em consideração que a mesma tem formação nas duas áreas e compreende a matéria profissional do/a Assistente Social.

A análise que se pretende desenvolver partirá da confrontação das atribuições privativas do/a Assistente Social e da função do Psicopedagogo na esfera educacional. Assim, compreende-se enquanto atribuições privativas dos/as Assistentes Sociais, conforme o Art. 5º da Lei nº 8.662/1993 que Regulamenta a Profissão:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

O inciso IV, dispõem que a realização de qualquer procedimento em matéria de Serviço Social é uma atribuição privativa desse profissional, ou seja, o complexo aparato

teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que norteiam a prática profissional do/ Assistente Social não se constitui como instrumentos de nenhum outro exercício profissional, podem ser utilizados por outros profissionais como é o caso da visita domiciliar realizada pelos profissionais da saúde, porém ao vislumbrarmos as funções do Psicopedagogo na instituição escolar, não se encontra a visita domiciliar como instrumento a ser utilizado por esse profissional:

III - Funções do Psicopedagogo: 1 - Na Instituição Escolar: 1.1 - Atuar preventivamente de forma a garantir que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos; 1.2 - Avaliar as relações vinculares relativas a: professor/aluno; aluno/aluno; família/escola, fomentando as interações interpessoais para intervir nos processos do ensinar e aprender; 1.3- Enfatizar a importância de que o planejamento deve contemplar conceitos e conteúdos estruturantes, com significado relevante e que levem a uma aprendizagem significativa, elaborando as bases para um trabalho de orientação do aluno na construção de seu projeto de vida, com clareza de raciocínio e equilíbrio; 1.4 - Identificar o modelo de aprendizagem do professor e do aluno e intervir, caso necessário, para torná-lo mais eficaz; 1.5 - Assessorar os docentes nos casos de dificuldades de aprendizagem; 1.6- Encaminhar, quando necessário, os casos de dificuldades de aprendizagem para atendimento com especialistas em centros especializados; 1.7- Mediar a relação entre profissionais especializados e escola nos processos terapêuticos; 1.8- Participar de reuniões da escola com as famílias dos alunos colaborando na discussão de temas importantes para a melhoria do crescimento de todos que estão ligados àquela instituição; 1.9- Atender, se necessário, funcionários da escola que possam necessitar de uma orientação quanto ao desempenho de suas funções no trato com os alunos (ABPp, 2013, s/p).

Tais funções estão voltadas para: a prevenção da escola como espaço de ensino e aprendizagem, abordagem avaliativa entre as relações sociais que perpassam o âmbito escolar visando intervir na aprendizagem e traçar metodologias nesse sentido, bem como na interação professor aluno de forma interventiva e assessorial, encaminhando as dificuldades mais substanciais para centros especializados mediando nesse caso o acesso escola e profissionais especializados, participar das reuniões ocorridas na escola e por fim orientar os funcionários caso necessário com relação a qualquer dúvida.

Essas atribuições e competências nos leva a concluir que:

[...] o psicopedagogo atua nos processos educativos com o objetivo de diminuir a frequência dos problemas de aprendizagem. Seu trabalho incide nas questões didático-metodológicas, bem como a formação e orientação dos professores, além de fazer aconselhamento aos pais. Na segunda atuação, o objetivo é diminuir e tratar dos problemas de aprendizagem já instalados. Para tanto, cria-se um plano diagnóstico, a partir do qual procura-se avaliar os currículos com os professores, para que não se repitam transtornos, estamos prevenindo o aparecimento de outros (BOSSA,1994, p.102).

Ao ter sua prática voltada para o processo de aprendizagem, com vista a diminuir os problemas nessa questão, o psicopedagogo não deve ultrapassar aquilo que está designado como suas competências e atribuições, e por mais que seja formada em outra área, tais profissões não podem ser confundidas, além disso, se faz necessário ressaltar que para exercer

a profissão e está utilizando técnicas privativas de Assistente Social, a mesma deve estar inscrita no referido Conselho (CRESS/PB) e estar contratada pelo Município para exercer o cargo de Assistente Social, tal situação que se apresenta se revela como exercício ilegal da profissão do/a Assistente Social.

Salientamos que a precarização da estrutura técnica de profissionais, falta dos mesmos e sobrecarga de trabalho podem ter colaborado com o fato de haver confusão dos processos de trabalho profissional.

A professora, quando perguntada se conhece e se consegue dimensionar as contribuições do Assistente Social na educação, respondeu:

Sim, então a Assistente Social eu acho que ela é muito importante e indispensável na instituição educacional, só que a gente infelizmente não vê muito esse profissional na nossa escola né? aqui mesmo, dificilmente a gente vê o trabalho dessa assistente social o que deveria ter, tem a assistente social do bairro tem sempre aquela da família, onde deveria ser mais concreta essa assistência, essa participação do assistente social na vida escolar, do aluno, professor e família (Professora).

Em sua colocação, a professora demanda a presença dos/as Assistentes Sociais que estão inseridos nas demais políticas públicas, na escola, no entanto esses profissionais que estão nos diferentes espaços socio-ocupacionais das políticas sociais no Município – como é o caso da Política de Assistência Social em suas diferentes instituições, bem como em âmbito jurídico como é o caso do Conselho Tutelar – estão presentes nesses espaços para atender as demandas que se apresentam na instituição no qual está inserido. Ressalto ainda que a intersectorialidade está presente entre a política educacional e as demais políticas sociais, entretanto é necessário compreender que por se tratar de um espaço com vários determinantes o ambiente educacional deve conter um profissional voltado integralmente para as demandas que se expressam nesse ambiente.

A segunda pergunta do segundo eixo está voltada para desvelar se as entrevistadas consideram necessária a presença de um Assistente Social na referida escola e quais as possíveis demandas que se apresentam no cotidiano escolar que se constituem como objeto de intervenção desse profissional, esta última, com o objetivo de revelar se compreendem a dimensão interventiva dos/as Assistentes Sociais, os resultados demonstram que as mesmas não compreendem a profissão. A Diretora, de maneira geral, apresenta as dificuldades encontradas no que diz respeito a problemática que perpassa o ambiente escolar:

Sim, há uma grande necessidade e a contribuição que o assistente social poderia dá era especialmente com essas crianças especiais trabalhar a família, trabalhar as crianças, trabalhar com os professores fazendo capacitação, seria muito importante na escola (Diretora).

O Serviço Social enquanto profissão tem como principal objeto de intervenção a “questão social” e a sua dimensão interventiva perpassa os diversos contextos citados pela diretora, contudo essa intervenção tem

[...] como alvo privilegiado os segmentos mais pauperizados da população, excluídos dos direitos sociais ou com precário acesso efetivo aos mesmos. Em tais condições o que se requer como prioridade é a prestação de serviços públicos, não mercantilizados para o atendimento (IAMAMOTO, 2000, p. 90).

O que se pretende evidenciar é que esse profissional, não tem formação para lidar com situações referentes as especificidades do/a psicopedagogo/a como são os casos de autismo, déficit de aprendizagem e de atenção, assim como, a capacitação dos funcionários e professores é função voltada para a Secretaria de Educação do Município, o/a Assistente Social sendo inserido nesse espaço socio-ocupacional terá como principal objetivo intervir e mediar as expressões da “questão social”. Há a possibilidade de desenvolver capacitações e palestras com o corpo técnico e docente por meio da articulação em rede com o Conselho Tutelar CRAS e/ou CREAS, como já vem sendo realizado.

Quanto a resposta da psicopedagoga, a mesma compreende que se faz necessário essa inserção apresentando muito elementos para serem analisados, para essa resposta utilizarei o mesmo recurso da outra, dividindo-a visando proporcionar uma leitura e análise mais clara. A mesma afirma:

Pronto essa questão das desestrutura das famílias, o problema que as crianças trazem para escola, que o psicólogo não consegue resolver, porquê? Porque ele não entende a questão social da família, da criança e nem sempre dá pra fazer isso. No meu caso dá porque eu só tenho dezesseis criança né? Mas a escola toda tem muitas crianças, mais de cem, e o professor geralmente ele não tem só uma escola [...] então assim, a necessidade do serviço social é grande na escola, essa questão da ausência dos pais, porque assim as pessoas colocam muito a questão de drogas, existe [...] e os professores não querem se envolver, não quer, e eu, o que vou escutar nem sempre eu posso contar, eu vou tentar fazer minha parte isolada, aí é difícil né?

O termo “famílias desestruturadas” empregado pela Psicopedagoga, está ancorado na concepção de que a família patriarcal, heteronormativa composta por pai, mãe e filhos está se desgastando lentamente, tal sentido se interpretado literalmente da forma como foi empregada evidência que essa formação familiar será finda em algum momento, todavia o que se observa são novas configurações familiares, ou seja, famílias que são compostas por diferentes membros por laços consanguíneos ou não.

[...] Gomes (1994) indica que a escola tende a responsabilizar exclusivamente a família pelos problemas de aprendizagem e disciplina dos alunos, atribuindo-lhe o rótulo de desestruturada. Ela afirma que por trás desse discurso tem-se um modelo de família estruturada ideal (que a autora chama de família pensada), baseada num modelo de família nuclear burguesa, e as famílias desviantes desse padrão são consideradas incompetentes. A família vivida, “real”, apresenta as mais variadas estruturas e modos de relações, mas essas alternativas não são vistas como novas

ordens e sim como caos, a causa de todas as dificuldades das crianças (RIBEIRO, 2004, p. 70-71).

Ao revelar o caráter culpabilizador da escola referente a família revela-se a necessidade de inserção de um profissional que tenha o olhar de caráter totalizador para as demandas que emergem em âmbito educacional, que compreenda os determinantes que incidem sobre determinada família e até mesmo trabalhe essa questão com os funcionários, para que a escola funcione de maneira minimamente adequada. O/A psicólogo/a sozinho não vai dar conta da demanda apresentada e dos seus determinantes sociais, pois não tem formação para isso, mas se constitui como uma profissão que também precisa ter sua inserção debatida em âmbito educacional.

A ausência dos pais na escola, pode se constituir como um dos determinantes que evidenciam que no seio familiar há situações que necessitam de um olhar mais incisivo por parte da escola, com vista a identificar quais situações emergem em determinada família, para então intervir e garantir minimamente os direitos sociais, quanto a questão do tráfico de substâncias psicoativas e de seu uso, é necessário um estudo aprofundado sobre cada caso, sempre buscando entender os determinantes que perpassam tal situação. No último trecho de sua fala ela profere:

aí assim a atuação do assistente social, precisa demais é urgente e na escola não tem só essa questão não – a questão da droga, desestruturadora das famílias – tem outras questões, olha a pedofilia é grande, existe coisa que você vê, a criança o corpinho dela não é mais de criança e a gente não pode fazer nada nem pode chamar, por exemplo, tem casos que precisa chamar o conselho, e que a gente fica de mãos atadas, não sabe se chama o conselho, não pode ficar de braços cruzados tem que agir, [...] porque já que não tem o profissional da área pra fazer porque professor minha filha no Brasil morre por qualquer coisinha né? Aí assim, a dificuldade para trabalhar na escola é grande, com essas questões as crianças que tem esses problemas ela não desenvolve bem na escola, aí elas vem parar aqui na minha sala [...] eu choro as vezes com eles e as vezes quando as mães veem é sofrido, mas assim eu choro, porque eu vejo e não posso fazer nada tem coisa que eu não posso agir, porque eu estou em outra função na escola, aí eu vou procurar ajuda de quem tem, aí eu não tenho um assistente social para pedir socorro, as vezes eu converso com colegas para me orientar o que fazer naquela hora pra que a criança não tenha prejuízo e eu também [...] não tenha que fingir que não tô (sic) vendo as coisas entendeu? Mas é difícil, por isso que eu sonho com esse dia que você venha para escola e fique aqui com a gente (Psicopedagoga).

Antes de adentrarmos ao assunto se faz necessário ressaltar que nos termos da lei, previstos nos Arts. 240 ao 241-E do ECA que dispõem sobre a divulgação de material com conteúdo sexual de crianças e adolescentes e nos Arts. 217-A, que abrange crimes de estupro de vulnerável e 218-A que compreende a indução de menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem, do Código Penal (CP) se encontram a criminalização dos atos de pedofilia e suas respectivas penas para quem pratica tais atos, apresenta suas falhas com relação a articulação

entre o que está previsto no ECA e no CP, mas representam significativos avanços com relação a essa questão.

A psicopedagoga ao afirmar que podem existir atos de pedofilia e que tais casos demandam que o Conselho Tutelar seja acionado, mas que o corpo técnico e docente não pode fazer nada e que em muitos casos não se sabe o que fazer, demonstra, já que não há profissional específico para os devidos encaminhamentos, a necessidade de uma capacitação com todos os funcionários voltada para essa questão, pois ao fazerem os devidos encaminhamentos acionando o CT e o CREAS, a escola estará contribuindo para interromper o ciclo da violência sexual contra as crianças. Ao não comunicarem, a escola acaba violando o Art. 13 do ECA que prescreve:

Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais(BRASIL, 1990, p. 24).

A escola enquanto política pública, pode se constituir como uma grande aliada na identificação de situações de crianças e adolescentes que não tem os seus direitos garantidos e que estão em situação de rompimento de vínculo, passando assim a ser implementada para além de uma instituição voltada ao ensino e aprendizagem das crianças e adolescentes. Por estar vinculada diretamente a família deve ser vista como meio de identificar situações de vulnerabilidade e risco social que perpassa o contexto familiar, assegurando assim direitos sociais desses sujeitos, bem como prevenir tais rompimentos de vínculos familiares juntamente com as demais políticas públicas.

A professora com relação a essa pergunta, afirma:

Pronto é justamente nisso que eu falei né? é necessário porque ela seria um elo entre nós profissionais a instituição educacional a família e poderia nos ajudar e auxiliar com seu trabalho em muitas coisas de acordo com as possibilidades do assistente social dos seus conhecimentos que é justamente isso, deveria sim ter uma atuação na escola desse profissional (Professora).

Verifica-se, na fala da professora, uma leitura maturada do que vem a ser o trabalho do/a Assistente Social, reconhecendo que ao inserir esse profissional o elo entre família e escola poderá ser fortalecido na medida em que o mesmo, ao colocar em ação as suas atribuições e competências juntamente aos demais funcionários poderá fortalecer esse vínculo e contribuir para a efetivação de uma educação que vise assegurar os direitos sociais e a plena autonomia dos sujeitos. A mesma, ainda reconhece os limites e possibilidades posto a essa profissão justamente por ter uma leitura minimamente clara do que vem a ser o Serviço Social.

3.4- Conhecendo a necessidade de inserção do Serviço Social na educação municipal.

O quarto e último eixo está voltado a reconhecer qual a dimensão que se demanda a inserção do/a Assistente Social na educação do referido Município, o mesmo é composto por três perguntas de caráter exploratório sobre a questão supracitada. A princípio, foi questionado o porquê não há Assistente Social inserido na política de educação municipal, a Diretora proferiu a seguinte resposta:

Bem o que a secretaria diz é que os recursos são muito poucos para atender todas as escolas e colocar um assistente social em cada escola, mas eu acho que deveria aproveitar valorizar mais o profissional fazer mais cursos né? concursos dá mais oportunidade ao pessoal jovem que está entrando no mercado de trabalho (Diretora).

No município, não existe uma Lei, e nem se verifica a tramitação de uma PL que disponha sobre a inserção do/a profissional de Serviço Social na Política Educacional, justificando-se assim a inexistência desse profissional na educação. Essa inserção deve ser efetuada não apenas com vista a criar postos de emprego, mas para que em âmbito educacional os direitos das crianças e adolescentes e suas famílias sejam minimamente garantidos. Com relação a mesma pergunta, a psicopedagoga afirmou:

Quando eu procurei saber aqui para a gente formar uma equipe por que quando eu vim trabalhar aqui em Sousa já faz muito tempo que eu trabalho em Sousa sabe? Inclusive eu iniciei nessa escola aqui em 2000 o problema é, quando abre as vagas para concurso não tem assistente social para escola, tem para assistente social, mas não tem para escola e mesmo que o assistente social passe eu não sei qual é o segredo que ele não vem parar na escola [...] e as respostas que me deram não foram convincentes, não tem concursado, não pode contratar eu não sei porque não tem espaço para assistente social na educação, então essa resposta você não vai ter porque eu não sei, eu não entendo. (Psicopedagoga)

Nesse momento da entrevista, se fez necessário indagar se ela procurou juntamente a Secretaria de Educação saber os motivos dessa não inserção, a mesma proferiu a seguinte resposta: “*eu já procurei aí disse que não tem, porque não tem concursado na educação só tem para outra área e não pode contratar, e os professores são muito bem preparados dá pra trabalhar... a gente escuta assim as coisas né? []*” (Psicopedagoga)

Primeiramente analisaremos a primeira resposta, como já citado anteriormente não se verifica a presença do/a Assistente Social na educação, pois não há legislação municipal que regule essa inserção. Essa questão pode ser constatada, e está presente na entrevista com a Secretaria de Educação do Município.

Tal realidade, presente nesse e em outros municípios muito decorre do quadro vivenciado no país atualmente, com a investida neoliberal encolhe-se os investimentos na área social com vista a privilegiar ações que visam o desenvolvimento econômico como foi discorrido no primeiro capítulo dessa produção teórica, ao resgatarmos o contexto socio-

histórico educacional brasileiro. A disputa pelo fundo público, repercute no orçamento estatal que muitas vezes não tem recurso para essa implementação, para tanto, essa inserção deve ser pensada “a partir de uma análise teórica e política acerca dos condicionantes macroestruturais, que, em tempos de mundialização do capital, dão formas específicas à Política de Educação em curso hoje no país” (CFESS, 2012, p. 9).

Com relação a justificativa que se ampara no argumento de que os profissionais da educação estão preparados para lidar com as expressões da “questão social” que emergem no contexto escolar, é necessário problematizar essa questão.

Ao analisarmos o Serviço Social, enquanto profissão, pode-se constatar que na educação não há a presença de um profissional com tais atribuições e competências que tenha seu exercício profissional voltado para o principal objeto de trabalho do Assistente Social, que é a ‘questão social’, ou seja, os profissionais que já estão inseridos na educação são competentes e muito bem preparados para desenvolver o seu trabalho como educador, psicopedagogo, diretor dentre outras funções presentes na educação e não como Assistente Social. É importante lembrar que as competências “expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” (CFESS, 2012, p. 37).

Ao fazer tal indagação, a professora proferiu a seguinte resposta,

Acredito que ainda não despertou nos gestores essa ajuda né? essa é minha opinião, ainda não despertou neles essa ajuda, pois é indispensável como eu já falei (Professora).

O debate em torno dessa temática é eminentemente novo no município, este pode se caracterizar como um dos motivos para que os gestores não terem despertado o interesse para debaterem e elaborar algum projeto de Lei que contemplem a institucionalização da escola como espaço socio- ocupacional do/a Assistente Social.

No entanto, enquanto essas questões não forem levadas ao executivo e legislativo enquanto demanda necessária pelos próprios trabalhadores da escola e por assistentes sociais do município, essa demanda não será atendida, pois requer mais investimento público (ou mais gastos, a depender da visão de cada gestor) e esforço político.

Outro ponto a ser evidenciado a respeito da necessidade de inserção do/a Assistente Social na educação, é com relação aos limites que se apresentam aos profissionais que já tem esse ambiente como espaço profissional, para assim, evidenciar os limites que poderiam ser ultrapassados e em que o mesmo poderia contribuir ao ser incorporado ao quadro técnico

escolar foi nesse direcionamento que a pergunta foi proferida. Obtive a seguinte resposta da Diretora:

Foi o que eu já falei na outra, mas mesmo assim eu vou repetir que é muito importante a contribuição do assistente social, não só do assistente social, mas do psicólogo em cada escola porque assim o trabalho unificaria seria um trabalho mais integrado todos juntos trabalhando com o mesmo objetivo(Diretora).

É fundamental evidenciar que nenhuma outra indagação proferida na realização das entrevistas teve seu direcionamento voltado para o que se pretendeu abordar na elaboração dessa pergunta, ao proferir tal resposta acredita-se que a mesma não assimilou o contexto que se objetivava discutir, por se tratar de um questionamento complexo, reitero que ao proferi-lá fiz as explicações necessárias para seu entendimento, foram feitas as considerações necessárias, destaco as linhas finais de sua consideração, pois a sua leitura visa uma integração entre os profissionais visando um trabalho multidisciplinar articulado com o mesmo objetivo. A psicopedagoga profere a seguinte resposta a essa pergunta:

Bom, eu acho que eu ultrapasso os limites porque eu faço o estudo de caso vou na casa das famílias tenho contato com elas, eu acho que não tem limites o que a gente puder... ter contato com a família buscar pra fazer...por exemplo, com os meus alunos a gente faz, as vezes, um trabalho sem os pais perceberem como eu faço a visita deles a gente desenvolve projeto as vezes até de leitura pra que a gente veja os pais participarem da escola porque tem pais que não quer participar e a gente vê assim, por exemplo, a gente tem crianças aqui humildes bem humildes que as vezes a comidinha dele é a da escola e a gente vê caso de pessoas empresarias da cidade, que essa escola recebe, que não dá atenção aos meninos e aquele bichim (sic) que não tem comida ele tem atenção entendeu? [...] aí a gente tem dificuldade com essas pessoas, [...] enquanto a criança que a família tem pouca informação e condição financeira, ela para e escuta a orientação que a gente e coloca em prática. Então, não tem limite pra gente, mas quando a gente se depara com a família assim aí tem, você tem uma barreira não tem como você seguir porque, por exemplo, a criança precisa do psicólogo [...]e quando a gente conversa com a mãe(Elas falam) não isso, não tem nada não, vai passar,[...] o que a gente tem mais facilidade para trabalhar são... quanto mais humildes mais eles perguntam o que é que podem fazer, casos de família que já teve problemas sérios a gente conversando a gente conseguiu melhorar [...]. (Psicopedagoga)

Toda profissão independentemente de que esfera seja é perpassado por limites, sejam eles, dados pelos espaços como é o caso da precarização das políticas públicas se tratando de funcionários públicos sejam por razões éticas como é o caso das profissões que tem os conselhos que orientam e fiscalizam o fazer profissional como é o caso do Serviço Social e da Psicopedagogia.

Não reconhece inicialmente os limites postos a sua profissão, pois a mesma ultrapassa-os ao realizar visita domiciliar e fazer o estudo de caso. Porém afirma que o seu fazer profissional esbarra na resistência familiar com relação a presença dos pais na escola e com relação ao diagnóstico e tratamento de algum problema psicológico cognitivo

identificado pela escola, esses problemas podem ser mediados, só é necessário que conjuntamente esses profissionais tracem estratégias para solucioná-los.

Com relação aos alunos/as que se encontram em situação de vulnerabilidade social, a escola deve possibilitar uma articulação com a família para que juntos atuem como agentes facilitadores da integração da criança em situação de vulnerabilidade social no contexto escolar, ressaltando que isso só poderá ser efetuado se essa família consiga minimamente garantir condições para sua reprodução, ou seja, há a necessidade de acionar as demais políticas sociais essencialmente a Assistência Social. Com relação a essa questão a professora afirma: “*Daria uma ajuda, um apoio entre mim que sou a profissional a criança e a família, essa é minha opinião*” (Professora). Nota-se que a primeira indagação não foi respondida, e a resposta da segunda foi essencialmente vaga, em suma a concepção da professora é que o/a Assistente Social ao ser inserido na política de educação se tornaria um dos elos para articulação entre família, professor, funcionários e escola.

A última pergunta do respectivo eixo, indaga como a escola lida com as situações de conflito, e se a escola conhece a realidade vivenciada por cada aluno/a fora do contexto escolar. Compreende-se que tal indagação busca revelar como a escola – parte integrante da sociedade – intervém nessa realidade. A diretora proferiu a seguinte resposta:

Nós temos aqui na escola uma professora que é psicopedagoga é a única que a gente recorre em necessidade de conflitos, de violência, problemas de comportamento das crianças, na escola, então a gente recorre a ela, mas a gente ainda sente que ela sozinha não dá pra fazer um trabalho bom, o ideal seria que tivesse mais profissionais nessa área que melhorasse assim o relacionamento entre família e funcionário e aluno e também precisava muito de um assistente social que desse mais assistência fizesse mais estudo de grupo dinâmicas com funcionários com todos da equipe da escola (Diretora).

Nesse momento sentiu-se a necessidade de reforçar a pergunta então foi articulada a partir do seguinte questionamento “No caso, vocês conhecem a realidade vivida por cada aluno?”

Temos, temos conhecimento por que a gente conhece cada aluno que a gente convive durante o ano todo né? a gente procura trabalhar com as famílias procura fazer visita domiciliar e a gente vai conhecendo a realidade de cada um, mas infelizmente não dá pra gente sozinha fazer um trabalho que não está na nossa área a gente tem tentado ser de tudo ser psicóloga ser assistente social, mas o que precisava mesmo era do profissional (Diretora).

Na primeira fala proferida percebe-se que a escola recorre a Psicopedagoga para resolver os casos de conflito, pois a mesma tem sua prática profissional voltada para as dificuldades de aprendizagem, atribuindo-se a ela, a responsabilidade de mediar os conflitos que se apresenta dentro ou fora da sala de aula, por ser formada em Serviço Social, em casos em que se apresentam a necessidade de acionar o CT ou o CRAS é ela que dá as devidas

orientações, percebesse em sua fala que mais uma vez demanda-se a inserção do/a Assistente Social, no entanto é necessário se ater e problematizar as últimas linhas de sua primeira colocação.

O trabalho com grupos se constitui como um dos instrumentos interventivos do/a Assistente Social, possibilitando explorar os relacionamentos entre os membros dos grupos, na escola pode ser executado com as famílias, com os alunos, e com os funcionários, tem como principal objetivo auxiliar no desenvolvimento das potencialidades de cada um dos integrantes, ou seja, desenvolver as potencialidades dos sujeitos de acordo com o objetivo que foi traçado ao propor a atividade em grupo. Sendo assim, segundo (RODRIGUES apud WIGGERS, 2006 p. 27): “O assistente social tem um papel de orientador já que, ao compreender as necessidades de um grupo e dos indivíduos que o integram, deve prestar ajuda, guiando ou orientando o processo para que o próprio grupo atinja a satisfação destas necessidades”.

Em sua segunda fala a Diretora, afirma que a escola conhece a realidade em que está inserida a vida de cada aluno/a, ressaltando e evidenciando que a escola faz visita domiciliar, tal instrumento se apresenta como um grande aliado para a escola no sentido de perceber a realidade socio-familiar que as crianças e adolescentes estão inseridos.

A psicopedagoga profere mais detalhadamente a respeito de como a escola lida com as situações de conflito, afirma:

[...] a secretaria manda os profissionais para avaliar as crianças, mas a criança que é avaliada não pode nem ser observada sem a autorização dos pais então tudo que vai fazer com as crianças tem que ter a autorização dos pais, para entrar na escola entra, agora para ter contato na sala de aula por exemplo se for observar o menino vai ter que dizer quem é o menino e o pai vai ter que saber mesmo que observe ele lá, então assim tem coisa que a gente tenta fazer tem coisa que não dá pra gente fazer mas a gente vai atrás e a secretaria ela não tem uma equipe multifuncional, mas tem profissionais que elas mandam[...]tem uma equipe pedagógica que acompanha os professores [...] Aí os conflitos são resolvidos assim os pais vem a gente conversa é feito encaminhamento, dependendo da situação é encaminhado para o conselho tutelar, a criança que falta tem uma ficha chamada FICAI (Ficha de Aluno Infrequente)esse ano eu não sei se a escola tá usando...a criança faltou uma determinada quantidade de dias essa FICAI é preenchida e é encaminhada pro conselho, primeiro a família [...] é informada aí depois é advertida depois a criança é encaminhada para o conselho, aí quando vai para o conselho, aí entra secretaria de educação entra todo mundo para resolver. Qual é a coisa que segura, que resolve quando diz assim vai mandar a falta, pra descer para secretaria? Vai. Aí resolve, não precisa nem chamar o conselho porque se colocar falta tira a bolsa família né? Aí dá o prejuízo no bolso deles aí eles resolvem num instante a questão da falta. A questão do conflito, de briga mesmo que as vezes acontece, mas como aqui são crianças pequenas não tem coisa com violência, mas tem briga que incomoda e machuca os colegas aí são chamado os pais a escola conversa com os pais de preferência se resolver bem se não resolver pede para a secretaria mandar alguém para ajudar(Psicopedagoga).

A avaliação dos alunos/as se constitui como uma grande ferramenta para identificar dificuldades na aprendizagem como os problemas cognitivos, pelo o que foi evidenciado a avaliação na escola é realizada por um profissional da secretária, a psicopedagoga se manifesta inconformada por precisar da autorização dos pais para que essa avaliação seja realizada, por serem os responsáveis legais da criança e adolescente se faz necessário que esse comunicado seja executado. A escola também dispõe de instrumentos técnicos operativos como é o caso da FICAI desenvolvida para acompanhar a frequência escolar, mas não é só isso se bem utilizada pode evidenciar situações que perpassam as relações sociais na escola.

O Programa Bolsa Família (PBF), citado na fala da psicopedagoga como um dos motivos para que a situação de frequência escolar dos/as estudantes seja regularizada evidência a problemática das condicionalidades desse programa. A perspectiva que será utilizada para evidenciar tal problemática será a de garantia de direito.

O PBF é estruturado através das condicionalidades, as quais permitem que os usuários sejam contemplados por outras políticas, como de Saúde e Educação, além da Assistência Social. As condicionalidades, também, são visualizadas como norma as quais as famílias devem obedecer para permanecer beneficiária do Programa Bolsa Família (ANDRADE, 2016 p. 12).

Impõe-se condicionalidades para ter acesso a um direito social, ou seja, as famílias devem obedecer a um conjunto de regras posta pelo Programa para que o mesmo permaneça a receber tal benefício, uma delas é a frequência escolar dos/as filhos/as e das famílias beneficiadas, além disso percebe-se que a escola utiliza desse contexto para manter as crianças e adolescentes frequentando a escola, a educação é um direito social é nessa perspectiva que deve-se assegurar a permanência e o acesso dos/as alunos/as na escola.

A professora afirma que os conflitos são resolvidos da seguinte maneira:

Já que não há participação assim de um agente social na escola a gente procura reunir o grupo da escola os profissionais, convida os pais a virem a escola a gente expõem o problema e procura resolver da melhor forma possível conversando dialogando para ver se a gente sane esse problema né? muitas vezes é difícil, complicado, mas a gente procura todos os meios de solucionar esses conflitos em nossa escola(Professora).

Não se verifica em sua fala, elementos que evidencie como a escola e os/as professores/as lidam com os conflitos que emergem em âmbito educacional, apenas indica que a escola dialoga conjuntamente com os pais e funcionários com vista a traçar estratégias que visem resolver tais conflitos da melhor forma possível.

Em síntese, ao problematizarmos diversas questões que perpassam o ambiente escolar o resultado da pesquisa evidenciou que a inserção do/a Assistente Social é indispensável, pois contribuiria de maneira significativa em diversas situações que esse

âmbito apresenta, ressalto ainda que a escola ao ter esse profissional inserido se constituiria como uma importante ferramenta para as outras políticas sociais, pois viabilizaria identificar situações que ferem os direitos sociais das crianças e adolescentes e duas famílias, Os resultados obtidos, para além do que foi proposto demonstram por parte alguns equívocos com relação ao fazer profissional do/a Assistente Social, se constituindo matéria para uma problematização mais profunda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação se constitui como espaço sócio ocupacional do Serviço Social, porém por mais que tenha se desenvolvido juntamente com o processo de institucionalização dessa profissão ainda se apresenta como uma área pouco discutida atualmente, ou seja, o acúmulo teórico com relação a educação e o Serviço Social se mostra muito atual, pois a educação por apresentar diferentes níveis de ensino é perpassado por determinadas particularidades que demandam estudo que considere essas questões diferentes que cada nível de ensino, justificando assim a importância e relevância desse estudo, dado a particularidade que o município pesquisado apresenta.

Por se tratar de uma realidade educacional em que não se verifica a presença do/a Assistente Social na escola, este estudo objetivou analisar a concepção das profissionais de educação sobre o Serviço Social na educação sobre a relevância da inserção desse profissional nesse âmbito, considerando a linha utilizada e desenvolvida na realização das entrevistas com o quadro técnico escolar e com a secretária de educação do município, tal objetivo foi atingido, evidenciando para além do que pretendia ser exposto situações que merecem ser problematizadas e pesquisada a nível científico.

Para compreender e fazer uma leitura completa das expressões da “questão social” que perpassam o cotidiano escolar é imprescindível ultrapassar o aparente, pois os fenômenos

que se apresentam nessa esfera não trazem de imediato a sua essência. Para tanto, se faz necessário buscar na essência do objeto compreender as suas múltiplas determinações, desvelando os sentidos e os significados daquilo que se apresenta implícito de imediato. Nesse sentido, a partir da análise detalhada dos resultados obtidos pela pesquisa, evidenciou-se que a prática teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que norteia a prática profissional do/a Assistente Social se constitui como um grande aliado no enfrentamento dos conflitos em ambiente escolar.

Ao resgatarmos o contexto histórico educacional no país foi possível evidenciar que muitas práticas educacionais do contexto ditatorial, por exemplo, se reproduzem atualmente, bem como revelar um comparativo de como a educação se estabelecia e se estabelece, revelando significativos avanços desde o Brasil colonial até a República, assim como, o quanto questão econômica impacta na educação.

Tal resgate aliado ao estudo da função social da educação na sociedade do capital permitiu evidenciar que, a educação desde as primeiras escolas jesuítas até os dias atuais se constitui como dois modelos principais, um voltado à elite e o outro voltado ao proletariado, se consolidando de maneira seletiva e excludente e sendo utilizado como instrumento de controle social.

Quanto ao Serviço Social, como profissão que tem como principal matéria de intervenção a “questão social”; o cenário econômico, político e social que perpassa o país a partir da ofensiva neoliberal, vem exigindo desse profissional novas estratégias de intervenção profissional, não bastando por serem trabalhadores assalariados, sofrerem o impacto da retirada de direitos e a precariedade do trabalho.

Tais rebatimentos são sentidos na educação, e o cenário atual não deixa dúvidas que a precariedade do ensino vai aumentar, o atual governo promoveu cortes em todas as áreas da educação, impactando assim na operacionalização dessa política, compreendemos que o principal objetivo é precarizar ainda mais o ensino público para que seja possível a sua privatização e gerar lucros ao capital.

Portanto, a partir dessas transformações no modo de produção capitalista, vem impactando a operacionalização das políticas sociais, complexificando o exercício profissional do Assistente Social, atingindo os mesmos de duas maneiras ao enfraquecer a cobertura social das políticas públicas por meio da precarização, da disputa pelo fundo público e pelas alterações no mundo do trabalho que impactam na vida do/a Assistente Social enquanto trabalhador assalariado.

Por conseguinte, a inserção do/a Assistente Social nas escolas municipais se torna mais difícil de ser institucionalizado. A tramitação das leis em caráter nacionais não apresenta resultados, já que em sua maioria foram arquivadas, atualmente pela pesquisa desenvolvida no site da Câmara dos Deputados e do Senado, só há uma lei em tramitação nas duas casas. Nota-se também uma falta de interesse do legislativo municipal em realizar esta demanda, bem como a falta de articulação política dos setores interessados, sendo a categoria profissional e os profissionais da educação.

Os resultados da pesquisa mostram que a política educacional demanda um profissional que tenha um olhar da totalidade sobre os conflitos que emergem em âmbito escolar, se faz necessário ainda evidenciar, que no contexto educacional brasileiro, os profissionais que estão inseridos são desafiados cotidianamente a articular os conteúdos ministrados em sala de aula aos problemas que emergem em âmbito escolar, para que a criança possa aprender e se desenvolver é necessário que ela esteja em plenas condições cognitivas e psicológicas, os problemas que perpassam a vida familiar repercutem no rendimento escolar.

Os elementos que compõem o trabalho do/a Assistente Social na educação é principalmente o suporte a equipe técnica e pedagógica das unidades escolares, revelando a relevância e a importância que é ter esse profissional inserido na educação, incentivando a participação dos/as alunos/as, da família e dos/as profissionais inseridos no ambiente escolar, com vista a estreitar os laços entre ambos através das visitas domiciliares, estudo de caso, encaminhamentos, proporcionando assim a efetivação de uma educação pública e de qualidade.

Reafirma-se, portanto, que Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (SOUZA, 2005, p. 39).

De maneira geral a educação e o serviço social são duas áreas que apresentam suas diferenças, porém se complementam quando conjuntamente articuladas visam traçar objetivos comuns, respaldados em uma visão de uma nova ordem societária, a educação então consiste em um dos instrumentos para que o serviço social em sua prática profissional em seu fim último buscar alcançar uma nova ordem societária pautada na igualdade e justiça social. Portanto, discutir essa profissão na educação, não é tarefa fácil, pois a educação é perpassada por muitos elementos que se enquadram no contexto da complexa reprodução da vida em sociedade, juntamente com uma profissão que perpassa as suas complexificações.

REFERÊNCIAS

_____. **Serviço social, trabalho e direitos** / organizado por Francisco Henrique da Costa Rozendo. [et al.]. – Cruz das Almas/BA: UFRB, 2014. Disponível em: <<https://www1.Ufrb.edu.br/editora/component/phocadownload/category/2-e-books?download=56>> Acesso em: 31 de maio de 2019.

ALMEIDA, N. L. T de.; GOUVÊA, M. da C.M.; QUINTÃO, A. **O Serviço Social e a política pública de educação**. In QUINTÃO, André (Org.). Belo Horizonte: s.n., 2005. p.1-10. Disponível em: <<http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisaostagio/documents/13ServicoSocialnaEducacao.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2018.

ALMEIDA, N. L. T de.; GOUVÊA, M. da C.M.; QUINTÃO, A. **O Serviço Social e a política pública de educação**. In QUINTÃO, André (Org.). Belo Horizonte: s.n., 2005. p.1-10.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Edusc, 2005.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço social na escola: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/pamallas heron/servio-social-na-educao-bases-para-o-trabalho-profissional-sarita-alves-amaro>> Acesso em: 02 de Maio de 2019.

ANDRADE, Maria do Socorro David de. **Atuação dos assistentes sociais frente às condicionalidades do programa Bolsa Família no Centro de Referência de Assistência Social**. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal, 2016. Disponível em:

<https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/4618/1/MariaSDA_Monografia.pdf>

Acesso em: 04 de junho de 2019

ANDREOTTI, Azilde Lina. **A administração escolar na era Vargas e no nacional desenvolvimentismo (1930 - 1964)**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.102–123, ago. 2006. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4916/art8_22e.pdf> Acesso em: 16 de dezembro de 2018.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda Aranha. **Filosofia da Educação**. 3^o.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, Odete Aparecida Alves. **Educação e Democracia no Brasil: a perspectiva de Florestan Fernandes e a visão neoliberal nos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA (2013). **Diretrizes Básicas da Formação de Psicopedagogos no Brasil**: publicada em 19 de outubro de 2013. São Paulo, SP: Comissão de Formação e Regulamentação do Conselho Nacional da ABPP, 2013. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/documentos_referencias_parametro_nacional_par_a_eleboracao_de_concurso_publico_psicopedagogo.html> Acesso em: 01 de junho de 2019.

BARBOSA, Rita de Cássia Ribeiro. **Os Planos de Desenvolvimento e a Educação: de Juscelino Kubitschek ao regime militar**. Campinas-SP: [s.n], 2006. Disponível em:<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/252903/1/Barbosa_RitadeCassiaRibeiroD.pdf>Acesso em: 11 de jan. de 2019.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas**. 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afro descendência** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/4r/pdf/boaventura-97885232_06307.pdf> Acesso em: 05 de novembro de 2018.

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. RS, Artmed, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. --Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>> Acesso em: 10 de Maio de 2019.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. [Recurso eletrônico]. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em:<https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wpcontent/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf> Acesso em: 28 de maio de 2019.

_____. **Caderno de formação; Formação de Professores educação, cultura e desenvolvimento/** Universidade Estadual Paulista. v. 1. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. P. 103- 138. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/171>> Acesso em: 14 de jan. de 2019.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2^a ed., 1978.

CFESS. **Assistentes Sociais: um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional**. 2016. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1267>> Acesso em: 30 de maio de 2019.

_____. **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>> Acesso em: 03 de junho de 2019.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social Lei n. 8.662/93**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2019.

_____. **Regulação da profissão de Assistente Social**. Lei nº 8.662, jun. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf> Acesso em: 01 de Junho de 2019.

_____. **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, DF: CFESS/CRESS, 2012. GT Serviço Social na Educação. p. 58, 59 e 60. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/brochuracfess_subsidios-as-educacao.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2019.

CUNHA, Kivania Karla Silva Albuquerque. **Tendências do exercício profissional do assistente social na política de educação: as escolas municipais de Campina Grande - PB**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande – PB, 2017. Disponível em: <<http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/2991>> Acesso em: 13 de maio de 2019.

FAERMANN, Lindamar Alves. **Representação e prática dos Assistentes Sociais que atuam nas escolas salesianas paulista: sujeitos coletivos que se forjam na identificação do projeto profissional**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17872/1/Lindamar%20Alves%20Faermann.pdf>> Acesso em: 04 de maio de 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. SP: Cortez, 2010.

FAUSTO, Bóris. **História Concisa do Brasil**. Edusp. São Paulo: 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 2. ed. 1995.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

_____. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dôminus, 1966.

_____. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Global, 1ª edição digital, 2013. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/se818s>> Acesso em: 03 de maio de 2019.

_____. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

_____. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

FERREIRA Jr., Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

FERREIRA, Jr. Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. Disponível em: <<https://www.Researchgate.net/publication/270903>>

[884_Historia_da_Educacao_Brasileira_da_Colonia_ao_seculo_XX](#)> Acesso em: 31 de Março de 2019.

FILHO, João Cardoso Palma. **A Educação Brasileira no Período 1960-2000: de JK a FHC.** In:

FRERES, Helena de Araújo; Et al. **O papel da Educação na sociedade capitalista: uma análise onto-histórica.** In: V Congresso Brasileiro de História da Educação: O Ensino e a pesquisa em história da educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.or.g.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/932.pdf>> Acesso em: 29 de julho de 2018.

GADOTTI, Moacir. **MOVA, por um Brasil alfabetizado.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008. (Série Educação de Adultos, 1). Disponível em: <<http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/3084>>. Acesso em: 28 de maio de 2019.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e educação no Brasil 1964/1985.** Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1990. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251894>> Acesso em: 20 de março de 2019.

_____. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985).** 2ª.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. **História da educação brasileira.** São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo, Atlas, 2009.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil –** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 39ª ed., 2013.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000. Disponível em: <<https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>> Acesso em: 02 de junho de 2019.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea.** CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* CEAD/UnB. Brasília. 2009.

LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi. **Serviço Social e educação: interfaces de uma atuação política.** 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98590>> Acesso em: 02 de maio de 2019.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação da educação no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985): um espaço de disputas.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.22378871.2016v17n27p455>> Acesso em: 05 de abril de 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital;** [tradução Isa Tavares]. – 2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org) **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOREIRA, Cássio da Silva. **O Projeto de Nação do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/35450>> Acesso em: 14 de fevereiro de 2019.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, LizeteShizueBomura. **O Ensino Jesuítico no Período Colonial Brasileiro**: algumas discussões. Educ. rev. [online]. n.31, pp.169-189, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602008000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 05 de novembro de 2018.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Processos Políticos e Democracia na América Latina**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 135-170, 2007. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190/213>> Acesso em: 04 de Dezembro de 2018.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Anelise. **A Educação Entendida como Civilização**: medidas instrutivas realizadas no Rio de Janeiro durante o período joanino (1808-1821). SABERES, Natal – RN, v. 1, n. 11, fev. 2015, 157-169.

OLIVEIRA, Letícia Borges de. **Educação no Campo**: Mobral no meio rural de Uberlândia/MG (1970-1985). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2011. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/bibliotec/a/disserta%C3%A7%C3%A3o-etese/mestrado-educa%C3%A7%C3%A3o-no-campo-mobral-no-meio-rural-de-uberl%C3%A2ndiamg-1970-1>> Acesso em: 22 de Abril de 2019.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **Florestan Fernandes**. Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me4699.pdf>> Acesso em: 23 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Romualdo Portella de. A questão da qualidade da educação. **Revista Brasileira de Administração da Educação**. Brasília, v. 12, n. 1, p. 61-70, jan./jun. 1996. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/issue/viewIssue/3207/436>> Acesso em: 11 de maio de 2019.

PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação** – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60. Disponível em: <<https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/106/3/01d06t04.pdf>> Acesso em: 05 de novembro de 2018.

PASINATO, Darciel. Educação No Período Populista Brasileiro (1945-1964). In: **Semina Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**. v. 12 n. 1, 2013. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3647>> Acesso em: 11 de janeiro de 2019.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República**: a desqualificação dos pobres. Estud. av. vol.13 no.35 São Paulo Jan./Apr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100017> Acesso em: 05 de novembro de 2018.

PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. Serviço Social em Revista. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999.

<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso em: 04 de junho de 2019.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g>> Acesso em: 05 de novembro de 2018.

_____. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica. 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g>> Acesso em: 04 dezembro 2018.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de direitos. *In: Serviço Social e Sociedade* nº 107, p. 420-437, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. **Os bastidores da relação família-escola**. Tese, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP – Departamento de Psicologia e Educação, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-16072008-230443/publico/Tese.pdf>> Acesso em: 02 de junho de 2019.

ROCHA, Matheus. **Pressa de ser feliz**. São Paulo: Planeta Brasil, 6º.ed. 2018.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 12. Ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

RODRIGUES, Valéria da Rocha Lopes. **A educação do campo no contexto histórico-político do Ponerá no maranhão: limites e desafios**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Maranhão, 2014. Disponível em: <<http://tede2c.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/89>> Acesso em: 09 de maio de 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 8º.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAGGIN, Vanessa Gabriela. **O trabalho do assistente social na educação básica: análise da sua configuração nos Colégios de Aplicação do Brasil**. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-graduação em Serviço Social- PUCRS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8139>> Acesso em: 13 de maio de 2019.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. rev e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Carlos Daniel. **Educação brasileira: as contradições deste processo histórico da colonização à república**. *In: XII Congresso Nacional de Educação*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Grupo de Trabalho – História da Educação, 2015.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. **A Política Social Brasileira na Conjuntura da Crise nacional**. *In: DAVI, J., MARTINIANO, C., and PATRIOTA, LM., orgs. Seguridade social e saúde: tendências e desafios* [online]. 2nd ed. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 21-39. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/zw25x/pdf/davi-9788578791933-03.pdf>> Acesso em: 11 de maio de 2019.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e educação: uma questão em debate.** Interface, Natal, v. 2, n. 1, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/?journal=interface&page=article&op=view&path%5B%5D=27>> Acesso em: 05 de maio de 2019.

WIGGERS, Iza Daiana. **O grupo como instrumento de intervenção profissional do Serviço Social.** Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118807>> Acesso em: 04 de junho de 2019.

WITIUK, Ilda Lopes. **A trajetória socio-histórica do Serviço Social no espaço da escola.** Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <[http://cress-sc.org.br/img/noticias/A-TESE-ILDA%20educaca o.doc](http://cress-sc.org.br/img/noticias/A-TESE-ILDA%20educaca%20o.doc)> Acesso em: 01 de maio de 2019.

APÊNDICES



Esta pesquisa será realizada pela acadêmica Debora Andrade Alves, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande. Tem por objetivo entrevistar trabalhadores da área da educação para obter informações acerca da relevância da inserção do Assistente Social no sistema escolar público Municipal.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO PESQUISA PARA CORPO DOCENTE E TÉCNICO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Email: _____

Formação básica:

Graduação: _____

Pós-Graduação: () Sim () Não

Qual: _____

Eixo 1 – Limites e possibilidades postos a educação do município, como a escola lida com os mesmos.

- 1- Nesta escola, por parte corpo técnico e docente, existe um conhecimento de programas e serviços desenvolvidos pelo município a respeito da garantia de direitos das crianças e adolescentes?
- 2- Quais as maiores dificuldades encontradas pela escola no enfrentamento dos conflitos que se apresentam no ambiente escolar?
- 3- Quando determinado aluno apresenta baixo rendimento, como a escola procede?

Eixo 2 – Percepção dos profissionais inseridos na educação sobre o Serviço Social.

- 4- Você conhece a profissão do assistente social? Consegue dimensionar as contribuições que essa profissão pode trazer para o ambiente escolar?
- 5- Na sua concepção, há a necessidade de uma Assistente Social na Escola? E quais as possíveis demandas que se apresentam no cotidiano escolar que poderiam ter atuação do Assistente Social?

Eixo 3 – Conhecendo a necessidade de inserção do Serviço Social na educação municipal.

- 6- Em sua opinião, por que não há profissionais de Serviço Social inseridos na política educacional municipal?
- 7- Quais são os limites profissionais postos a sua profissão que poderiam ser ultrapassados ao inserir um Assistente Social na escola? Em que o Assistente Social poderia contribuir na efetivação de sua profissão?
- 8- Na ausência de um Assistente Social, quais são as medidas adotadas pela escola nos casos de conflito? Há por parte da escola conhecimento da realidade vivida por cada aluno ou daqueles que mais se envolvem em conflitos no ambiente escolar?

Eixo 4 – Família e Escola

- 9- Sobre a relação família/escola, em que momentos e como se dão as interações entre ambos? Essa interação é suficiente para compreensão da realidade dos alunos?



Esta pesquisa será realizada pela acadêmica Débora Andrade Alves, do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande. Tem por objetivo entrevistar trabalhadores da área da educação para obter informações acerca da relevância da inserção do Assistente Social no sistema escolar público Municipal.

APÊNDICE B:QUESTIONÁRIO PESQUISA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Idade: _____

Email: _____

Formação básica:

Graduação: _____

Pós-Graduação: ()Sim ()Não

Qual: _____

ROTEIRO DE ENTREVISTA

2. QUESTÕES:

- 1- Qual sua visão sobre o Serviço Social na educação? Em sua concepção, há a necessidade de inserção do/a Assistente Social na Política de Educação Municipal?
- 2- Por que não há assistente social inserido na educação municipal? Há a possibilidade de uma abertura para essa inserção?



APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ILMO(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa sobre a seguinte temática: “A educação como espaço sócio ocupacional do Serviço Social: concepção dos profissionais da educação do sertão paraibano sobre o Serviço Social”. A mesma será desenvolvida por Débora Andrade Alves, graduanda em Serviço Social pela Unidade Acadêmica de Direito (UAD), do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS), da Universidade Federal de Campina Grande (UFPG), *Campus Sousa*– PB, sob orientação da/o Profa.Me. Vanessa Eidam. Tem como objetivo principal “Analisar as concepções dos profissionais da rede pública de educação sobre a relevância da inserção do Assistente Social no sistema escolar Municipal de Sousa-PB”.

A participação dos sujeitos da pesquisa na entrevista e/ou na aplicação do questionário é voluntária, portanto, não será obrigatória a esses sujeitos fornecerem informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelas pesquisadoras. Caso não participe, ou resolver a qualquer momento desistir de participar, não haverá nenhum dano e prejuízo, nem haverá modificação no percurso desta pesquisa.

Para o seu desenvolvimento da pesquisa, serão utilizadas as técnicas de coleta de dados através da entrevista, em seguida, serão feitos os procedimentos de tratamento dos

dados coletados, após esta etapa, haverá um retorno aos sujeitos participantes para que tenham conhecimento do material que ajudaram a construir.

Assim, solicito a sua permissão, para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos. Nisso, será garantida a privacidade dos dados e informações fornecidas, que se manterão em caráter confidencial. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome e/ou imagens dos sujeitos envolvidos serão mantidos em sigilo. A pesquisadora responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Fica registrado também, que tenho conhecimento de que essas informações, dados e/ou material serão usadas pela responsável da pesquisa, com propósitos de divulgá-los em meios científicos especializados.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participação na pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente e acuso recebimento de uma cópia deste documento.

Sousa, _____ de maio de 2019

Assinatura do (a) entrevistado (a)

Assinatura da Pesquisadora

Contatos da pesquisa:

UAD/CCJS/UFCG – Rodovia Governador Antônio Mariz, BR 230 - KM 466,5, S/N – Jardim
Brasília–Sede II – Sousa/PB Fone: (83) 3521-3251/ 3552.

Débora Andrade Alves – fone: (83) 99110-2237.